

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO

ANGÉLICA TAIS PEREIRA DOS SANTOS

**CONSEQUÊNCIAS TRIBUTÁRIAS DA CONSTITUIÇÃO E DESTINAÇÃO DO
LUCRO GERADO PELO VALOR JUSTO**

SÃO PAULO

2021

ANGÉLICA TAIS PEREIRA DOS SANTOS

**CONSEQUÊNCIAS TRIBUTÁRIAS DA CONSTITUIÇÃO E DESTINAÇÃO DO
LUCRO GERADO PELO VALOR JUSTO**

Dissertação apresentada à Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas como requisito para obtenção de título de Mestre em Direito.

Área de Concentração: Direito Tributário

Orientador: Prof. Dr. Edison Carlos Fernandes

SÃO PAULO

2021

Santos, Angelica Tais Pereira dos.

Consequências tributárias da constituição e destinação do lucro gerado pelo valor justo / Angelica Tais Pereira dos Santos. - 2021.
89 f.

Orientador: Edison Carlos Fernandes.

Dissertação (mestrado profissional) - Fundação Getulio Vargas, Escola de Direito de São Paulo.

1. Direito tributário. 2. Sociedades comerciais - Legislação. 3. Valor justo. 4. Sociedades comerciais - Lucros. 5. Contabilidade - Normas. I. Fernandes, Edison Carlos. II. Dissertação (mestrado profissional) - Escola de Direito de São Paulo. III. Fundação Getulio Vargas. IV. Título.

CDU 34::336.2

Ficha Catalográfica elaborada por: Isabele Oliveira dos Santos Garcia CRB SP-010191/O

Biblioteca Karl A. Boedecker da Fundação Getulio Vargas - SP

ANGÉLICA TAIS PEREIRA DOS SANTOS

**CONSEQUÊNCIAS TRIBUTÁRIAS DA CONSTITUIÇÃO E DESTINAÇÃO DO
LUCRO GERADO PELO VALOR JUSTO**

Dissertação apresentada à Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas como requisito para obtenção de título de Mestre em Direito.

Área de Concentração: Direito Tributário

Data da aprovação: 07/04/2021

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Edison Fernandes (Orientador)
FGV-EDESP

Prof^a. Dra. Lie Uema do Carmo
FGV-EDESP

Prof. Dr. Eliseu Martins
FEA-USP

Prof. Dr. Edmar Oliveira Andrade Filho
UNIP-SP

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela oportunidade de cursar o Mestrado Profissional em Direito Tributário da FGV, que tantos conhecimentos e valiosas experiências trouxe para minha vida profissional e pessoal;

Agradeço aos meus pais, Jô e Walter, eternamente, pelo amor, apoio e dedicação que sempre tiveram aos filhos;

Agradeço aos meus filhos, Maria Luiza e Rafael, que na ternura de suas idades compreenderam minha ausência nesse período e a importância deste curso para mim;

Agradeço ao meu querido parceiro Rodolpho, por todo apoio, incentivo, paciência e carinho;

Agradeço ao meu orientador, Professor Doutor Edison Fernandes, pelos preciosos ensinamentos e orientação;

Agradeço, por fim, aos meus colegas da Turma de Direito Tributário de 2019 pelos debates acirrados, pela amizade, pela parceria e por tornarem minhas as aulas quinzenais mais felizes!

Estejam vigilantes, mantenham-se firmes na fé, sejam homens de coragem, sejam fortes.

Façam tudo com amor.

1 Coríntios 16:13,14

RESUMO

As normas contábeis internacionais, introduzidas no nosso sistema jurídico a partir da Lei nº 11.638, de 2007, alteraram profundamente diversos conceitos que estavam arraigados no direito tributário e no direito societário, sendo a alteração do padrão de custo de aquisição para a avaliação a valor justo de determinados bens do ativo uma dessas mudanças. O presente trabalho visa analisar, do ponto de vista tributário em diálogo com o direito societário, as regras que tratam de tal avaliação e seus efeitos para fins de tributação e para distribuição de lucros aos sócios. Para tanto, procedeu-se à análise das regras contábeis, tributárias e societárias vigentes, abordando-se também sua aplicação prática. Por fim, aponta-se que as regras tributárias vigentes determinam a não tributação dos ganhos gerados a partir da mensuração a valor justo dos ativos, tendo sido eleito o princípio da realização para tanto. Do ponto de vista societário, pode haver discussão sobre a possibilidade de distribuição dos referidos lucros ou não, tendo em vista, principalmente, o princípio da intangibilidade do capital social. Contudo, propõem-se algumas reflexões sobre a possibilidade de se compatibilizar o referido princípio com as regras vigentes com vistas a harmonizar o sistema.

Palavras-chave: Direito Tributário. Direito Societário. Valor Justo. Distribuição de lucros.

ABSTRACT

The international accounting standards introduced in our legal system as of Law 11,638, of 2007, profoundly changed several concepts that were embedded in our tax and corporate law, being the changes in the standard of acquisition cost to the fair value evaluation of certain assets one of those changes. The present work aims to analyze, from a tax perspective in dialogue with the corporate law, the rules that govern such valuation and its effects for taxation purposes and for profit distribution to the partners/shareholders. To this end, the accounting, tax, and corporate rules in force were analyzed, also addressing their practical application. Finally, it is pointed out that the current tax rules determine the non-taxation of the gains generated from the fair value valuation of the assets, having elected the principle of realization for this purpose. From the corporate standpoint, there may be debates on the possibility of distributing such profits or not, mainly considering the principle of intangibility of capital stock. However, some reflections are proposed on the possibility of making the referred principle compatible with the current rules in order to harmonize the system.

Keywords: Tax Law. Corporate Law. Fair value. Profit distribution.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	QUESTÕES INICIAIS	11
2.1	CONTEXTUALIZAÇÃO FÁTICA.....	11
2.2	RELAÇÕES ENTRE DIREITO TRIBUTÁRIO E CONTABILIDADE	14
2.3	CONCEITO DE VALOR JUSTO E SUA APLICAÇÃO AOS ATIVOS.....	19
2.4	CONCEITO DE LUCROS A REALIZAR.....	30
2.5	IMPLICAÇÕES TRIBUTÁRIAS QUE PODEM SURTIR EM DECORRÊNCIA DA EXISTÊNCIA DE LUCROS A REALIZAR PELA APLICAÇÃO DO VALOR JUSTO	33
3	APLICAÇÃO.....	35
3.1	TRIBUTAÇÃO DO LUCRO GERADO PELA ADOÇÃO DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS E DA DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS A REALIZAR	35
3.1.1	<i>Conceito constitucional de renda e disponibilidade</i>	<i>35</i>
3.1.2	<i>Tributação do valor justo – base legal aplicada.....</i>	<i>37</i>
3.1.3	<i>Princípio da realização da renda.....</i>	<i>43</i>
3.2	TRIBUTAÇÃO DA RECEITA GERADA PELA ADOÇÃO DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS	45
3.2.1	<i>Conceito constitucional de receita passível de tributação.....</i>	<i>45</i>
3.2.2	<i>Tributação do valor justo – base legal aplicada.....</i>	<i>47</i>
3.3	DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS GERADOS	48
3.4	DELIBERAÇÃO DOS SÓCIOS SOBRE A DESTINAÇÃO DO LUCRO APURADO COM BASE NO VALOR JUSTO DOS ATIVOS	51
3.5	ANÁLISE DO PONTO DE VISTA DAS AUTORIDADES TRIBUTÁRIAS E DA JURISPRUDÊNCIA ADMINISTRATIVA E JUDICIAL	60
4	CASO PRÁTICO – GENERAL SHOPPING.....	63
4.1	CONTEXTUALIZAÇÃO	64
4.2	ANÁLISE DA CVM.....	67
4.3	ATOS SOCIETÁRIOS SUBSEQUENTES.....	73

4.4	COMENTÁRIOS	74
5	RESPOSTAS ÀS QUESTÕES FORMULADAS	77
5.1	É POSSÍVEL A DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS DECORRENTES DA AVALIAÇÃO A VALOR JUSTO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA E TRIBUTÁRIA?.....	77
5.2	BENEFÍCIO ECONÔMICO OU JURÍDICO DA MENSURAÇÃO A VALOR JUSTO DE ATIVOS, PARA OS SÓCIOS OU PARA A SOCIEDADE, FUNDAMENTA JURIDICAMENTE A SUA TRIBUTAÇÃO?.....	80
6	CONCLUSÃO	82
	REFERÊNCIAS	85

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa discorrer, do ponto de vista tributário e, de forma subjacente, sob o prisma do direito societário, sobre as principais consequências acerca da constituição e da destinação do lucro contábil decorrente da mensuração a valor justo de determinados ativos.

As principais questões que se colocam referem-se a possível disponibilidade econômica e jurídica dos ganhos gerados a partir da avaliação justo de ativos e a possível distribuição desse valor aos sócios por meio dos lucros apurados.

O objetivo central do trabalho é analisar a compatibilidade das novas regras contábeis, que tratam do registro de mais valia de ativos no resultado contábil da sociedade, com as regras societárias e tributárias, que tratam, respectivamente, da potencial distribuição de tais valores reconhecidos como lucros a realizar e a sua tributação.

Com efeito, a valorização de bens do ativo a valor justo está alinhada aos objetivos gerais que guiam os *International Financial Reporting Standards* (IFRS), quais sejam, a substância econômica, a visão prospectiva e a comparabilidade entre demonstrações financeiras das sociedades. É inegável que a partir da Lei nº 11.638, de 2007, a contabilidade societária passou a considerar uma visão econômica dos fatos a serem escriturados nos relatórios financeiros.

Como será melhor visto oportunamente, a substituição do custo histórico por estimativas de valoração a valor justo busca a transmissão de uma informação mais apurada e atual, todavia, sem dúvidas, com fortes interferências de subjetividade, que pode acarretar divergências de avaliação.

Sabendo-se dessa subjetividade e possível divergência de avaliação, questiona-se se o respectivo lucro gerado a partir dessa mensuração a valor justo poderia ser distribuído aos sócios da sociedade e quais os seus efeitos tributários e societários.

Apesar de o valor justo variar para valorizar (positivo) e desvalorizar (negativo) o ativo, o foco deste trabalho é a possibilidade ou não de distribuição de lucro decorrente do valor justo positivo de ativos e seu tratamento tributário. Assim, não será objeto deste estudo a análise do ajuste negativo e o valor justo de passivos.

Esse trabalho de pesquisa demandou, em síntese, a análise da legislação tributária e societária aplicáveis à matéria, a análise de dados disponíveis do mercado sobre a aplicação

desses conceitos, notadamente de sociedades de capital aberto e, por fim, a crítica sobre a aplicação dos conceitos na prática.

Na primeira parte do trabalho abordaremos as questões introdutórias, tratando da importância da inter-relação entre o Direito, em especial o Direito Tributário, e a Contabilidade, o conceito de valor justo, de reserva de lucros a realizar, e as implicações tributárias que podem surgir em decorrência da existência de lucros a realizar pela aplicação do valor justo.

Na segunda parte do trabalho trataremos da aplicação dos referidos conceitos à legislação tributária, sendo abordados os tributos sobre o lucro, a tributação sobre a receita e a distribuição dos lucros gerados pelo valor justo.

Na terceira parte do trabalho analisaremos um caso prático relativo à distribuição de lucros que foram gerados a partir da mensuração de ativos a valor justo por sociedade de capital aberto.

E na última parte, com base nas análises realizadas, tem-se a conclusão acerca da possibilidade, do ponto de vista jurídico tributário e, subsidiariamente societário, de se efetuar a distribuição dos lucros a valor justo ou não.

Frise-se que o objetivo central deste estudo é a análise tributária da matéria e que as questões societárias são trazidas subsidiariamente de modo a fomentar a discussão sobre o tema. Entendemos que a análise aprofundada sob a ótica do Direito Societário deve ser objeto de um novo estudo, considerando, especialmente, a visão atualizada do direito societário após a profunda alteração da Lei nº 6.404, de 1976 (LSA), que se iniciou após 2007 pela Lei nº 11.638, e até mesmo a experiência de outros países, por meio da análise do direito comparado.

Sem dúvida, trata-se de um cenário complexo, em que há argumentos para se justificar várias posições, da aplicação e da não aplicação do valor justo, da distribuição e da não distribuição dos resultados a partir daí gerados e os impactos decorrentes de tais posições. São essas questões que o presente trabalho visa abordar.

2 QUESTÕES INICIAIS

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO FÁTICA

Por meio da Lei nº 11.638, de 2007, iniciou-se no direito contábil brasileiro a adoção dos padrões internacionais das demonstrações contábeis-financeiras, conhecidos pela denominação de *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sendo uma das consequências a alteração da base de valor das demonstrações do padrão de custo histórico para a mensuração a valor justo¹.

A partir da introdução das normas contábeis internacionais no Direito brasileiro, inicialmente pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)², novos princípios contábeis, como a “essência sobre a forma”³, foram trazidos ao sistema, e o direito contábil passou a aceitar e, em certa medida, até a incentivar, a chamada marcação a mercado de alguns ativos e passivos. Essa marcação a mercado é, tecnicamente, a avaliação de determinados ativos a valor justo, que acarreta o registro de lucros que podem ser levados à conta de lucros a realizar no patrimônio líquido contábil da pessoa jurídica.

Historicamente, a contabilidade sempre se fixou na avaliação de ativos pelo seu custo de aquisição, que, em última análise, corresponde a forma mais conservadora de se mensurar um ativo: pelo efetivo valor desembolsado para se adquirir o bem. O custo de aquisição (custo histórico) reflete o valor de transações passadas, e, como base para avaliação de bens, estava totalmente em linha com o Princípio Contábil do Conservadorismo (ou da Prudência), que determinava a “adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do

¹ IASB é um grupo internacional independente de especialistas com experiência prática na definição de padrões contábeis, na preparação, auditoria ou uso de relatórios financeiros e no ensino de contabilidade. Os membros do conselho são responsáveis pelo desenvolvimento e publicação das normas IFRS.

² O Comitê de Pronunciamentos Contábeis foi constituído pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.055, de 2005, e é composto por uma série de entidades, dentre as quais a Abrasca, a Bovespa, o CFC, o Ibracon e o FIPECAFI, e tem por objetivo o estudo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de contabilidade e a divulgação dessas informações. Os pronunciamentos emitidos pelo CPC têm força normativa infralegal, após serem aprovados pelo CFC, como previsto pelo artigo 6º, “f”, do Decreto-Lei nº 9.295, de 1946, com alterações da Lei nº 12.249, de 2010.

³ Vale frisar que o princípio da essência sobre a forma há tempos já deveria ser observado em determinadas situações, como previsto na Deliberação nº 29, de 5 de fevereiro de 1986, da Comissão de Valores Mobiliários, “Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade”, em seu parágrafo 2º: “A contabilidade possui um grande relacionamento com os aspectos jurídicos que cercam o patrimônio, mas, não raro, a forma jurídica pode deixar de retratar a essência econômica. Nessas situações, deve a Contabilidade guiar-se pelos seus objetivos de bem informar, *seguindo*, se for necessário para tanto, *a essência ao invés da forma*” (destaques do autor).

passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o Patrimônio Líquido.”⁴

Vale ressaltar que um dos objetivos do relatório financeiro, segundo o CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro⁵, é fornecer informações financeiras sobre a entidade que sejam úteis na tomada de decisões econômicas e avaliações por parte dos usuários em geral, como credores, potenciais credores e investidores, autoridades governamentais, autoridades tributárias etc., sendo uma das características qualitativas fundamentais a representação fidedigna⁶.

Nesse contexto, de se demonstrar por meio da contabilidade as relações jurídicas firmadas por uma empresa de forma fidedigna, o objetivo da avaliação a valor justo é determinar o valor que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo na data da mensuração.

Existem diversas técnicas para se avaliar um ativo a valor justo, mas percebe-se que todas elas, cada uma em sua medida, possuem certa dose de subjetividade. Segundo o CPC 00 (R2), “em larga extensão, os relatórios contábil-financeiros são baseados em estimativas, julgamentos e modelos e não em descrições ou retratos exatos”⁷.

Em relação ao valor justo, as regras relativas a essas estimativas foram consolidadas na normativa internacional IFRS 13 – *Fair Value Measurement* do IASB, cujas regras foram incorporadas ao direito contábil brasileiro por meio do Pronunciamento Técnico 46 (CPC 46)

⁴ Conforme os termos da Resolução CFC nº 774, de 1994, revogada pela Resolução CFC nº 1.282, de 2010, por sua vez revogada pela Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 2016. Segundo o Prefácio do CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, “a característica *prudência (conservadorismo)* foi também retirada da condição de aspecto da representação fidedigna por ser inconsistente com a *neutralidade*.” (destaques do autor).

⁵ Aprovado em 1.11.2019, divulgado em 10.12.2019 e referendado pelo Conselho Federal de Contabilidade “CFC - NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL”.

⁶ Constava do CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, que foi revogado pelo CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para Relatório Financeiro, que a “característica ***essência sobre a forma*** foi formalmente retirada da condição de componente separado da *representação fidedigna*, **por ser considerado isso uma redundância**.” (grifos e destaques do autor). Nos termos do item QC12 do referido CPC 00, a informação contábil financeira deve representar um fenômeno econômico-financeiro de forma *completa, neutra e livre de erro*, buscando a representação fidedigna. Pode-se discutir se, de fato, há essa redundância, ou seja, se não há necessidade de se fixar, claramente, que há prevalência da essência sobre a forma. Esse não é um conceito óbvio no nosso sistema normativo, que é codificado, baseado na tradição do Direito Romano-germânico. Em nosso sistema, a prevalência da forma jurídica, em detrimento, muitas vezes, da essência, tem como fundamento a “objetividade, o receio de ser invalidado, o conservadorismo que ainda cerceia a contabilidade e, também, a falta de conhecimentos básicos de economia”, nos dizeres de Iudícibus (2010, p. 465).

⁷ Vide parágrafo OB11 do CPC 00 (R1).

– Mensuração do Valor Justo – proferido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade CFC - NBC TG 46 (R1), em vigor desde janeiro de 2013.

Do ponto de vista da análise financeira da empresa, a adoção do valor justo é útil à tomada de decisões pelos usuários da contabilidade, pois procura refletir uma avaliação que busca a se aproximar da avaliação econômica da empresa. Porém, essa avaliação que tende à econômica, antes da realização, por se basear em projeções e estimativas, pode trazer consequências significativas para as relações jurídicas da empresa, especialmente sob as óticas tributária e societária.

Todo esse novo cenário contábil teve grande impacto sobre o sistema tributário, eis que os fatos econômicos passaram a ter uma nova leitura sob a perspectiva das regras e princípios da contabilidade. A escrituração contábil fundamentada nesses novos parâmetros é base para a aplicação do Direito, em especial, do Direito Tributário, notadamente para a tributação sobre a renda e tributação sobre a receita. Com efeito, o Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, que contempla a base normativa da tributação sobre a renda, faz referência expressa a diversos elementos contábeis, como o lucro líquido e a receita bruta.

Nesse contexto de inter-relação entre regras contábeis e regras tributárias, busca-se verificar quais as implicações que a valorização a valor justo de ativos têm sobre o lucro líquido, sobre a receita bruta e sobre o lucro passível de distribuição aos sócios.

Assim, as questões principais que se colocam são se a avaliação a valor justo implica a disponibilidade econômica dos respectivos “rendimentos” e, conseqüentemente, se devem ser tributados, se esses rendimentos podem ser distribuídos aos sócios por meio dos lucros apurados e, por fim, se necessariamente devem ser tributados para que possam ser distribuídos.

O presente trabalho, baseado na metodologia exploratória, sob as perspectivas do Direito Tributário, em diálogo com o Direito Societário, visa sistematizar, de modo conciso e objetivo, as regras sobre o valor justo e os seus impactos tributários para as empresas e para os sócios, sejam pessoas físicas ou pessoas jurídicas, e o correto tratamento tributário que deve ser conferido ao lucro gerado pela aplicação da avaliação de ativos pelo valor justo.

As discussões relativas ao tema já foram enfrentadas por mim, por mais de uma vez, em âmbito profissional, especificamente no caso de sociedade que apurava resultados positivos decorrentes da avaliação a valor justo de propriedades para investimentos, tendo sido suscitadas

muitas dúvidas e questionamentos por todas as partes envolvidas. Sem pretensão de esgotar o assunto, espero contribuir com a análise jurídica pertinente à matéria.⁸

2.2 RELAÇÕES ENTRE DIREITO TRIBUTÁRIO E CONTABILIDADE

Há muito se discute as relações – aproximações e distanciamentos – existentes entre o Direito Tributário e a Contabilidade, tendo em vista que os eventos econômicos são traduzidos pela Contabilidade para as demonstrações financeiras e são passíveis de tributação (ou não), de acordo com as regras tributárias.

Durante muito tempo a Contabilidade foi influenciada pelo Direito, em especial, pela legislação tributária e, particularmente, pela legislação do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ). Em regra, as sociedades eram induzidas a registrar as operações econômicas nos moldes permitidos pela legislação fiscal a fim de evitar questionamentos por parte das autoridades tributárias. A Contabilidade era utilizada, de forma geral, a registrar os eventos econômicos na linguagem que era considerada adequada pelo Fisco, desvirtuando, muitas vezes, a própria Ciência Contábil.

Assim, as demonstrações contábeis elaboradas conforme as regras brasileiras não tinham parâmetro de comparabilidade com as demonstrações preparadas nos demais países. As demonstrações contábeis brasileiras acabavam não sendo úteis aos usuários de outros países para fins de tomada de decisões, eis que nossas regras e princípios não convergiam com as regras aplicadas às demonstrações financeiras das demais empresas no mundo, o que, ao final, prejudicava as empresas brasileiras na competição internacional por investimentos.

Com o objetivo de fazer nossas demonstrações financeiras úteis e comparáveis com as preparadas nos principais mercados, foi editada a Lei nº 11.638, de 2007, que introduziu em nosso sistema normativo os padrões internacionais de contabilidade, os IFRS, emitidos pelo IASB. Além das alterações que foram instituídas pela referida Lei, o parágrafo 3º do artigo 177 da LSA também foi alterado atribuindo competência ao CFC e à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para expedir normas alterando métodos e critérios contábeis em geral.

⁸ Este tema já foi por mim abordado no artigo *Consequências Tributárias da Constituição e da Destinação do Lucro Gerado pelo Valor Justo*, publicado na *Revista de Direito Contábil Fiscal* pela MP Editora em jul./dez. 2020, v. 2, n. 4, p. 15-26, com coordenação de Marcelo Magalhães Peixoto e Edison Carlos Fernandes.

Vale destacar que o referido artigo 177 da LSA contemplava regras relativas à escrituração contábil, determinando que esta fosse elaborada sob os preceitos da legislação comercial e conforme os princípios de contabilidade geralmente aceitos⁹. A partir do momento em que tal dispositivo é alterado para determinar que deverão ser observados os padrões internacionais de contabilidade, há uma mudança estrutural na elaboração das demonstrações e, conseqüentemente, na apuração de receitas, despesas e resultado – lucro ou prejuízo – contábil.

Nesse momento, notadamente entre os aplicadores do Direito Tributário, houve grande ansiedade para se determinar como tais alterações de conceitos impactariam as regras tributárias, levando-se em conta esses novos princípios e métodos contábeis como “julgamento da administração” e “primazia da essência sobre a forma”, que buscam a captura de informações de modo prospectivo (e não retroativo, como era de costume).

Os IFRS tomam por base a prática contábil anglo-saxã, sendo, portanto, um padrão normativo inserido no contexto do *Common Law*. A inclusão desses conceitos no Brasil, que adota o sistema do *Civil Law* – positivado – representa grande mudança cultural, especialmente para os aplicadores do Direito Tributário, que se pautam por princípios da legalidade e da tipicidade cerrada, como bem comenta Fernandes (2017, p. 241).

Vale frisar que esses princípios basilares do Direito Tributário, da estrita legalidade (ou da reserva da lei)¹⁰ e da tipicidade cerrada, não comportam uma interpretação mais flexível ou

⁹ “Art. 177. A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta Lei e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência. § 1º As demonstrações financeiras do exercício em que houver modificação de métodos ou critérios contábeis, de efeitos relevantes, deverão indicá-la em nota e ressaltar esses efeitos.

§ 2º A companhia observará exclusivamente em livros ou registros auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil e das demonstrações reguladas nesta Lei, as disposições da lei tributária, ou de legislação especial sobre a atividade que constitui seu objeto, que prescrevam, conduzam ou incentivem a utilização de métodos ou critérios contábeis diferentes ou determinem registros, lançamentos ou ajustes ou a elaboração de outras demonstrações financeiras.

§ 3º As demonstrações financeiras das companhias abertas observarão, ainda, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e serão obrigatoriamente submetidas a auditoria por auditores independentes nela registrados.

§ 4º As demonstrações financeiras serão assinadas pelos administradores e por contabilistas legalmente habilitados.

§ 5º As normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários a que se refere o § 3º deste artigo deverão ser elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários.

§ 6º As companhias fechadas poderão optar por observar as normas sobre demonstrações financeiras expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários para as companhias abertas.”

¹⁰ Nos termos do artigo 5º, inciso II, da Constituição Federal: “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”, cumulado com o artigo 150, I: “Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias

alargada. Tais princípios informadores do Direito Tributário confirmam, em última análise, as expressões do Estado de Direito, no sentido de serem limitadores ao poder do Estado de obter, por meio de tributação, uma parcela da riqueza do particular. Com efeito, o princípio da legalidade determina que as situações de sujeição e de obrigação estejam previamente delineadas na lei promulgada¹¹. As normas tributárias, assim como todas as normas que estabeleçam restrições a direitos e garantias fundamentais, não podem ser abertas ou ter indeterminação semântica. Assim, rege no Direito Tributário o princípio de que a lei tributária deve atender o princípio da tipicidade, pelo qual apenas haverá obrigação tributária se a norma descrever uma situação que a sua ocorrência seja necessária e suficiente para estabelecer a relação jurídica tributária¹².

Assim, é necessária a previsão em lei em sentido formal (lei ordinária, lei complementar ou diploma normativo com força de lei) para que surjam efeitos fiscais decorrentes da nova contabilidade.

Inicialmente, discutiu-se como tais princípios e conceitos afetariam os tributos sobre o lucro, considerando-se que o ponto de partida para a tributação, ou seja, para determinação inicial de sua base de cálculo, é o lucro contábil das empresas. Alterações contábeis que modifiquem o lucro líquido, sem que haja uma regra de ajuste por meio de adições ou exclusões à base de cálculo, têm efeito imediato sobre o valor apurado do tributo sobre o lucro, especialmente quanto ao imposto sobre a renda. Como dito, o Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, elegeu o lucro líquido contábil como base inicial para a apuração do IRPJ¹³.

A Lei nº 11.638, de 2007, ao alterar a LSA, introduziu uma regra de neutralidade de lançamentos feitos para atendimento do novo padrão contábil na apuração dos tributos. O parágrafo 2º do artigo 177 previa que as empresas poderiam optar por elaborar as demonstrações financeiras com base em regras tributárias ou regulatórias, fazendo ajustes para

asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça; [...]”.

¹¹ Em linha com os ensinamentos de Andrade Filho (2014, p. 3).

¹² A relação jurídica tributária deve ser decomposta em cinco aspectos: (i) pessoal, com a indicação do sujeito ativo e sujeito passivo; (ii) aspecto espacial, que indicará as circunstâncias de lugar; (iii) aspecto temporal, referente às questões de tempo para determinação da relação; (iv) aspecto material, correspondente à descrição dos elementos de fato, suporte para a relação; e (v) aspecto quantitativo, que determinará o *quantum* da prestação.

¹³ “Art 6º - Lucro real é o lucro líquido do exercício ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela legislação tributária. [...]”

fins de adequação aos IFRS¹⁴. E o parágrafo 7º do referido artigo previa, ainda, que tais ajustes não teriam nenhum efeito tributário¹⁵. Nesse momento, houve acaloradas discussões sobre as “duas” contabilidades, a societária e a contabilidade fiscal, sendo que diversas sociedades passaram a adotar esse modelo para atender as regras contábeis, em linha com o IFRS, e as regras tributárias, de acordo com os métodos e critérios vigentes até 31/12/2007.

Contudo, tal regra de neutralidade foi revogada e a redação atual do parágrafo 2º do artigo 177 da LSA, determina que as disposições da legislação tributária devem ser escrituradas exclusivamente em livros e registros auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil e das demonstrações financeiras. A atual redação do referido parágrafo 2º foi dada pela Lei nº 11.941, de 2009, ao instituir o Regime Tributário de Transição (RTT), que buscou neutralizar os efeitos da adoção de novos métodos e critérios contábeis inseridos pela Lei nº 11.638, de 2007, mantendo vigentes, para fins fiscais, os métodos e critérios vigentes até 31/12/2007¹⁶. Esse regime transitório era opcional nos anos de 2008 e 2009, passando a ser obrigatório a partir de 2010. A neutralidade fiscal almejada é, em última análise, uma decorrência do princípio da legalidade, como forma de se evitar a majoração de tributos pela adoção do IFRS.

Essas regras de neutralidade visam compatibilizar o registro contábil, que passa a levar em consideração critérios subjetivos¹⁷, de julgamento, com a hipótese de incidência dos

¹⁴ Parágrafo 2º do artigo 177 da LSA, com a redação da Lei nº 11.638, de 2007, revogado pela Lei nº 11.941, de 2009: “Art. 177. A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta Lei e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência. [...] § 2º As disposições da lei tributária ou de legislação especial sobre atividade que constitui o objeto da companhia que conduzam à utilização de métodos ou critérios contábeis diferentes ou à elaboração de outras demonstrações não elidem a obrigação de elaborar, para todos os fins desta Lei, demonstrações financeiras em consonância com o disposto no caput deste artigo e deverão ser alternativamente observadas mediante registro: I – em livros auxiliares, sem modificação da escrituração mercantil; ou II – no caso da elaboração das demonstrações para fins tributários, na escrituração mercantil, desde que sejam efetuados em seguida lançamentos contábeis adicionais que assegurem a preparação e a divulgação de demonstrações financeiras com observância do disposto no caput deste artigo, devendo ser essas demonstrações auditadas por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários.”

¹⁵ Parágrafo 7º do artigo 177 da LSA, com a redação da Lei nº 11.638, de 2007, revogado pela Lei nº 11.941, de 2009: “§ 7º Os lançamentos de ajuste efetuados exclusivamente para harmonização de normas contábeis, nos termos do § 2º deste artigo, e as demonstrações e apurações com eles elaboradas não poderão ser base de incidência de impostos e contribuições nem ter quaisquer outros efeitos tributários.”

¹⁶ Medida Provisória nº 449, de 2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.941, de 2009.

¹⁷ Conforme se pode verificar do item 2. “Sumário das Principais Práticas Contábeis” das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017 e 2016 da BR Properties S.A., companhia aberta: “As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores

tributos, notadamente, dos tributos sobre o lucro, como forma de garantir que os eventos econômicos registrados contabilmente, base para apuração dos tributos sobre o lucro, estivessem à época em linha com a sua materialidade e os princípios da legalidade e da capacidade contributiva.

De fato, com o intuito de garantir maior transparência às demonstrações financeiras e representá-las de forma fidedigna, como mencionado, a Contabilidade, por vezes, tem a possibilidade de requalificar um fato jurídico (v.g., as operações de arrendamento operacional e financeiro¹⁸) e de mensurá-lo, considerando o seu valor justo, por exemplo.

Esses são alguns dos pontos de potenciais conflitos entre a nova Contabilidade e o Direito Tributário, ou seja, a possibilidade de haver o registro de um valor no resultado contábil da sociedade, ponto de partida de apuração dos tributos sobre o lucro, que represente apenas uma expectativa de valor de um ativo, por exemplo, e não renda, como manifestação da capacidade econômica consumada¹⁹.

Nesse contexto, foi editada a Lei nº 12.973, de 2014, que revogou o RTT e instituiu uma série de previsões sobre o tratamento fiscal do novo padrão contábil, com o objetivo de integrar a legislação tributária às novas normas societárias e contábeis. A opção do legislador, por meio da Lei nº 12.973, de 2014, foi de adoção do princípio da realização, determinando, pontualmente, o tratamento tributário aplicável aos ajustes decorrentes de conceitos específicos do IFRS.

objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.”

¹⁸ CPC 06 (R2) Arrendamentos, aprovado pelo CFC – NBC TG 06 (R3), por exemplo, em seu item 63 determina que o “fato de o arrendamento ser arrendamento financeiro ou arrendamento operacional depende da essência da transação, em vez da forma do contrato”. O artigo 49 da Lei nº 12.973, de 2014, trata claramente dos efeitos tributários dessa requalificação: “Art. 49. Aos contratos não tipificados como arrendamento mercantil que contenham elementos contabilizados como arrendamento mercantil por força de normas contábeis e da legislação comercial serão aplicados os dispositivos a seguir indicados:

I - inciso VIII do caput do art. 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, com a redação dada pelo art. 9º;

II - §§ 3º e 4º do art. 13 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, com a redação dada pelo art. 2º;

III - arts. 46, 47 e 48;

IV - § 18 do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, com a redação dada pelo art. 54;

V - § 26 do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, com a redação dada pelo art. 55; e

VI - § 14 do art. 15 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, com a redação dada pelo art. 53.

Parágrafo único. O disposto neste artigo restringe-se aos elementos do contrato contabilizados em observância às normas contábeis que tratam de arrendamento mercantil.”

¹⁹ Nesse sentido é o entendimento de Rocha (2020, p. 349).

Destaca-se que a referida Lei, admitindo a importância da relação entre o reconhecimento contábil de receitas e despesas e a apuração do lucro para a aplicação do Direito Tributário, instituiu a regra de que as alterações futuras no padrão contábil não gerariam efeitos tributários, conforme determina o artigo 58, pelo qual “a modificação ou adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta Lei, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que a lei tributária regule a matéria”.

Feitas essas considerações, passemos ao objeto deste trabalho: a constituição e destinação do lucro gerado pelo valor justo. Para isso, analisaremos o conceito de mensuração a valor justo, conforme as novas regras da Contabilidade, a definição de lucros a realizar, nos termos da legislação societária, para, então, identificar as implicações que podem surgir em decorrência da existência de lucros a realizar pela aplicação do valor justo.

2.3 CONCEITO DE VALOR JUSTO E SUA APLICAÇÃO AOS ATIVOS

A Contabilidade, em última análise, tem como função relatar fatos econômicos, seguindo métodos, princípios e regras específicos. Como mencionado, a contabilidade deve fornecer informações financeiras que sejam úteis para terceiros em geral, como investidores, credores existentes e potenciais, na tomada de decisões sobre comprar, vender ou manter instrumento de patrimônio e de dívida, conceder ou liquidar empréstimos ou outras formas de crédito, ou exercer direitos de votar ou de outro modo influenciar os atos da administração²⁰.

Para elaboração dessas informações a serem prestadas aos terceiros, por meio das demonstrações contábeis, devem ser consideradas as fases de reconhecimento, mensuração e divulgação dos itens que compõem esses demonstrativos.

Os elementos reconhecidos nas demonstrações contábeis são quantificados em termos monetários, de acordo com a seleção de uma base de mensuração. Conforme prevê o CPC 00 (R2) em seu parágrafo 6.1., “a base de mensuração é uma característica identificada – por exemplo, custo histórico, valor justo ou valor de cumprimento – de item sendo mensurado. Aplicar a base de mensuração a ativo ou passivo cria uma mensuração para esse ativo ou passivo e para as respectivas receitas e despesas”.

²⁰ Conforme o parágrafo 1.2 do CPC 00 (R2).

Assim, a base de mensuração serve para quantificar os direitos e as obrigações de uma sociedade, e as respectivas receitas e despesas. Verifica-se, de plano, a importância da aplicação de tal conceito, que, em última análise, serve para quantificar o resultado de uma sociedade.

No Brasil, a base de mensuração utilizada para avaliação de ativos por muito tempo foi a do custo histórico (custo de aquisição), em linha com nosso direito positivado, em razão de sua objetividade. Frise-se que a adoção do custo histórico acompanhava o contexto no qual a Contabilidade andava pareada com regras fiscais, em especial, as normas relativas ao imposto sobre a renda. A Contabilidade pautada pelo custo histórico reconhece os resultados (receitas e despesas) apenas após a realização do lucro, ou seja, quando há uma transação de mercado (venda de produtos ou prestação de serviços, por exemplo) que confirma a operação.

A introdução do IFRS nas normas contábeis brasileiras mudou esse cenário ao instituir, e, em certa medida, até incentivar os elaboradores das demonstrações contábeis a buscarem a mensuração mais próxima à realidade que se pretende registrar.

Com efeito, a aplicação do IFRS objetiva que as demonstrações contábeis reflitam, com a maior segurança possível, a realidade econômica da sociedade, dada a existência de ativos que têm liquidez que lhes permite reconhecer o valor efetivo antes da sua transferência (ou realização). Nesse contexto, a avaliação a valor justo foi introduzida para que determinados bens, direitos e obrigações reflitam, no balanço, o que efetivamente valem e/ou para os bens para os quais o processo de produção conta muito mais que o produto em si²¹. Tudo com o objetivo de melhorar a qualidade informativa do balanço.

Como bem explicado no reconhecido manual de contabilidade “FIPECAFI”²², a avaliação a valor justo, como outras evoluções da contabilidade, é decorrente do próprio desenvolvimento dos mercados e da sofisticação dos negócios, de forma a demonstrar para os usuários informações contábeis mais úteis e de qualidade para seus processos decisórios. Nesse contexto, a avaliação a valor justo tem origem no conceito de “valor de mercado” que era utilizado, há muito tempo, para determinados bens para os quais o processo de produção é muito mais importante do que o evento de venda em si. Ou seja, para esses bens a receita seria do

²¹ Nesse tocante, Martins exemplifica que há bens com características de mérito, preço, realização e confrontação para os quais faz mais sentido reconhecer o lucro durante o seu processo de produção, contrapondo-se, nesse processo, as receitas e despesas. Como exemplo, o autor indica o produto ouro, para o qual não faria sentido contrapor todo o custo de produção apenas no momento de venda. Para esse tipo de bem, faz sentido reconhecer o estoque de ouro pronto e acabado pelo seu valor de mercado (MARTINS, 2010, p. 141).

²² GELBCKE *et al.*, 2018, p. 137 et seq.

“tipo de produção” e não de venda. Bens como ouro, citando o exemplo dos autores, após “produzidos” têm liquidez e mercados certos. Para este tipo de bens, conforme os autores, faria sentido que o “ganho” ou a “receita” fosse apropriada ao longo do processo, e não apenas no momento do evento de venda.

Os autores do manual da FIPECAFI, ressaltam, ainda, que há quarenta anos consta da LSA que os estoques de mercadorias fungíveis podem ser avaliados pelo valor de mercado, quando for o costume mercantil aceito pela técnica contábil (artigo 183, parágrafo 4º). Contudo, tal regra não era utilizada, ainda que também validada pela norma tributária (artigo 14 do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977), porque havia tributação sobre os lucros e ganhos decorrentes dessa avaliação²³.

Assim, em resumo, foi facultado às sociedades e, em alguns casos, exigido, como será adiante detalhado, a adoção da mensuração de determinados bens a valor justo, em detrimento da avaliação pelo custo histórico, sendo, contudo, ainda possível se utilizar esse método já tradicional em nosso sistema.

Para os fins deste estudo, focaremos na avaliação dos bens do ativo ao valor justo, e não trataremos da avaliação dos passivos por esse método, que tem como consequência, em geral, o reconhecimento de uma despesa, uma diminuição do resultado do exercício da sociedade. Isso se justifica porque nossa análise está focada na constituição e na distribuição dos lucros decorrentes dos acréscimos relativos à mensuração de bens ao valor justo.

Via de regra, o valor justo é uma mensuração baseada em mercado. O CPC 46 representa um guia de “como” se efetuar a mensuração a valor justo, e não “quando”, o que é determinado por outros pronunciamentos técnicos que permitirão, ou indicarão, a apuração e a divulgação a valor justo. Assim, o valor justo será utilizado sempre que outra norma contábil requerer ou permitir mensurações do valor justo ou divulgações sobre mensurações do valor justo.

Segundo o CPC 46, o objetivo da mensuração do valor justo é estimar o preço pelo qual “uma transação não forçada para vender o ativo ou para transferir o passivo ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração sob condições correntes de mercado”.

Nessa linha, o CPC 46 define valor justo como o “preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada

²³ GELBCKE *et al.*, 2018, p. 138.

entre participantes do mercado na data de mensuração”. Trata-se, portanto, da avaliação de um ativo ou de um passivo pelo seu “preço de saída”, em contraposição ao custo, que leva em conta o “valor de entrada”.

Vale destacar que o valor justo não se confunde com o valor de mercado, podendo, contudo, o último ser uma representação do primeiro. Como apontam Barreto e Almeida (2012, p. 23), a mensuração a valor justo se baseará numa cotação, num preço, num valor de mercado, quando houver um mercado ativo no qual este valor possa ser obtido com confiabilidade. Quando não houver um mercado ativo, o valor de mercado é substituído por uma estimativa, feita de acordo com métodos e critérios específicos, ou em uma hipótese de venda do ativo ou transferência do passivo.

Diversos ativos e passivos podem, ou devem, a depender de sua natureza, ser avaliados a valor justo, dentre eles (i) os instrumentos financeiros, principalmente os derivativos, sejam eles especulativos ou de proteção; (ii) ativos e passivos adquiridos em uma combinação de negócios; (iii) os ativos biológicos; (iv) as propriedades para investimento; (v) os ativos imobilizados no momento da adoção inicial da nova contabilidade; e (vi) produtos e serviços recebidos em transações com pagamento baseado em ações.

Os maiores desafios residem na avaliação a valor justo de ativos não financeiros, como os ativos de longo prazo, dentre eles o imobilizado. A avaliação desses ativos deve observar os preceitos do parágrafo 27 do CPC 46: “A mensuração a valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível (*highest and best use*) ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso”.

O CPC 46 traz uma série de técnicas de mensuração a valor justo, sendo recomendável a utilização do método e da abordagem apropriados e adequados às especificidades dos objetos a serem avaliados. Dentre essas técnicas constam a abordagem de mercado (*market approach*), a abordagem de receita (*income approach*), a abordagem de custos (*cost approach*).

A abordagem de mercado está ligada às técnicas de avaliação que se utilizam de informações de operações do mercado, com ativos e passivos idênticos ou passíveis de

comparação. Nesse caso, podem ser utilizadas operações de mercado comparáveis com os devidos ajustes necessários²⁴.

A abordagem de receitas utiliza técnicas de avaliação para obter o valor presente de um montante futuro, como, por exemplo, fluxos de caixa ou de lucros descontado. Nesse âmbito, estão os modelos de precificação de opções, como *Black-Scholes*, por exemplo, e a projeção de receitas de aluguel e de respectivos custos decorrentes de um imóvel de renda, no caso de propriedade para investimento, e do desconto desses fluxos para a data da mensuração.

Por sua vez, a abordagem de custo baseia-se no valor que seria necessário para se repor a capacidade de serviço de um ativo, o que comumente é denominado de “custo corrente de reposição”. Ou seja, o custo que a sociedade teria para adquirir ou construir um ativo de mesma utilidade ou comparável.

As abordagens acima podem ser utilizadas de forma individual ou combinada, sempre buscando a maior confiabilidade das estimativas. A sociedade deve utilizar as técnicas que sejam apropriadas para as circunstâncias e para as quais disponha de dados para mensuração do valor justo, sempre buscando o maior nível de precisão das informações²⁵.

²⁴ A título exemplificativo, verifica-se o item 2. “3. Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas” das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017 e 2016 da BR Properties S.A., companhia aberta: “Mensuração do valor justo de propriedades para investimento: Uma empresa de avaliação, externa e independente, tendo apropriada qualificação profissional reconhecida e experiência recente na região e no tipo de propriedade que está sendo avaliada, avalia a carteira de propriedade para investimento da Companhia anualmente. Os valores justos são baseados nos valores de mercado, e o valor estimado pelo qual uma propriedade poderia ser trocada na data da avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado, conforme as definições estabelecidas no IFRS 13 para avaliações de nível 3”.

²⁵ Ainda utilizando como exemplo as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017 e 2016 da BR Properties S.A, verifica-se que foram utilizadas diversas metodologias: “Metodologias para mensuração do valor justo das propriedades para investimento Para a mensuração do valor justo das propriedades, a empresa de avaliação considerou as metodologias abaixo, sendo que em determinados empreendimentos foram considerados somente uma das metodologias apresentadas, dependendo de suas circunstâncias: • Comparativos diretos de dados de mercado - Por este método, o valor de mercado aplicável a um imóvel é definido com base em evidências de mercado comparáveis, ou seja, imóveis semelhantes em oferta ou transacionados recentemente. Estas evidências de mercado foram homogeneizadas através de ponderação de fatores, de forma a subsidiar a definição de uma faixa de valor. Na falta de elementos comparáveis, adotaram-se também os demais métodos para a definição do valor. • Método da renda | Capitalização direta - Por essa metodologia, pressupõe-se a expectativa de retorno, ou rentabilidade esperada (*yield*), por um investidor em um determinado imóvel, ou seja, baseia-se no retorno pontual proporcionado sobre o investimento efetuado. Toma-se como parâmetro a receita potencial anual do imóvel, sobre a qual é aplicada taxas de atratividade (capitalização) coerentes com o mercado, refletindo o risco do investimento, e que resulta no valor disponível para a aquisição do mesmo. • Método da renda | Fluxo de caixa descontado - Por essa metodologia é projetado à receita de aluguel atual, com base no desempenho atual e histórico, por um período de 10 anos, considerando taxas de crescimento apropriadas e os eventos de contrato (reajustes, revisões e renovações), ocorrendo na menor periodicidade definida pela legislação incidente sobre os contratos de locação. Para os casos em que o aluguel atual é superior ou inferior ao de mercado, são consideradas as revisões a mercado, nas datas de revisionais de cada contrato. Além disso, no caso de haver cobrança de aluguel percentual, as projeções consideram a maior entre as receitas auferidas. Para refletir a perpetuidade das operações, ao final do

Em regra, a avaliação a valor justo deveria ser realizada em cada exercício social, de forma a manter atualizado o valor do respectivo ativo, nos casos em que este método é aplicável. Deve ser notado que a avaliação a valor justo, sempre pautada pelos critérios determinados pela respectiva norma, pode trazer resultados positivos ou negativos para as sociedades, ou seja, receitas ou despesas, a depender se o valor anteriormente registrado se mantém, ou se deve ser majorado ou reduzido em razão da aplicação de algum dos métodos de avaliação. Trata-se da aplicação consistente da norma contábil relativa à avaliação a valor justo, não devendo ser tomada tal regra como mero registro ou impacto de “volatilidade” de mercado.

Do ponto de vista legal, a aplicação do valor justo é regulada pelo artigo 183 da LSA²⁶. O referido artigo já indica quais são as referências a serem adotadas para valorização a valor justo, sendo:

- i. “valor de venda”, para avaliação do estoque de produtos acabados e de outros bens destinados à venda, deduzidos os tributos e demais despesas necessárias para venda e a margem de lucro (parágrafo 1º, *b*) e para os investimentos (parágrafo 1º, *c*);

10º ano, a receita é capitalizada, sendo que o fluxo de receitas e o valor da perpetuidade são então trazidos a valor presente com taxas de desconto adequadas à percepção de risco do mercado, levando em conta o risco/desempenho provável de cada cenário. Para efeitos de análise, é considerada a continuidade dos contratos vigentes, havendo renovação automática dos mesmos e foram desconsideradas perdas de receita por inadimplência. Propriedade para investimento em construção é avaliada pela estimativa do valor justo do investimento completo e deduzida do montante estimado dos custos para completar a construção, custo dos financiamentos e uma razoável margem de lucro. As principais premissas adotadas para determinar o valor justo da propriedade para investimento estão detalhadas na Nota Explicativa nº 8.”

²⁶ “Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

I - as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de créditos, classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo:

a) pelo seu valor justo, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda;

[...]

§ 1º. Para efeitos do disposto neste artigo, considera-se valor justo:

a) das matérias-primas e dos bens em almoxarifado, o preço pelo qual possam ser repostos, mediante compra no mercado;

b) dos bens ou direitos destinados à venda, o preço líquido de realização mediante venda no mercado, deduzidos os impostos e demais despesas necessárias para a venda, e a margem de lucro;

c) dos investimentos, o valor líquido pelo qual possam ser alienados a terceiros.

d) dos instrumentos financeiros, o valor que pode se obter em um mercado ativo, decorrente de transação não compulsória realizada entre partes independentes; e, na ausência de um mercado ativo para um determinado instrumento financeiro:

1) o valor que se pode obter em um mercado ativo com a negociação de outro instrumento financeiro de natureza, prazo e risco similares;

2) o valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros para instrumentos financeiros de natureza, prazo e risco similares; ou

3) o valor obtido por meio de modelos matemático-estatísticos de precificação de instrumentos financeiros.”

- ii. “valor de reposição”, aquele que seria praticado em operação atual de compra entre partes independentes que atuem de modo não compulsório, para o estoque de matérias-primas e produtos intermediários (parágrafo 1º, *a*); e
- iii. o “valor que se pode obter num mercado ativo”, para os instrumentos financeiros, com a indicação específica dos métodos a serem utilizados, quais sejam, o preço de mercado ativo, fluxo de caixa descontado e outros modelos matemáticos-estatísticos de precificação de usualmente adotados (parágrafo 1º, *d*).

Outras formas de reconhecimento do valor justo são o valor recuperável, o valor de provável realização e o valor presente.

Deve-se destacar que o parágrafo 3º do artigo 182 da LSA determina que as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo, sejam classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência²⁷.

Por sua vez, as normas contábeis, que têm origem nos Pronunciamentos Técnicos do CPC, regras contábeis após terem sido ratificadas pelo CFC e pelos órgãos reguladores, como a CVM, contêm várias disposições sobre a aplicação prática dos diversos critérios de valor justo, indicando qual registro contábil deve ser feito em contrapartida ao aumento do valor do ativo avaliado a valor justo.

Note-se que os Pronunciamentos Técnicos, que têm valor de normas contábeis, nos termos do artigo 6º, “F”, do Decreto-Lei nº 9.295, de 1946, com alterações da Lei nº 12.249, de 2010, preveem expressamente quando há uma obrigatoriedade ou uma permissão para a utilização do valor justo. Dessa forma, não se trata de subjetividade ou de aplicação de práticas geralmente aceitas, mas de comandos normativos, que obrigam ou permitem aplicação de tal conceito. Veja-se abaixo:

²⁷ Artigo 182 da LSA: “§ 3º Serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos nesta Lei ou, em normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, com base na competência conferida pelo § 3º do art. 177 desta Lei.”

- i. combinação de negócios, definida como uma operação por meio do qual um adquirente obtém o controle de um ou mais negócios, independentemente da forma jurídica. O Pronunciamento Técnico determina que o adquirente deve avaliar os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos pelos respectivos valores justos na data da aquisição. Caso o valor transferido para aquisição seja inferior ao valor justo dos bens, restará configurada uma “compra vantajosa”, devendo ser reconhecido pelo adquirente um ganho, na demonstração do resultado do exercício, na data da aquisição²⁸;
- ii. propriedade para investimento são bens imóveis que geram, ou podem gerar, renda para a sociedade. O Pronunciamento Técnico que trata do assunto determina que a avaliação inicial do bem deve ser feita pelo seu valor de custo. No momento seguinte, a sociedade deve escolher como sua política contábil a avaliação pelo valor de custo ou pelo valor justo, devendo aplicar tal política para todas as propriedades dessa natureza. Sendo a escolha pelo valor justo, o ganho ou a perda proveniente dessa avaliação deve ser registrado no resultado do exercício que ocorra²⁹; e

²⁸ CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, ratificado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC - NBC TG 15 (R3)). Parágrafo 19: “Em cada combinação de negócios, o adquirente deve mensurar, na data da aquisição, os componentes da participação de não controladores na adquirida que representem nessa data efetivamente instrumentos patrimoniais e confirmam a seus detentores uma participação proporcional nos ativos líquidos da adquirida em caso de sua liquidação, por um dos seguintes critérios: (a) pelo valor justo, ou (b) pela participação proporcional atual conferida pelos instrumentos patrimoniais nos montantes reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Todos os demais componentes da participação de não controladores devem ser mensurados ao valor justo na data da aquisição, a menos que outra base de mensuração seja requerida pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do CPC”. Parágrafo 38: “A contraprestação transferida pode incluir itens do ativo ou passivo do adquirente cujos valores contábeis sejam diferentes de seus valores justos na data da aquisição (por exemplo, ativo não monetário ou um negócio do adquirente). Nesse caso, o adquirente deve remensurar, na data da aquisição, os ativos ou os passivos transferidos pelos respectivos valores justos e reconhecer o ganho ou a perda resultante, se houver, na demonstração do resultado. [...]”

²⁹ CPC 28 – Propriedade para Investimento, ratificado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC - NBC TG 28 (R3)). Parágrafo 20: “A propriedade para investimento deve ser inicialmente mensurada pelo seu custo. Os custos de transação devem ser incluídos na mensuração inicial.” Parágrafo 30: “Com as exceções indicadas no item 32A, a entidade deve escolher como sua política contábil o método do valor justo, descrito nos itens 33 a 55, ou o método do custo, descrito no item 56, e deve aplicar essa política a todas as suas propriedades para investimento.” Parágrafo 32: “Este Pronunciamento Técnico exige que todas as entidades mensurem o valor justo de propriedades para investimento para a finalidade de mensuração (se a entidade usar o método do valor justo) ou de divulgação (se usar o método do custo). Incentiva-se a entidade, mas não se exige dela, a mensurar o valor justo das propriedades para investimento tendo por base a avaliação de avaliador independente que tenha qualificação profissional relevante e reconhecida e que tenha experiência recente no local e na categoria da propriedade para investimento que esteja sendo avaliada.” Parágrafo 35: “O ganho ou a perda proveniente de alteração no valor justo de propriedade para investimento deve ser reconhecido no resultado do período em que ocorra”.

- iii. ativos biológicos e produtos agrícolas, relativos à atividade agrícola, definida como o gerenciamento da transformação biológica e da colheita de ativos biológicos para venda ou para conversão em produtos agrícolas ou em ativos biológicos adicionais. Respectivo Pronunciamento Técnico determina que a avaliação dos ativos biológicos deve ser feita a valor justo, tendo como contrapartida o resultado do exercício³⁰.

Essas normas, como acima identificado, determinam que a mais valia dos ativos avaliados pelo valor justo seja reconhecida como uma receita. Esse conceito está previsto no Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual Para Relatório Financeiro – Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – “Conceptual Framework”³¹, que em seu item 4.68, de definição de receitas e despesas, dispõe que: “receitas são aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumentos no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio”.

Nesse ponto, há, em princípio, um suposto conflito entre as disposições da LSA, que prevê que a contrapartida da variação do ativo ou passivo avaliado a valor justo seja registrada em conta de patrimônio líquido, como reserva de ajuste de avaliação patrimonial, em obediência ao princípio da competência (parágrafo 2º do art. 182 da LSA³²); e os Pronunciamentos Técnicos, que tratam do registro do mesmo ajuste em conta de resultado do exercício³³.

De início, cumpre destacar que somos da opinião de que o referido conflito normativo não existe, eis que a lei societária determina que os valores relativos à contrapartida da variação do ativo ou passivo avaliado a valor justo sejam registrados em conta de patrimônio líquido

³⁰ CPC 29 – Ativo Biológico e Produtos Agrícolas, ratificado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC - NBC TG 29 (R2)). O parágrafo 12 determina que: “12. O ativo biológico deve ser mensurado ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência, exceto para os casos descritos no item 30, em que o valor justo não pode ser mensurado de forma confiável.” Parágrafo 26: “O ganho ou a perda proveniente da mudança no valor justo menos a despesa de venda de ativo biológico reconhecido no momento inicial até o final de cada período deve ser incluído no resultado do exercício em que tiver origem.”

³¹ Ratificado pelo CFC por meio da NBR TG Estrutura Conceitual.

³² Art. 182, § 3º: “Serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos nesta Lei ou, em normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, com base na competência conferida pelo § 3º do art. 177 desta Lei.”

³³ Rosman (2017, p. 393-395) entende que há ilegalidade na aplicação das regras contábeis que determinam que as contrapartidas da mais valia dos ativos decorrentes da mensuração a valor justo seja contabilizada no resultado do exercício, e não como ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, como determina a LSA.

“enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência”. Entendemos que os lançamentos previstos pelos referidos Pronunciamentos Técnicos em conta de resultado são feitos em obediência ao regime de competência, ou seja, no exercício em que ocorrem, ainda que não haja a sua liquidação financeira, ou um evento de realização que os confirmem. Em nossa opinião, os lançamentos a serem efeitos em conta de patrimônio líquido, nos termos da LSA, seriam relativos à variação cambial de investimento no exterior, por exemplo, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, que somente transitam pelo resultado em caso da baixa, parcial ou total, do investimento, por alienação, liquidação etc³⁴.

Ainda que assim não seja, apenas para fins de argumentação, considerando-se que há uma antinomia aparente entre as regras, devem ser utilizados os critérios previstos no ordenamento jurídico para a interpretação e solução – os critérios hierárquico, cronológico e da especialidade, nos termos da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro³⁵.

Pois bem. Entendemos que não há diferença hierárquica entre a LSA e as normas contábeis, eis que Pronunciamentos Técnicos que foram ratificados pelo CFC têm força normativa, sendo, portanto, uma norma contábil de observância obrigatória para elaboração das demonstrações contábeis, nos termos da alínea “f” do art. 6º do Decreto-Lei nº 9.295, de 1946, com as alterações da Lei nº 12.249, de 2010³⁶. Sem prejuízo de nossa opinião, vale ressaltar que discussão sobre a hierarquia e a integração das normas contábeis no Brasil ainda é uma questão aberta, que merece melhor estudo à luz de casos concretos.

Sob o prisma cronológico, via de regra, os Pronunciamentos Técnicos são posteriores ao referido parágrafo 3º do artigo 182, como alterado pela Lei nº 11.941, de 2009. Nesse ponto,

³⁴ Aprovado pelo CFC – NBC TG 02 (R2).

³⁵ Decreto-Lei nº 4.657, de 1942, com alterações.

³⁶ “Art. 6º São atribuições do Conselho Federal de Contabilidade:

- a) organizar o seu Regimento Interno;
- b) aprovar os Regimentos Interno organizados pelos Conselhos Regionais modificando o que se tornar necessário, a fim de manter a respectiva unidade de ação;
- c) tomar conhecimento de quaisquer dúvidas suscitadas nos Conselhos Regionais e dirimi-las;
- d) decidir, em última instância, recursos de penalidade imposta pelos Conselhos Regionais;
- e) publicar o relatório anual de seus trabalhos, em que deverá figurar a relação de todos os profissionais registrados.
- f) regular acerca dos princípios contábeis, do Exame de Suficiência, do cadastro de qualificação técnica e dos programas de educação continuada; e editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional.”

cumprir esclarecer que entendemos que as novas normas contábeis não têm por escopo revogar a anterior, mas serem incorporadas ao direito existente de modo harmônico, atualizando, vez que não são incompatíveis.

Por fim, com base no critério da especialidade, em consideração da matéria normatizada, somos da opinião de que as regras contábeis específicas, advindas dos Pronunciamentos Técnicos, deveriam prevalecer sobre a regra geral, da LSA³⁷.

Além disso, devem ser levados em consideração a aprovação dos Pronunciamentos Técnicos pelo CFC e pela CVM, nos termos da competência instituída pelo parágrafo 3º do artigo 177 da LSA, com a redação da Lei nº 11.941, de 2009; e a expressa aderência da LSA às práticas contábeis internacionais no que se refere à escrituração, como previsto pelo parágrafo 5º do artigo 177, no sentido de que as normas contábeis expedidas pela CVM deverão ser elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários, sujeitas, ainda, ao crivo das auditorias externas.

Em suma, assumindo-se que exista uma antinomia aparente entre as normas, entendemos que as regras contábeis específicas dos Pronunciamentos Técnicos tenham prevalência sobre a disposição prevista na LSA no tocante ao registro dos valores decorrentes da avaliação a valor justo em conta de resultado *versus* em conta de patrimônio líquido.

Sem prejuízo dos comentários acima acerca de nossa opinião sobre a matéria, entendemos que é válida uma análise mais aprofundada em um trabalho de pesquisa específico sobre o tema, a fim de se confirmar se tal antinomia existe ou não e se há necessidade de revisão e atualização da LSA nesse tocante.

Conforme o parágrafo 91 do CPC 46, a empresa deve divulgar as informações que auxiliem os usuários de suas demonstrações contábeis a avaliar as técnicas de avaliação e bases utilizadas para a mensuração do valor justo. Isso se faz necessário em razão da subjetividade própria que é envolvida para esse tipo de avaliação, de modo que os usuários possam ter elementos para sua avaliação sobre os ativos mensurados a valor justo.

³⁷ Nesse ponto, cumpre esclarecer que não nos adentraremos à rica discussão jurídica acerca da natureza da LSA como uma lei geral ou não. Para os fins desse estudo, tomamos a LSA como uma norma societária que regula uma série de relações jurídico-societárias e que contempla regras que se utilizam de conceitos contábeis e, nesse sentido, seria uma norma geral. Segundo Diniz (2005, p. 75), “uma norma é especial se possuir em sua definição legal todos os elementos típicos da norma geral e mais alguns de natureza objetiva ou subjetiva, denominados *especializantes*. A norma especial acresce um elemento próprio à descrição legal do tipo previsto norma geral, tendo prevalência sobre esta, afastando-se assim o *bis in idem*, pois o comportamento só se enquadrará na norma especial, embora também esteja previsto na norma geral.” (destaques do autor).

Em suma, sob a ótica da nova contabilidade, a mensuração a valor justo, em substituição do padrão de custo histórico, leva em consideração o conceito de “recuperabilidade”, submetido a julgamento e mais focado na essência e não mais na forma.

De todo modo, vale reprimir que as metodologias relacionadas ao valor justo não correspondem a critérios objetivos de avaliação, e, em última análise, poder-se-ia dizer, até mesmo, que se trata de uma estimativa ou presunção.

Essa natureza de estimativa é reconhecida no próprio CPC 46, no Apêndice B, item B2, ao dispor que “o objetivo da mensuração do valor justo é estimar o preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração sob condições atuais de mercado”.

Nesse sentido, destaca-se que a avaliação a valor justo depende, exclusivamente, de julgamento. Vale ressaltar a conclusão de King (2013, p. 13) “[...] a avaliação a valor justo envolve julgamento. Logo, toda e qualquer conclusão sobre valor justo fica longe de ser precisa e talvez sequer seja totalmente confiável”.

Nesse contexto, de subjetividade de avaliação, discute-se em que medida os ganhos gerados por avaliação a valor justo podem e/ou devem ser tributados, ou seja, seus efeitos tributários, e podem e/ou devem ser distribuídos, com ou sem tributação aos beneficiários, ou seja, as repercussões tributárias e societárias.

2.4 CONCEITO DE LUCROS A REALIZAR

A avaliação a valor justo de ativos, quando há majoração de seu valor contábil, tem como contrapartida um lançamento a crédito no resultado da sociedade, em linha com as normas contábeis decorrentes dos Pronunciamentos Técnicos ratificados pelas entidades competentes. Esse crédito contábil constitui uma receita que compõe o resultado contábil, ou seja, compõe o lucro ou o prejuízo do exercício, que serão levados ao patrimônio líquido da sociedade. Em outras palavras, os ganhos e as perdas (quando houver) decorrentes da avaliação de elementos patrimoniais pelo valor justo correspondem a receitas e despesas que impactam diretamente o resultado do exercício.

Em se tratando de resultado positivo (lucro), deve-se avaliar se a parcela correspondente à majoração dos ativos pela aplicação da mensuração a valor justo deverá ser registrada em contas de lucros acumulados ou reserva de lucros a realizar dentro do patrimônio líquido da sociedade.

A reserva de lucros a realizar é constituída, de forma discricionária pelos sócios, por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício. Em princípio, o objetivo de constitui-la é de se evitar a distribuição de dividendos obrigatórios sobre uma parcela do lucro que ainda não se realizou, mas cuja mensuração se processou (artigo 202 da LSA).

Com efeito, o conceito de lucro a realizar tem como base a distinção que existe entre o lucro líquido do exercício e a geração de caixa, eis que os lucros são apurados, via de regra, sob o regime de competência e podem ser impactados pela avaliação de um ativo a valor justo, por exemplo.

Reserva remete ao conceito de algo que deva ser guardado para ser utilizado em condições especiais, somente quando necessário³⁸. E, por natureza, a reserva de lucros a realizar refere-se à expectativa de lucros futuros, que ainda não se realizaram definitivamente (por meio de ingresso no patrimônio da sociedade de maneira líquida e certa).

Nos termos da legislação societária, o artigo 197 da LSA determina que o montante do dividendo obrigatório que ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, após aprovação da assembleia-geral, poderá ser destinado à constituição da reserva de lucros a realizar³⁹.

A reserva de lucros a realizar seria constituída quando não existirem lucros realizados em valor suficiente para pagar a parcela do dividendo obrigatório. Com efeito, a reserva de lucros a realizar afeta diretamente o dividendo mínimo obrigatório, eis que o lucro a ser distribuído sob a forma de dividendo obrigatório pode conter valores cuja realização financeira não ocorreu.

³⁸ “Em sentido estrito, repetimos, reserva significa tão-somente aquela parte do lucro a qual, quer por força da lei ou dos estatutos, quer por decisão dos órgãos competentes, destina-se à retenção (permanente ou temporária) na empresa.” (HARBICH, 1980, p. 14).

³⁹ “Art. 197. No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do art. 202, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder da soma dos seguintes valores:

I – o resultado líquido positivo da equivalência patrimonial (art. 248); e

II – o lucro, rendimento ou ganho líquidos em operações ou contabilização de ativo e passivo pelo valor de mercado, cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte.

§ 2º A reserva de lucros a realizar somente poderá ser utilizada para pagamento do dividendo obrigatório e, para efeito do inciso III do art. 202, serão considerados como integrantes da reserva os lucros a realizar de cada exercício que forem os primeiros a serem realizados em dinheiro.”

De acordo com a legislação societária, o parâmetro para cálculo da reserva de lucros a realizar é a apuração dos dividendos obrigatórios. Assim, para fins societários, a parcela do lucro do exercício ainda não realizado financeiramente que fizer parte do dividendo obrigatório poderia (ou deveria, é o que se discute) ser lançada em conta de reserva de lucros a realizar, para que, em períodos posteriores, após ser realizada, fosse distribuída como dividendo⁴⁰.

Assim, conforme o inciso III do artigo 202 da LSA, à medida da realização financeira, os valores registrados à conta de lucros a realizar serão revertidos e imediatamente adicionados aos primeiros dividendos em que forem declarados. Em outras palavras, a realização financeira dos lucros a realizar acarreta a transferência dos valores para a conta de lucros acumulados ficando, portanto, disponíveis para distribuição, adicionando-se aos dividendos obrigatórios.

A realização financeira da reserva de lucros a realizar ocorrerá de acordo com a natureza de sua constituição, ou seja, se houve o registro em decorrência de lucros a receber a longo prazo ou ganho com variação cambial, bastará que tais direitos venham a ser recebidos ou se realizem no próximo exercício. Quando o lucro a realizar é decorrente da receita de equivalência patrimonial, sua realização se dará quando a sociedade receber os dividendos, ou quando alienar ou baixar os respectivos investimentos.

De toda a forma, vale lembrar que a constituição da reserva de lucros a realizar é uma faculdade, é optativa, havendo recursos para pagamento dos dividendos a sociedade poderá pagá-los, não sendo obrigatória a constituição da reserva. Sendo assim, não é mandatório que lucros decorrentes da avaliação a valor justo dos ativos sejam lançados nessa conta. Pode-se

⁴⁰ Pode ser observado pelas Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 e Relatório dos Auditores Independentes da Klabin S.A. que essa sociedade mensura seus ativos biológicos pelo seu valor justo, com efeitos no seu resultado, e que, para fins da base de cálculo do dividendo obrigatório definida no seu Estatuto Social, é feito ajuste pela constituição, realização e reversão, no respectivo exercício, da “Reserva de Ativos Biológicos.” Tal previsão consta do artigo 29, “b”, “iii” do Estatuto Social da Klabin S.A., aprovado e Consolidado na AGEO de 20.03.2014, com alterações posteriores: “atribuição aos acionistas, em cada exercício, de um dividendo não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) calculado sobre o lucro líquido ajustado na forma da lei e ainda ajustado pela constituição, realização e reversão, no respectivo exercício, da Reserva de Ativos Biológicos incisos v), vi) e vii) e da realização da conta de “Ajustes de Avaliação Patrimonial”.” Segundo o item “v” do referido artigo 29 do Estatuto Social, a Reserva de Ativos Biológicos tem “finalidade de alocação dos efeitos de ajustes ao valor justo dos ativos biológicos enquanto não realizados financeiramente, pela destinação do resultado do período pelo que estiver nele contido, líquido dos efeitos tributários, de receita de avaliação a valor justo de ativos biológicos próprios e de receita de avaliação a valor justo de ativos biológicos de controladas contida no resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela controladora. O valor a ser utilizado para a constituição da Reserva de Ativos Biológicos, será limitado ao saldo da conta “Lucros ou Prejuízos Acumulados” após a constituição, se constituídas, das Reservas Legal, para Contingências, de Incentivos Fiscais e de Lucros a Realizar.” Há, ainda, no Estatuto regras específicas a respeito das despesas geradas a partir da avaliação a valor justo e da realização da referida Reserva. De toda a forma, nota-se que o valor do lucro gerado pela avaliação a valor justo de ativos não é distribuído aos acionistas sem a respectiva realização.

discutir se a própria constituição da reserva de lucros a realizar conflita com as regras atuais contábeis de apuração de resultados, que contemplam uma forma de avaliação de ativos que pode não se converter em resultados efetivamente realizados. Contudo, não é o escopo deste trabalho avaliar se tal reserva, na forma como prevista na LSA, deveria ter sua regulamentação alterada ou não, que pode ser objeto de um estudo específico – acerca da suposta incompatibilidade entre essas regras ou não. Para o presente estudo, a questão que se coloca é se essa parcela do lucro ainda não materializada pode ou não ser distribuída aos sócios.

2.5 IMPLICAÇÕES TRIBUTÁRIAS QUE PODEM SURTIR EM DECORRÊNCIA DA EXISTÊNCIA DE LUCROS A REALIZAR PELA APLICAÇÃO DO VALOR JUSTO

A aplicação do método de mensuração do valor justo (*fair value*), para fins de avaliação de ativos e passivos, acarreta reflexos no resultado contábil e no patrimônio líquido da empresa. Como mencionado, os lucros gerados pelo ajuste positivo da mensuração a valor justo podem ser levados à registro em uma reserva de lucros a realizar.

Em primeiro lugar, deve-se analisar se a aplicação de valor justo aos ativos implica, necessariamente, a disponibilidade econômica do respectivo rendimento, acarretando, conseqüentemente, a tributação sobre a renda prevista no artigo 43 do Código Tributário Nacional⁴¹. Nesse tocante, deve-se investigar o conceito de renda e de disponibilidade econômica, quais são seus requisitos e sua relação com as modalidades de aplicação do valor justo.

Além disso, indaga-se se o lucro gerado por essa parcela decorrente da avaliação a valor justo pode ser distribuído sem qualquer tributação. Ou seja, o lucro que é gerado apenas de forma econômica, sem realização financeira e sem tributação sobre o resultado, pode ser distribuído sem qualquer tributação para a empresa e para os beneficiários, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas? Esse lucro, caso seja convertido em aumento de capital social, poderia majorar a base de custo de aquisição do investimento para a pessoa física titular de quotas ou

41 “Art. 43. O imposto, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica:

I - de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos;

II - de proventos de qualquer natureza, assim entendidos os acréscimos patrimoniais não compreendidos no inciso anterior.

§ 1º A incidência do imposto independe da denominação da receita ou do rendimento, da localização, condição jurídica ou nacionalidade da fonte, da origem e da forma de percepção.

§ 2º Na hipótese de receita ou de rendimento oriundos do exterior, a lei estabelecerá as condições e o momento em que se dará sua disponibilidade, para fins de incidência do imposto referido neste artigo.”

ações da empresa? Qual o efeito desse lucro no cálculo do valor do investimento a ser registrado pela investidora, que o avalia pelo método da equivalência patrimonial?

Frise-se que os lucros sobre os quais se discute a tributação e a distribuição são aqueles já líquidos dos tributos diferidos sobre o lucro, tendo em vista o reconhecimento contábil do imposto sobre a renda diferido passivo e da contribuição social sobre o lucro diferida passiva sobre tais valores⁴².

Tratando desses efeitos que podem ser gerados pelos lucros a realizar decorrentes da avaliação de ativos ao valor justo, bem aponta Fernandes (2015, p. 200):

A aplicação do valor justo a determinados instrumentos financeiros, à propriedade para investimento e aos ativos biológicos, no caso de aumento do valor de custo, representa o lançamento a débito em conta do ativo respectivo, tendo como contrapartida o lançamento a crédito no resultado do exercício (lucro/prejuízo), ou seja, como receita. [...] a legislação atual não conta com dispositivo expresso para a exclusão dessa receita da base de dividendos. Dessa forma, conquanto possa ser temerário em alguns casos, não há vedação legal para que a empresa distribua lucro (dividendo) gerado com a aplicação do valor justo.

Vale lembrar que, atualmente, a distribuição de lucros apurados por empresa tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado não é tributada por força do artigo 10 da Lei nº 9.249, de 1995⁴³; e a que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) já analisou e aceitou, do ponto de vista societário, um caso em que houve a distribuição de lucros a realizar (que será adiante comentado).

Essas são questões que esse trabalho visa explorar e responder.

⁴² Nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 32 Tributos sobre o Lucro, ratificado pelo CFC – NBC TG 32 (R3).

⁴³ “Art. 10. Os lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados a partir do mês de janeiro de 1996, pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, não ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, nem integrarão a base de cálculo do imposto de renda do beneficiário, pessoa física ou jurídica, domiciliado no País ou no exterior.”

3 APLICAÇÃO

3.1 TRIBUTAÇÃO DO LUCRO GERADO PELA ADOÇÃO DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS E DA DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS A REALIZAR

3.1.1 *Conceito constitucional de renda e disponibilidade*

A mensuração de bens a valor justo implica o reconhecimento contábil de um ganho que contribui para o acréscimo do patrimônio líquido da pessoa jurídica, que, inicialmente, poderia ser caracterizado como renda para efeito de incidência do IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), tributos que incidem sobre os lucros.

A Constituição Federal, em seu artigo 153, confere à União a competência tributária sobre o Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza⁴⁴. Há discussões doutrinárias a respeito da existência ou não de um conceito constitucional de renda. Somos da opinião de que a discriminação de competências é tipológica, havendo na Constituição apenas a determinação dos elementos característicos do que seja o imposto⁴⁵.

A Constituição Federal, em seu artigo 153, parágrafo 2º, I, determina que o imposto sobre a renda seja informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei. A generalidade objetiva assegurar que ninguém será excluído da tributação; a universalidade impede que se excluam da tributação certas categorias de rendimentos; e a progressividade complementa e concretiza o princípio da capacidade contributiva.

O artigo 146, III, “a”, da Constituição Federal remete a definição de fato gerador, da base de cálculo e dos contribuintes para a Lei Complementar. Por sua vez, o Código Tributário Nacional, em seu artigo 43, determina que o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza “tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica: (i) da renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos; (ii) de proventos de qualquer natureza, assim entendidos os acréscimos patrimoniais não compreendidos no inciso anterior”.

⁴⁴ “Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre: [...] III - renda e proventos de qualquer natureza; [...]”

⁴⁵ É nesse sentido a doutrina de Schoueri (2018, p. 257 et seq.).

Verifica-se, inicialmente, que o legislador foi bastante abrangente em sua definição de renda e proventos de qualquer natureza ao incluir no campo da hipótese de incidência do imposto sobre a renda, inclusive, qualquer acréscimo patrimonial.

Contudo, para haver tributação é necessário que haja a disponibilidade da renda, seja ela econômica ou jurídica. Ao se referir à disponibilidade econômica ou jurídica entendemos que o legislador quis afastar, de plano, a necessidade de um ingresso efetivo de recursos para que haja tributação. Assim, não nos adentraremos na discussão jurídica a respeito da diferença entre disponibilidade econômica e disponibilidade jurídica, eis que, para os fins deste trabalho, o que importa é determinar se ajuste positivo decorrente da mensuração de ativos a valor justo se subsume ao conceito de renda tributável e se há ou não a disponibilidade sobre referido valor.

Em linha com a doutrina de Schoueri (2019, p. 23), pode-se dizer que há disponibilidade quando o contribuinte pode dispor, ou seja, empregar, aproveitar, se utilizar, dessa renda. Nesse sentido, “há disponibilidade quando o beneficiário desta pode, segundo seu entendimento, empregar os recursos para a destinação que lhe aprouver”. A renda estaria disponível somente quando o contribuinte possa dela se valer e, partir desse momento, estaria revelada a capacidade contributiva do beneficiário sendo, portanto, cabível a tributação sobre a renda.

A referida disponibilidade não se confunde com a ocorrência de um ingresso financeiro, ou seja, com a conversão efetiva da renda em recursos financeiros. Por outro lado, a disponibilidade está relacionada ao direito incontestado do beneficiário àquela renda, ainda que essa não tenha se convertido em efetiva monetização.

As considerações acima sobre disponibilidade aplicam-se também à CSLL. Com efeito, muito embora referida contribuição tenha seu arcabouço legal próprio, notadamente a Constituição Federal⁴⁶ e a Lei nº 7.689, de 1988, aplicam-se a ela as mesmas normas de apuração e de pagamento estabelecidas para o imposto de renda das pessoas jurídicas, mantidas a base de cálculo e as alíquotas previstas na legislação em vigor⁴⁷.

⁴⁶ “Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre: [...] c) o lucro; [...]”

⁴⁷ “Art. 57. Aplicam-se à Contribuição Social sobre o Lucro (Lei nº 7.689, de 1988) as mesmas normas de apuração e de pagamento estabelecidas para o imposto de renda das pessoas jurídicas, inclusive no que se refere ao disposto no art. 38, mantidas a base de cálculo e as alíquotas previstas na legislação em vigor, com as alterações introduzidas por esta Lei. [...]”

Verifica-se, assim, que a tributação dos fatos econômicos deve estar alinhada às premissas constitucionais dos tributos, sejam elas definidas no próprio texto constitucional ou legislação complementar. No que se refere aos ajustes decorrentes da mensuração de ativos a valor justo, a sua não tributação decorre do fato de que tais valores são registros contábeis que não se configuram um acréscimo disponível ao beneficiário, de uma manifestação concreta e definitiva de capacidade contributiva⁴⁸.

Em suma, o valor justo configura uma estimativa de um valor que pode ser obtido na negociação de um ativo em uma negociação entre partes independentes. Trata-se, portanto, de um ganho potencial. E tal ganho não se configura renda disponível para fins de tributação dos tributos sobre o lucro.

3.1.2 *Tributação do valor justo – base legal aplicada*

Nos termos do artigo 13 da Lei nº 12.973, de 2014, o ganho gerado pela avaliação a valor justo não é tributado e a perda não é dedutível para efeitos da apuração do IRPJ e da CSLL, de acordo com a sistemática de tributação do lucro real, desde que o respectivo aumento no valor do ativo ou na redução do valor do passivo seja evidenciado com subcontas contábeis vinculadas aos ativos ou passivos.

O referido ganho será computado na determinação do lucro real na medida em que o respectivo ativo for realizado, mediante depreciação, amortização, exaustão, alienação ou baixa⁴⁹.

Por outro lado, o ganho será tributado para fins de IRPJ e da CSLL quando não for evidenciado por meio de subconta. Tal ganho não poderá acarretar a redução de prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa da CSLL do período, devendo, nesse caso, ser considerado em período de apuração seguinte em que exista lucro real, ou resultado ajustado, antes do cômputo do referido ganho. Nessa hipótese, a pessoa jurídica deverá verificar se teria prejuízo fiscal caso não computasse o ganho e, em caso afirmativo, calcular o valor desse prejuízo fiscal.

⁴⁸ Nesse sentido é o entendimento de Rocha (2020, p. 354).

⁴⁹ Nos termos do § 6º do artigo 13 da Lei nº 12.973, de 2014, no caso de operações de permuta que envolvam troca de ativo ou passivo avaliados a valor justo, o ganho decorrente da avaliação com base no valor justo poderá ser computado na determinação do lucro real na medida da realização do ativo ou passivo recebido na permuta.

A perda decorrente da avaliação do ativo ou do passivo a valor justo está sujeita ao mesmo controle e aos mesmos efeitos em relação à dedutibilidade da despesa.

Nos termos do artigo 16 da Lei nº 12.973, de 2014, a pessoa jurídica tributada pelo lucro presumido que, em período de apuração imediatamente posterior, passar a ser tributada pelo lucro real deverá incluir na base de cálculo do imposto apurado pelo lucro presumido os ganhos decorrentes de avaliação com base no valor justo, que façam parte do valor contábil, e na proporção deste, relativos aos ativos constantes de seu patrimônio. No entanto, a tributação dos ganhos poderá ser diferida para os períodos de apuração em que a pessoa jurídica for tributada pelo lucro real, desde que observados os procedimentos relativos aos controles segregados em subcontas. Da mesma forma, as perdas verificadas somente poderão ser computadas na determinação do lucro real dos períodos de apuração posteriores se observados os procedimentos relativos às subcontas.

A legislação prevê também o tratamento tributário do ganho na subscrição de capital com bem avaliado a valor justo. Essa hipótese trata do diferimento da tributação do ganho decorrente de avaliação com base no valor justo de bem do ativo incorporado ao patrimônio de outra pessoa jurídica, na subscrição em bens de capital social, ou de valores mobiliários emitidos por companhia.

O diferimento da tributação está condicionado ao registro contábil do valor do aumento no valor do bem em subconta vinculada à participação societária ou aos valores mobiliários, com indicação do bem objeto de avaliação com base no valor justo, de forma a se permitir a determinação da parcela realizada em cada período⁵⁰.

⁵⁰ Lei nº 12.973, de 2014: “Art. 17. O ganho decorrente de avaliação com base no valor justo de bem do ativo incorporado ao patrimônio de outra pessoa jurídica, na subscrição em bens de capital social, ou de valores mobiliários emitidos por companhia, não será computado na determinação do lucro real, desde que o aumento no valor do bem do ativo seja evidenciado contabilmente em subconta vinculada à participação societária ou aos valores mobiliários, com discriminação do bem objeto de avaliação com base no valor justo, em condições de permitir a determinação da parcela realizada em cada período.”

§ 1º O ganho evidenciado por meio da subconta de que trata o caput será computado na determinação do lucro real:

- I - na alienação ou na liquidação da participação societária ou dos valores mobiliários, pelo montante realizado;
- II - proporcionalmente ao valor realizado, no período-base em que a pessoa jurídica que houver recebido o bem realizar seu valor, inclusive mediante depreciação, amortização, exaustão, alienação ou baixa, ou com ele integralizar capital de outra pessoa jurídica; ou
- III - na hipótese de bem não sujeito a realização por depreciação, amortização ou exaustão que não tenha sido alienado, baixado ou utilizado na integralização do capital de outra pessoa jurídica, nos 5 (cinco) anos-calendário subsequentes à subscrição em bens de capital social, ou de valores mobiliários emitidos por companhia, à razão de 1/60 (um sessenta avos), no mínimo, para cada mês do período de apuração.

§ 2º Na hipótese de não ser evidenciado por meio de subconta na forma prevista no caput, o ganho será tributado.

A tributação do respectivo ganho deve ocorrer no momento da realização do bem. Para esse fim, a legislação elegeu as seguintes bases e eventos: (i) pelo montante realizado, na alienação ou liquidação da participação societária ou dos valores mobiliários; (ii) proporcionalmente ao valor realizado, no período-base em que a pessoa jurídica que houver recebido o bem realizar seu valor, inclusive mediante depreciação, amortização, exaustão, alienação ou baixa, ou com ele integralizar capital de outra pessoa jurídica; ou (iii) à razão de 1/60 (um sessenta avos), no mínimo, para cada mês do período de apuração, na hipótese de bem não sujeito a realização por depreciação, amortização ou exaustão que não tenha sido alienado, baixado ou utilizado na integralização do capital de outra pessoa jurídica, nos 5 (cinco) anos-calendário subsequentes à subscrição em bens de capital social, ou de valores mobiliários emitidos por companhia.

A Lei nº 12.973, de 2014, também introduziu os artigos 24-A e 24-B no Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, criando regras específicas para contabilização e tratamento tributário a ser conferido ao método da equivalência patrimonial quando a sociedade investida possuir ajuste de avaliação patrimonial registrado⁵¹. Em síntese, o aumento do valor do investimento

§ 3º Na hipótese de que trata o § 2º, o ganho não poderá acarretar redução de prejuízo fiscal do período e deverá, nesse caso, ser considerado em período de apuração seguinte em que exista lucro real antes do cômputo do referido ganho.

§ 4º Na hipótese de a subscrição de capital social de que trata o caput ser feita por meio da entrega de participação societária, será considerada realização, nos termos do inciso III do § 1º, a absorção do patrimônio da investida, em virtude de incorporação, fusão ou cisão, pela pessoa jurídica que teve o capital social subscrito por meio do recebimento da participação societária.

§ 5º O disposto no § 4º aplica-se inclusive quando a investida absorver, em virtude de incorporação, fusão ou cisão, o patrimônio da pessoa jurídica que teve o capital social subscrito por meio do recebimento da participação societária.”

⁵¹ “Art. 24-A. A contrapartida do ajuste positivo, na participação societária, mensurada pelo patrimônio líquido, decorrente da avaliação pelo valor justo de ativo ou passivo da investida, deverá ser compensada pela baixa do respectivo saldo da mais-valia de que trata o inciso II do caput do art. 20.

§ 1º O ganho relativo à contrapartida de que trata o caput, no caso de bens diferentes dos que serviram de fundamento à mais-valia de que trata o inciso II do caput do art. 20, ou relativo à contrapartida superior ao saldo da mais-valia, deverá ser computado na determinação do lucro real, salvo se o ganho for evidenciado contabilmente em subconta vinculada à participação societária, com discriminação do bem, do direito ou da obrigação da investida objeto de avaliação com base no valor justo, em condições de permitir a determinação da parcela realizada, liquidada ou baixada em cada período.

§ 2º O valor registrado na subconta de que trata o § 1º será baixado à medida que o ativo da investida for realizado, inclusive mediante depreciação, amortização, exaustão, alienação ou baixa, ou quando o passivo da investida for liquidado ou baixado, e o ganho respectivo não será computado na determinação do lucro real nos períodos de apuração em que a investida computar o ganho na determinação do lucro real.

§ 3º O ganho relativo ao saldo da subconta de que trata o § 1º deverá ser computado na determinação do lucro real do período de apuração em que o contribuinte alienar ou liquidar o investimento.

§ 4º A Secretaria da Receita Federal do Brasil irá disciplinar o controle em subcontas de que trata este artigo.

Art. 24-B. A contrapartida do ajuste negativo na participação societária, mensurada pelo patrimônio líquido, decorrente da avaliação pelo valor justo de ativo ou passivo da investida, deverá ser compensada pela baixa do respectivo saldo da menos-valia de que trata o inciso II do caput do art. 20.

registrado na investida decorrente de ajuste de avaliação a valor justo não será tributado enquanto: (i) não realizado o ativo ou liquidado o passivo correspondente pela investida; ou (ii) não alienado o investimento detido pela investidora.

Mais uma vez, é requerido o controle em subcontas contábeis da investidora para que fique evidenciado em seus livros contábeis que sua investida tem bens ou direitos avaliados a valor justo, que não devem ser tributados, ou deduzidos, enquanto não efetivamente realizados. Esses ajustes se assemelham aos que eram aplicáveis às antigas reservas de reavaliação (que não são mais permitidas, segundo a legislação societária).

Por sua vez, o artigo 26 da Lei nº 12.973, de 2014, dá o tratamento tributário para o ajuste a valor justo nas operações de fusão, cisão e incorporação, dispondo que os ganhos decorrentes de avaliação com base no valor justo da sucedida não poderão ser considerados na sucessora como integrante do custo de aquisição do bem ou direito que lhe deu causa para efeito de determinação de ganho ou perda de capital e do cômputo da depreciação, amortização ou exaustão. Não obstante, o parágrafo único do referido artigo determina que, na sucessora, o ganho decorrente da avaliação a valor justo terá o mesmo tratamento tributário conferido anteriormente na sucedida, em relação aos ganhos e perdas evidenciados em subcontas⁵².

§ 1º A perda relativa à contrapartida de que trata o caput, no caso de bens diferentes dos que serviram de fundamento à menos-valia, ou relativa à contrapartida superior ao saldo da menos-valia não será computada na determinação do lucro real e será evidenciada contabilmente em subconta vinculada à participação societária, com discriminação do bem, do direito ou da obrigação da investida objeto de avaliação com base no valor justo, em condições de permitir a determinação da parcela realizada, liquidada ou baixada em cada período.

§ 2º O valor registrado na subconta de que trata o § 1º será baixado à medida que o ativo da investida for realizado, inclusive mediante depreciação, amortização, exaustão, alienação ou baixa, ou quando o passivo da investida for liquidado ou baixado, e a perda respectiva não será computada na determinação do lucro real nos períodos de apuração em que a investida computar a perda na determinação do lucro real.

§ 3º A perda relativa ao saldo da subconta de que trata o § 1º poderá ser computada na determinação do lucro real do período de apuração em que o contribuinte alienar ou liquidar o investimento.

§ 4º Na hipótese de não ser evidenciada por meio de subconta na forma prevista no § 1º, a perda será considerada indedutível na apuração do lucro real.

§ 5º A Secretaria da Receita Federal do Brasil disciplinará o controle em subcontas de que trata este artigo.”

⁵² “Art. 26. Nos casos de incorporação, fusão ou cisão, os ganhos decorrentes de avaliação com base no valor justo na sucedida não poderão ser considerados na sucessora como integrante do custo do bem ou direito que lhe deu causa para efeito de determinação de ganho ou perda de capital e do cômputo da depreciação, amortização ou exaustão.

Parágrafo único. Os ganhos e perdas evidenciados nas subcontas de que tratam os arts. 13 e 14 transferidos em decorrência de incorporação, fusão ou cisão terão, na sucessora, o mesmo tratamento tributário que teriam na sucedida.”

Deve ser destacada a importância conferida pelas referidas normas tributárias ao cumprimento da obrigação acessória (ou dever instrumental) de se efetuar o registro dos valores decorrentes da avaliação a valor justo em subcontas distintas de seus respectivos ativos⁵³.

Verifica-se que a tributação dos referidos valores apenas e tão somente é afastada caso seja cumprida essa obrigação acessória, de caráter meramente informativo. Esse controle fiscal referente ao registro de subcontas contábeis deve ser realizado na escrituração contábil do contribuinte, feita eletronicamente por meio da Escrituração Contábil Digital⁵⁴.

Uma primeira questão que surge refere-se à possibilidade de tributação em caso de descumprimento de uma obrigação acessória. Ou seja, sobre a regra que determina a tributação dos referidos ganhos decorrentes da avaliação de bens pelo valor justo caso não haja um registro contábil específico em subcontas do ativo avaliado a valor justo.

O controle contábil do referido ganho é tido como elemento essencial para afastar a sua tributação. Assim, uma vez não cumprida essa obrigação acessória, será exigido o respectivo tributo, que passa a ter natureza de penalidade imposta a não observância de obrigação acessória. Ressalte-se que aqui o não cumprimento de uma obrigação acessória implica o surgimento de uma obrigação principal, de pagar tributos, o que se distancia, por princípio, da regra do parágrafo 2º do artigo 113 do Código Tributário Nacional (CTN), que dispõe que o não cumprimento de uma obrigação acessória converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

No caso em tela, não há uma discussão a respeito da penalidade pecuniária que pode surgir em razão do não cumprimento de uma obrigação acessória, mas sim, do surgimento de uma obrigação principal, qual seja, a de pagar tributos.

⁵³ Trataremos dessa obrigação como uma obrigação tributária acessória, na acepção do parágrafo 2º do artigo 113 do Código Tributário Nacional: “A obrigação tributária é principal ou acessória.

§ 1º A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

§ 3º A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.”

⁵⁴ A Escrituração Contábil Digital (ECD) é parte integrante do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), nos termos do Decreto nº 6.022, de 2007, e tem por objetivo substituir a escrituração em papel pela escrituração eletrônica dos seguintes livros: (i) Livro Diário e seus auxiliares, se houver; (ii) Livro Razão e seus auxiliares, se houver; e (iii) Livro Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.

Em princípio, como obrigação acessória, tal controle fiscal da mensuração a valor justo de ativos em subconta contábil deveria ser utilizado como meio de verificação, por parte das autoridades fiscais, da origem, da movimentação dos saldos e, especialmente, da sua realização. Para os contribuintes, tal controle deveria ser tido como meio de garantia do diferimento da tributação do IRPJ e da CSLL sobre o ganho decorrente da mensuração do valor justo.

Nesse contexto, caso o contribuinte não tenha adimplido a referida obrigação acessória, esse dever instrumental de declarar, haveria a inversão do ônus da prova, devendo o contribuinte ser compelido a fazer prova sobre a realização ou não do ganho apurado por meio da mensuração do valor justo. Somente no caso de o contribuinte não conseguir comprovar a realização do valor justo é que poderiam ser exigidos os respectivos tributos sobre o ganho⁵⁵.

Contudo, as disposições da Lei nº 12.973, de 2014, impõem ao contribuinte como penalidade pelo não cumprimento de uma obrigação acessória (dever de declarar, em suas demonstrações contábeis, o ganho decorrente da mensuração a valor justo em subconta distinta do ativo do qual decorre) a própria exigência do tributo.

Essa ainda é uma questão controversa no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Os julgadores da 4ª Câmara da 1ª Sessão do CARF já decidiram, por meio do antigo voto de qualidade, que “o ganho decorrente de avaliação de ativo com base no valor justo não controlado em subconta devidamente vinculada será computado na determinação do lucro real.” Nesse caso, entenderam os Conselheiros que eventual incompatibilidade das regras previstas nos artigos 63 a 67 da Lei nº 12.973, de 2014, no que se refere ao controle contábil em subcontas, e o artigo 43 do CTN deveria ser analisada em sede de declaração de inconstitucionalidade, o que seria vedado aos membros do CARF. De toda a forma, ainda foi salientado que não haveria tal incompatibilidade e que as regras anteriores relativas à antiga reavaliação de ativos também determinavam a imediata tributação dos valores, caso não houvesse determinados controles⁵⁶.

De modo diverso, na 4ª Câmara da 1ª Sessão do CARF, os Conselheiros decidiram em duas oportunidades que “a ausência de criação de subconta não pode implicar automaticamente no acréscimo da base de cálculo de IRPJ sob o risco de afronta ao conceito de renda previsto no art. 43 do CTN.” As autoridades julgadoras entenderam que, enquanto não realizada a renda

⁵⁵ Nesse sentido, são as conclusões de Fernandes (2017a, p. 114).

⁵⁶ Acórdão nº 1301-004.091 – 1ª Seção de Julgamento / 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária, Processo nº 10166.729370/2017-40, sessão de 17 de setembro de 2019.

decorrente do ajuste de avaliação a valor justo, não há que se falar em tributação pelo imposto sobre a renda e pela contribuição social sobre o lucro líquido⁵⁷.

Em suma, apesar de não haver tributação enquanto não houver a realização do bem, o ganho gerado pela avaliação do bem a valor justo compõe o resultado contábil da sociedade e, conseqüentemente, seu lucro ou prejuízo do exercício.

Verifica-se, assim, que, para efeitos de tributação sobre o lucro, foi eleito o princípio da realização dos ganhos gerados pela apuração do valor justo dos ativos. Conseqüentemente, enquanto não realizado o ganho mediante a depreciação, exaustão, amortização, alienação ou baixa do respectivo bem que foi mensurado a valor justo, não há que se falar em tributação sobre o lucro.

3.1.3 *Princípio da realização da renda*

Convém destacar algumas notas sobre o que vem a ser o “princípio da realização”, que não tem conceito normatizado e que comporta diversas interpretações. Discute-se a relação entre o princípio da capacidade contributiva, informativo do imposto sobre a renda, e o princípio de realização da renda⁵⁸.

Do ponto de vista normativo, há um diferimento da tributação dos referidos ganhos decorrentes da avaliação a valor justo dos bens do ativo para o momento de sua efetiva “realização”. Contudo, a definição desse conceito não é dada pelas normas.

Uma interpretação possível, com a qual concordamos, relaciona a concretização da capacidade contributiva, portanto, disparando a possibilidade de tributação, ao momento em que o respectivo valor (ganho) for confirmado por uma operação de mercado (“realização em termos de mensuração ou exequibilidade do direito”), como bem explica Fernandes (2017a, p.

⁵⁷ Acórdão nº 1402-003.589 – 1ª Seção de Julgamento / 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária, Processo nº 10166.729363/2017-48, sessão de 21 de novembro de 2018; e Acórdão nº 1401-003.873 – 1ª Seção de Julgamento / 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária, Processo nº 10166.730390/2017-63, sessão de 11 de novembro de 2019.

⁵⁸ Princípio constitucional da capacidade contributiva previsto no parágrafo primeiro do artigo 145 da Constituição Federal: “§ 1º Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.”

108). Essa é a primeira acepção que pode se dar para o conceito de realização, ou seja, a efetivação (ou confirmação) por meio de uma operação de mercado⁵⁹.

Para Bifano (2019, p. 261- 262), do ponto de vista contábil, a “realização” encontra-se nas normas gerais, contidas na LSA, e, especialmente quanto ao valor justo de itens patrimoniais, entende que o parágrafo 1º do artigo 183, ao conceituar esse termo, o define como “preço de realização”, ou seja, correspondente ao “valor líquido de venda no mercado, deduzidos os impostos e demais despesas necessárias para a venda, e a margem de lucro”. Em resumo, entende a autora que no contexto da lei societária, a realização “sempre implica conversão futura do bem em dinheiro ou em algo que o represente.”

Em última análise, pode-se dizer que, pelo princípio da realização, a renda representa, efetivamente, um acréscimo patrimonial, isto é, “a incorporação definitiva e incondicional de um direito à universalidade patrimonial do contribuinte”, como afirmam Bianco e Pedrosa Junior (2019, p. 180).

Nesse contexto, não caberia a abertura da hipótese de incidência do imposto sobre a renda a uma acepção econômica do patrimônio que tenha sido mensurado a valor justo de seus ativos e passivos, em linha com o patrimônio líquido apurado pela nova contabilidade. Isso iria de encontro ao conceito tributário de renda, constitucionalmente previsto, e orientado pelo princípio da realização. A renda a ser tributável é a efetiva e adquirida, decorrente de um ato ou negócio jurídico ajustado entre as partes. A tributação pelo imposto de renda de eventos econômicos – como o ganho apurado em decorrência da avaliação a valor justo de ativos – acarretaria a subtração do próprio patrimônio do contribuinte, e não da renda, eis que ainda não concretizada.

Em outras palavras, ainda que tais ganhos decorrentes de mensuração a valor justo de ativos possam gerar acréscimos ao patrimônio do contribuinte, servindo de base para a distribuição de dividendos, esses valores não podem ser oferecidos à tributação do imposto sobre a renda, eis que a renda ainda não foi efetivamente concretizada. Tais ganhos, do ponto de vista tributário, representam acréscimos de valor não realizados.

Do ponto de vista normativo, os artigos 13 e 14 da Lei nº 12.973, de 2014, bem endereçaram a questão, ao determinar a inexistência de efeitos tributários aos ajustes de

⁵⁹ Vale ressaltar que, para fins tributários, o conceito de realização inclui também a depreciação, amortização e baixa.

avaliação a valor justo enquanto não houver um evento de realização dos respectivos ativos, ou enquanto os passivos não forem baixados ou liquidados.

3.2 TRIBUTAÇÃO DA RECEITA GERADA PELA ADOÇÃO DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS

Nesse tocante, busca-se verificar se a receita decorrente da avaliação de um ativo pelo valor justo está sujeita ou não à tributação pela Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) pela Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

3.2.1 *Conceito constitucional de receita passível de tributação*

O conceito de receita, para fins de incidência de PIS e COFINS foi, e ainda é, objeto de acaloradas discussões jurídicas. Sua definição, como aspecto quantitativo da regra matriz de incidência tributária das referidas contribuições, está prevista no artigo 195, I, “b”, da Constituição Federal⁶⁰.

O artigo 2º da Lei nº 9.718, de 1998, estabelece que “as contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, serão calculadas com base no seu faturamento, observada a legislação vigente e as alterações introduzidas por essa Lei.” O artigo 3º da referida Lei prevê que “o faturamento a que se refere o artigo 2º compreende a receita bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977”.

No contexto de discussão acerca da constitucionalidade do alargamento da base de cálculo das contribuições promovida pela referida legislação, restou decidido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no Recurso Extraordinário nº 346.084, que há um conceito constitucional de receita, dispondo que “receita bruta e faturamento como sinônimas, jungindo-as à venda de mercadorias, de serviços ou de mercadorias e serviços⁶¹”.

⁶⁰ “Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre: [...] b) a receita ou o faturamento; [...]”

⁶¹ Confira-se a ementa do Acórdão do referido processo: “CONSTITUCIONALIDADE SUPERVENIENTE - ARTIGO 3º, § 1º, DA LEI Nº 9.718, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998 - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1998. O sistema jurídico brasileiro não contempla a figura da constitucionalidade superveniente. TRIBUTÁRIO - INSTITUTOS - EXPRESSÕES E VOCÁBULOS - SENTIDO. A norma pedagógica do artigo 110 do Código Tributário Nacional ressalta a impossibilidade de a lei tributária alterar a definição, o conteúdo e o alcance de consagrados institutos, conceitos e formas de direito privado utilizados expressa ou implicitamente. Sobrepe-se ao aspecto formal o princípio da realidade, considerados os elementos tributários. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - PIS - RECEITA BRUTA - NOÇÃO - INCONSTITUCIONALIDADE

As leis posteriores, Lei nº 10.637, de 2002, e Lei nº 10.833, de 2003, que instituíram o regime da não-cumulatividade das contribuições, corroboram o entendimento de que existe um conceito específico de receita para fins de tributação, que independe da contabilidade, dispondo que as contribuições incidem sobre o total das receitas auferidas mensalmente pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil⁶².

Essa independência entre os conceitos contábil e jurídico de receita, para fins de tributação pelas contribuições, pode ainda ser confirmado pela decisão proferida pelo STF no Recurso Extraordinário nº 606.107/RS, julgado em 22 de maio de 2013, Relatora Ministra Rosa Weber, cujo trecho abaixo da ementa merece ser transcrito:

V – O conceito de receita, acolhido pelo art. 195, I, “b”, da Constituição Federal, não se confunde com o conceito contábil. Entendimento, aliás, expresso nas Leis 10.637/02 (art. 1º) e Lei 10.833/03 (art. 1º), que determinam a incidência da contribuição ao PIS/PASEP e da COFINS não cumulativas sobre o total das receitas, “independentemente de sua denominação ou classificação contábil”. Ainda que a contabilidade elaborada para fins de informação ao mercado, gestão e planejamento das empresas possa ser tomada pela lei como ponto de partida para a determinação das bases de cálculo de diversos tributos, de modo algum subordina a tributação. A contabilidade constitui ferramenta utilizada também para fins tributários, mas moldada nesta seara pelos princípios e regras próprios do Direito Tributário. Sob o específico prisma constitucional, receita bruta pode ser definida como o ingresso financeiro que se integra no patrimônio na condição de elemento novo e positivo, sem reservas ou condições.

Nesse sentido, não são todos os ingressos que se caracterizam como receitas, passíveis de tributação pelas referidas contribuições, mas, tão-somente, aqueles que se incorporam ao patrimônio da sociedade, de modo definitivo, sem reservas ou condições.

É nesse sentido o posicionamento adotado no julgamento pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, julgado em 15 de março de 2017, Relatora Ministra Cármen Lúcia, que tratou da exclusão do

DO § 1º DO ARTIGO 3º DA LEI Nº 9.718/98. A jurisprudência do Supremo, ante a redação do artigo 195 da Carta Federal anterior à Emenda Constitucional nº 20/98, consolidou-se no sentido de tomar as expressões **receita bruta e faturamento como sinônimas, jungindo-as à venda de mercadorias, de serviços ou de mercadorias e serviços**. É inconstitucional o § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, no que ampliou o conceito de receita bruta para envolver a totalidade das receitas auferidas por pessoas jurídicas, independentemente da atividade por elas desenvolvida e da classificação contábil adotada”. (RE 346084, Relator(a): ILMAR GALVÃO, Relator(a) p/ Acórdão: MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 09/11/2005, DJ 01-09-2006 PP-00019 EMENT VOL-02245-06 PP-01170) (destaques nossos).

⁶² Lei nº 10.637, de 2002: “Art. 1º. A Contribuição para o PIS/Pasep, com a incidência não cumulativa, incide sobre o total das receitas auferidas no mês pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil”. Lei nº 10.833, de 2003: “Art. 1º. A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, com a incidência não cumulativa, incide sobre o total das receitas auferidas no mês pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil.”

Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS. Conforme o voto do Ministro Celso de Mello proferido nesse caso, o STF censura, de modo correto, por inconstitucional, a inclusão de valores estranhos ao conceito de faturamento e receita na base de cálculo do PIS/COFINS. Nessa ocasião, afirmou o Ministro que:

[...] Inaceitável, por isso mesmo, que se qualifique qualquer ingresso como receita, pois a noção conceitual de receita compõe-se da integração, ao menos para efeito de sua configuração, de 02 (dois) elementos essenciais: a) que a incorporação dos valores faça-se positivamente, importando em acréscimo patrimonial; e b) que essa incorporação revista-se de caráter definitivo.

Aplicando-se esses conceitos jurídicos aos ganhos auferidos pela mensuração a valor justo de bens do ativo, pode-se dizer que tais valores positivos, enquanto não tenha havido um elemento de exequibilidade, ou de confirmação de mercado, não terão ingressado definitivamente no patrimônio da pessoa jurídica e, portanto, não poderão ser considerados como receitas para fins de apuração da base de cálculo das referidas contribuições.

Esse entendimento está em linha com as determinações da legislação aplicada, conforme abaixo detalhado.

3.2.2 *Tributação do valor justo – base legal aplicada*

No que se refere às contribuições apuradas de acordo com o sistema não-cumulativo, nos termos das Leis nº 10.637, de 2002, e nº 10.833, de 2003, que, respectivamente, tratam da tributação de PIS e COFINS, não serão computadas nas bases de cálculo das contribuições as receitas relativas aos ganhos decorrentes de avaliação de ativo e passivo com base no valor justo⁶³.

Na mesma linha, no cálculo dos créditos das mencionadas contribuições não serão computados os ganhos e perdas decorrentes de avaliação de ativo com base no valor justo⁶⁴.

No caso das contribuições apuradas pelo sistema cumulativo, não há que se falar na tributação dos ganhos decorrentes da aplicação do valor justo, vez que tais valores não se

⁶³ Conforme previsto no artigo 1º, parágrafo 3º, IX, da Lei nº 10.637, de 2002; e no artigo 1º, parágrafo 3º, VIII, da Lei nº 10.833, de 2003.

⁶⁴ Nos termos do artigo 2º, parágrafo 20, da Lei nº 10.637, de 2002; e do artigo 3º, parágrafo 28, da Lei nº 10.833, de 2003.

coadunam com o conceito de faturamento, base de cálculo das contribuições, nos termos da legislação vigente⁶⁵.

Verifica-se, assim, que para efeitos das contribuições que incidem sobre a receita, o ganho decorrente da aplicação do valor justo para avaliação de ativos não deve ser tributado. Há razão para que tais resultados não sejam oferecidos à tributação, vez que não se enquadram perfeitamente no conceito de receita tributável. Com efeito, a mera aplicação da mensuração a valor justo não implica ingresso de recursos novos a justificar a incidência dessas contribuições.

3.3 DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS GERADOS

O parágrafo 1º do artigo 187 da LSA determina que no resultado do exercício devam ser computados as receitas, os rendimentos e os ganhos do período, independentemente de sua realização em moeda. Assim, a apuração do resultado baseia-se em fatos econômicos, sendo irrelevante sua realização financeira para fins de se determinar o lucro líquido do exercício e, por consequência, o lucro passível de distribuição.

Na hipótese de haver lucro contábil sem que haja ainda a realização total do bem que deu origem a avaliação a valor justo, haverá lucro a realizar, sendo optativa a constituição da respectiva reserva em conta de patrimônio líquido.

A legislação tributária, notadamente o artigo 10 da Lei nº 9.249, de 1995, como acima mencionado, prevê que os lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados a partir do mês de janeiro de 1996, pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, não serão tributados pelo imposto de renda na fonte, nem integrarão a base de cálculo do imposto de renda do beneficiário, pessoa física ou jurídica, domiciliado no País ou no exterior.

Nota-se que a legislação tributária não contempla nenhuma exceção ou especificidade em relação à realização ou não do lucro para fins de aplicação da regra de isenção da sua distribuição. Com efeito, muito embora a aplicação da mensuração de valor justo seja um mecanismo que captura expectativas, essas poderão, em tese, ser distribuídas aos sócios como parte dos lucros, sem que haja qualquer tributação, eis que essas expectativas não sofrem incidência tributária enquanto não realizadas.

⁶⁵ Lei nº 9.718, de 1998.

No passado, já houve a tentativa de tributação do lucro distribuído com base nos resultados apurados segundo os critérios contábeis posteriores a Lei nº 11.638, de 2007. Vale lembrar que a legislação tributária optou por criar um regime transitório para adequação da legislação tributária aos novos padrões contábeis introduzidos no nosso sistema (RTT)⁶⁶. Durante o período de sete anos teve vigência um regime “transitório”, até a entrada em vigor de uma lei que disciplinasse os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis, buscando a neutralidade tributária (como previsto no artigo 15 da Lei nº 11.941, de 2009). A lei que disciplinou referidos efeitos tributários foi a Lei nº 12.973, de 2014.

No período de vigência do RTT, as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 2007, e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941, de 2009, que modificaram o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, definido no artigo 191 da LSA, não tiveram efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica sujeita ao RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Tal disposição legal deu ensejo à Receita Federal do Brasil a editar a Instrução Normativa RFB nº 1.397, de 2013, (IN 1397) que dispõe sobre o RTT, tratando de regras específicas de tributação sobre os resultados apurados nesse período. No Capítulo III, que trata das regras pertinentes à tributação dos lucros ou dividendos, o artigo 26 determina que os lucros ou dividendos pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, obtidos com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (portanto, antes da introdução das novas regras contábeis), poderão ser distribuídos sem tributação. O artigo 28 da referida norma tratava da tributação da parcela “excedente de lucros” apurados entre o período de 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013, por meio (i) da retenção na fonte do imposto sobre a renda conforme tabela progressiva mensal e inclusão na base de cálculo do imposto sobre a renda na Declaração de Ajuste Anual, para o beneficiário pessoa física residente no País; (ii) do cômputo na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, para as pessoas jurídicas domiciliadas no País; (iii) da retenção na fonte do imposto sobre a renda calculado à alíquota de 15% (quinze por cento) no caso de beneficiário residente ou domiciliado no exterior; e (iv) da retenção na fonte do imposto sobre a renda calculado à alíquota de 25%

⁶⁶ RTT foi instituído pela Medida Provisória nº 448, de 2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.941, de 2009, e foi revogado pela Medida Provisória nº 627, de 2013, que foi convertida na Lei nº 12.973, de 2014.

(vinte e cinco por cento) no caso de beneficiário residente ou domiciliado em país ou dependência com tributação favorecida, a que se refere o artigo 24 da Lei nº 9.430, de 1996.

Contudo, tal disposição foi alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.492, de 2014, deixando claro que “a parcela excedente de lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013 não ficará sujeita à incidência do IRRF, nem integrará a base de cálculo do Imposto sobre a Renda e da CSLL do beneficiário, pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliado no País ou no exterior”, tal alteração ainda previu a tributação da parcela excedente de lucros no exercício de 2014.

Somos da opinião de que a disposição normativa que tratava da tributação era ilegal, eis que não estava amparada por nenhum dispositivo previsto na legislação ordinária.

Contudo, vale ressaltar que as essas normas infralegais, especificamente as instruções normativas emitidas pela RFB, IN 1397 e nº 1.700, de 2018 (IN 1700), podem dar margem para discussão a respeito da não tributação da distribuição dos lucros a realizar. Com efeito, a IN 1397 encontra-se ainda vigente (muito embora o RTT tenha sido extinto). Por sua vez, a IN 1700, em seu artigo 238, que trata dos lucros e dividendos distribuídos, dispõe que não estão sujeitos ao imposto sobre a renda os lucros e dividendos pagos ou creditados a sócios, acionistas ou titular de empresa individual, observado o disposto no Capítulo III da IN 1397.

Entendemos que a referência existente na IN 1700 ao Capítulo III da IN 1397 relaciona-se, exclusivamente, aos resultados que tenham sido apurados por ocasião da vigência do RTT. Contudo, não afastamos a possibilidade, ainda que remota, de as autoridades fiscais terem uma interpretação diferente, ou seja, mais restritiva no sentido de que os lucros isentos de tributação são aqueles que foram apurados de acordo com as regras contábeis anteriores à Lei nº 11.638, de 2007.

De toda a forma, a lei que atualmente trata dos efeitos tributários das normas contábeis que foram introduzidas no sistema após a Lei nº 11.638, de 2007 é a Lei nº 12.973, de 2014, que não contempla nenhuma disposição acerca da tributação dos lucros porventura apurados com base na avaliação a valor justo de ativos.

Poder-se-ia ainda discutir se a distribuição de lucros ainda não realizados, decorrentes da avaliação a valor justo de ativos, corresponderia, de alguma forma, a uma hipótese prevista no artigo 32 da Lei nº 4.357, de 1964, regulado pelo artigo 1.018 do Decreto nº 9.580, de 2018, que trata da vedação da distribuição de resultados aos acionistas e pagamento de participação

aos sócios e demais membros da diretoria e órgãos fiscais e consultivos, enquanto existirem débitos não garantidos para com a União e sua autarquias da Previdência Social.

Sem nos adentrarmos nas discussões sobre a constitucionalidade de tal dispositivo legal, objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade 5161, em trâmite perante o Supremo Tribunal Federal, somos da opinião de que a distribuição dos referidos lucros não tem qualquer relação de pertinência com tais dispositivos, eis que se trata da distribuição de lucros contabilmente apurados. A distribuição desses lucros gerados a partir da avaliação a valor justo poderia ser feita como a distribuição de lucros de quaisquer outros resultados apurados, não guardando qualquer relação com a existência de débitos ou não, de forma que não seriam aplicáveis as disposições legais do referido artigo 32 da Lei nº 4.357, de 1964.

Outra forma de aproveitamento desse resultado positivo gerado pelos lucros acumulados decorrentes da avaliação a valor justo dos bens seria sua conversão em aumento de capital social, ou seja, o aumento de capital social com base em reserva de lucros a realizar constituída com a contrapartida dos aumentos de valor dos bens do ativo em razão da avaliação a valor justo. Esse lucro, caso seja convertido em aumento de capital social, poderá majorar a base de custo de aquisição do investimento para a pessoa física titular de quotas ou ações da empresa⁶⁷. E, no futuro, em caso de alienação do investimento (das quotas ou ações da sociedade) esse custo majorado potencialmente reduziria o valor do ganho de capital, sujeito à tributação pelo imposto de renda.

Em suma, exclusivamente com base na legislação tributária vigente, os lucros decorrentes da avaliação a valor justo de ativos, ainda não realizados, e, portanto, não tributados pelos tributos sobre o lucro – IRPJ e CSLL – poderiam ser distribuídos aos sócios e acionistas, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou não residentes, sem tributação pelo imposto de renda, com base na norma isentiva prevista no artigo 10 da Lei nº 9.249, de 1995.

3.4 DELIBERAÇÃO DOS SÓCIOS SOBRE A DESTINAÇÃO DO LUCRO APURADO COM BASE NO VALOR JUSTO DOS ATIVOS

Do ponto de vista societário, questiona-se se haveria algum impeditivo à distribuição dos lucros a realizar decorrentes da avaliação a valor justo dos ativos.

⁶⁷ Nos termos do artigo 3º da Lei nº 8.849, de 1994.

Inicialmente, cumpre tecer breves comentários sobre a destinação do lucro líquido do exercício, previsto no artigo 191 da LSA⁶⁸.

Regra geral, todo o lucro apurado em um exercício social, período eleito pela LSA para apuração de resultados, deve ser distribuído ou ter uma destinação específica, sendo esse o princípio da destinação integral do resultado. Já a retenção do lucro líquido do exercício depende essencialmente de sua destinação, podendo essa ser (i) legal (nos termos do artigo 193 da LSA⁶⁹), (ii) por determinação estatutária (criadas conforme o artigo 194 da LSA⁷⁰) e (iii) por determinação de assembleia (conforme previsto no artigo 196 da LSA⁷¹ e todas as demais que não sejam obrigatórias, mas facultativas, como reserva de incentivos fiscais e reserva de lucros a realizar)⁷².

Assim, a doutrina mais tradicional prevê que a destinação de lucros deveria ser orientada por dois princípios, a serem interpretados em conjunto: o da distribuição e o da estabilidade financeira da sociedade, que assegura à sociedade o direito de não distribuir lucros no exercício em que não houver recursos financeiros para tanto⁷³.

⁶⁸ “Art. 191. Lucro líquido do exercício é o resultado do exercício que remanescer depois de deduzidas as participações de que trata o artigo 190.”

⁶⁹ “Art. 193. Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

§ 1º A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

§ 2º A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.”

⁷⁰ “Art. 194. O estatuto poderá criar reservas desde que, para cada uma:

I - indique, de modo preciso e completo, a sua finalidade;

II - fixe os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição; e

III - estabeleça o limite máximo da reserva.”

⁷¹ “Art. 196. A assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

§ 1º O orçamento, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros proposta, deverá compreender todas as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até 5 (cinco) exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento.

§ 2º O orçamento poderá ser aprovado na assembleia-geral ordinária que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social.”

⁷² Conforme explicitado por Campos (2017, p. 415-417).

⁷³ Como, por exemplo, Barbosa (2009, p. 309 et seq.).

Vale reprisar que o lucro a realizar que advém da avaliação a valor justo de ativos está intrinsecamente ligado a estimativas e julgamentos que são feitas pela administração da sociedade, que podem ser confirmadas por operações de mercado ou não⁷⁴.

Quem defende a impossibilidade de distribuição dos lucros a realizar entende que essa parcela não representa um efetivo ingresso financeiro na sociedade e a sua distribuição poderia, em tese, descapitalizar a sociedade pondo em risco sua continuidade.

Nessa linha, podemos citar Piva (2009, p. 1699), que afirma que o lucro líquido da companhia está subordinado a dois princípios que devem ser interpretados em conjunto: (i) o primeiro, relativo à distribuição dos lucros, no sentido de que todo o lucro líquido que não for destinado à formação de reservas deve ser distribuído aos acionistas; e (ii) o segundo, que se refere à estabilidade financeira da companhia, pelo qual a sociedade tem o direito de não distribuir lucros no exercício em que não houver recursos financeiros para fazer frente a esse pagamento.

Cabe, neste momento, traçar um comparativo entre a distribuição de lucros gerados pela avaliação a valor justo de ativos com os ganhos decorrentes da antiga reserva de reavaliação de bens do ativo, atualmente revogada. Segundo o antigo parágrafo 3º do artigo 182 da LSA, eram classificadas como reservas de reavaliação as contrapartidas de aumentos de valor atribuídos a elementos do ativo em virtude de novas avaliações com base em laudo nos termos do artigo 8º da referida Lei, aprovado pela assembleia-geral⁷⁵.

De imediato, observa-se que tal reserva de reavaliação assemelha-se ao ajuste de avaliação patrimonial, que corresponde à contrapartida do aumento do valor dos ativos mensurados à valor justo (quando não registrados diretamente contra o resultado do exercício), eis que ambas tratam de majoração de bens em decorrência de um processo de avaliação.

⁷⁴ A título exemplificativo, pode ser citado extrato das Notas Explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 da sociedade de capital aberto Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A., no seu item 3 “Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas, dispondo que Na elaboração [das] demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia e de suas subsidiárias incluem, portanto, estimativas referentes à seleção de vista útil dos bens do ativo imobilizado e das propriedades para investimento, às provisões necessárias para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, às determinações de provisões para imposto de renda e contribuição social, provisão para crédito de liquidação duvidosa, valor justo das propriedades para investimento para fins de divulgação e similares. **A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa** (grifo nosso).

⁷⁵ Revogado pela Lei nº 11.638, de 2007.

Pois bem. A legislação societária proibia expressamente, por meio do parágrafo 2º do artigo 187 da LSA (atualmente revogado), o reconhecimento como lucro distribuível o aumento de valor decorrente de reavaliação de bens do ativo. Somente depois de realizado o valor poderia ser computado como lucro para efeito de distribuição de dividendos ou participações⁷⁶.

Em última análise, discute-se que a distribuição de valores decorrentes de lucros ainda não realizados financeiramente representa uma ameaça ao próprio capital social da sociedade, que tem dentre as suas funções primordiais garantir a proteção dos credores contra atos dos acionistas que possam resultar na transferência de bens do ativo da sociedade para o seu patrimônio, em prejuízo da solvência da sociedade⁷⁷. Seria essa uma aplicação do chamado princípio da intangibilidade do capital social⁷⁸.

Tal princípio é conceituado por Rosman (2013, p. 67) nos seguintes termos:

outra função do capital social é garantir a proteção dos credores contra atos dos acionistas e administradores que resultem na transferência de bens do ativo para o patrimônio dos acionistas, em prejuízo da solvência da companhia. Pelo princípio da intangibilidade ou da integridade, a lei procura coibir a transferência de bens do ativo social para o patrimônio dos sócios em montante tal que daí resulte a redução do patrimônio líquido a valor inferior ao capital social fixado no estatuto – ou, dito de outra forma, que o valor do ativo se reduza a montante inferior à soma do passivo exigível (obrigações) com o capital social.

Com efeito, Rosman (2017, p. 367-368) entende que o sistema da lei societária foi estruturado no modelo mais tradicional e antigo da Contabilidade, aquele que adota a representação do patrimônio líquido e sua evolução pelo valor histórico. Ainda conforme o autor, no que diz respeito à escrituração das companhias e à elaboração das demonstrações financeiras, esse sistema visa apontar corretamente a situação financeira da empresa e a

⁷⁶ A Comissão de Valores Mobiliários ratificou esse princípio de não distribuição, como por exemplo, por meio do PARECER /CVM/SJU/Nº 052, de 22.07.1985, tem que por ementa: A reserva de reavaliação não configura uma reserva de lucros no sentido técnico-jurídico. Registra tão somente ganhos potenciais de natureza não operacional ainda não realizados econômica e financeiramente. Não pode, em consequência, ser utilizada no resgate de ações [...]. Segundo tal Parecer, os valores registrados como reserva de reavaliação têm natureza de meros lucros potenciais, apenas uma expectativa de ganho, portanto, não distribuíveis sob a forma de lucros.

⁷⁷ Conforme defende Rosman (2017, p. 368-369).

⁷⁸ O princípio da intangibilidade do capital social já era indicado por Bulhões Pedreira (1989, p. 421-422) afirmando o autor que: “Os princípios da realidade e da intangibilidade deixam evidente a importância das normas legais sobre a apuração anual e reconhecimento de lucros: para que o capital social continue a existir no ativo desempenhando sua função de proteger credores sociais é necessário que as demonstrações financeiras elaboradas anualmente expressem corretamente a situação financeira do patrimônio e não informem lucros fictícios. Daí a orientação da lei de sociedades por ações de incluir preceitos sobre a escrituração, elaboração de demonstrações financeiras, classificação e avaliação dos elementos patrimoniais e reconhecimento do lucro.” Segundo Cavalli (2013, p. 72), o princípio da intangibilidade do capital social encontra-se albergado no artigo 1.059 do Código Civil: “Os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital”.

apuração de “lucros não fictícios”. Ressalta o autor que a adoção do IFRS é originária de países anglo-saxões, cujo sistema jurídico é diverso do nosso, especialmente no que se refere ao instituto do capital social, na medida que dá menos ênfase na apuração de resultados de transações ocorridas e mais destaque à posição financeira do patrimônio a partir da avaliação de ativos e passivos.

Rosman (2017, p. 368) ainda aponta que havia uma disparidade de objetivos entre os princípios contábeis que vigiam no Brasil por ocasião da promulgação da LSA e as novas regras do IFRS e, por isso, seria necessária uma atualização ou adaptação da legislação brasileira no tocante à distribuição desses lucros decorrentes da avaliação a valor justo dos ativos.

Ocorre que não há, até o presente momento, nenhuma regra posta nesse sentido, de se normatizar a distribuição dos lucros a realizar decorrentes dos lucros apurados pela avaliação a valor justo.

Por outro lado, pode-se defender a possibilidade de sua distribuição em razão de ausência de vedação expressa na legislação de referência. Com efeito, a LSA tem como regra geral a distribuição dos lucros e, de forma excepcional, a disposição de que a companhia tem o direito de não distribuir o dividendo obrigatório no exercício em que não houver lucro realizado – e há um cálculo previsto na lei para isso – mas não há disposição acerca do restante do lucro não realizado.

Ou seja, de acordo com essa interpretação, de que a distribuição dos lucros é uma faculdade da companhia e de que não há previsão legal acerca da parcela remanescente do lucro não realizado que supera o dividendo mínimo, haveria possibilidade legal para se distribuir inteiramente o lucro não realizado.

Mais que isso, a positivação das regras do IFRS no ordenamento jurídico brasileiro impõe, por si só, uma atualização do nosso sistema. A incorporação de novas regras contábeis, harmonizadas com as regras internacionais, implica uma nova interpretação do sistema, que não está mais fundamentado exclusivamente em transações passadas, mas tem por princípio uma visão prospectiva.

Assim, o lucro passível de distribuição não seria tão apenas aquele que já foi confirmado no reconhecimento de receitas e despesas referentes às operações ocorridas, mas também aquele apurado, conforme normas previstas no sistema, que levam em consideração projeções futuras.

Vale destacar que as projeções futuras ou estimativas de avaliação não podem ser feitas de modo arbitrário, como já indicado nesse estudo, há métodos previstos na norma específica para tanto⁷⁹.

Além disso, o CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, norma contábil incorporada ao nosso sistema, prevê expressamente o princípio da neutralidade como uma característica qualitativa para elaboração dos relatórios, sendo essa apoiada pelo exercício da prudência, ou seja, na cautela ao fazer julgamentos sob condições de incerteza⁸⁰. Pode-se dizer que esse conceito é uma evolução do antigo conservadorismo, que não mais se sustenta, em princípio, pela inclusão de um grau de precaução no exercício de julgamento necessário a produção de estimativas.

Assim, para o tema que nos interessa, deve, certamente, ser utilizada a prudência para a elaboração de estimativas para avaliação de ativos a valor justo que resultarão em lucros a realizar, não sendo permitidas avaliações arbitrárias ou infundadas.

De toda a forma, vale frisar que a distribuição de lucros que coloca em risco a continuidade da sociedade e/ou que poderia torná-la insolvente, não poderia ser justificada, pela ofensa ao próprio princípio da continuidade e de proteção aos credores⁸¹.

Nesse ponto, cabe analisar se tal distribuição de lucros apurados por meio de mensuração a valor justo poderia ser considerada como uma forma de abuso de direito dos sócios, nos termos do artigo 187 do Código Civil⁸². Somos da opinião de que a referida distribuição constitui uma faculdade conferida dos sócios no exercício de seu direito, não constituindo, em princípio, uma ilicitude, desde que os lucros tenham sido efetivamente apurados, ainda que baseados em estimativas suportadas pelas regras válidas para avaliação a valor justo de ativos, e a sociedade mantenha-se solvente.

Vale destacar que o direito falimentar, o penal e o cível contemplam institutos próprios para proteger os interesses dos credores em caso de excesso dos sócios e/ou administradores,

⁷⁹ Vide CPC 46 – Mensuração a Valor Justo.

⁸⁰ Conforme item 2.16 do CPC 00 (R2).

⁸¹ As demonstrações financeiras são normalmente elaboradas com base na suposição de que a entidade que reporta está em continuidade operacional e continuará em operação no futuro previsível, conforme previsto no item 3.9 do CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.

⁸² “Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.”

buscando mitigar os riscos de que a sociedade (devedora, nesse caso) transferira bens a terceiros, de modo a esvaziar seu patrimônio frustrando o pagamento de suas dívidas⁸³.

Nesse ponto, vale confrontar as duas posições acima: (a) a primeira, que defende a não distribuição dos resultados apurados a valor justo, levando-se em conta, principalmente, as teses de proteção do capital social, em especial, o princípio da tangibilidade; e (b) a segunda, que há possibilidade de distribuição, eis que novas regras foram incorporadas ao nosso sistema, o atualizando, e inexistente vedação expressa nesse sentido.

Nesse contexto, o entendimento de que a distribuição da reserva de lucros a realizar corresponderia, em última análise, a uma redução de capital social, parece desatualizada frente ao novo sistema jurídico societário-contábil brasileiro. Essa posição leva em consideração conceitos de receita e de lucros apurados segundo os princípios contábeis geralmente aceitos à época da promulgação da LSA, conceitos esses que foram alterados e atualizados. Esse entendimento apoia-se em um modelo normativo de escrituração que não mais existe, que foi atualizado.

Como exemplo, justifica-se o princípio da intangibilidade do capital social por uma série de normas da LSA, dentre elas, a que trata do registro de receitas e rendimentos ganhos, independentemente da realização em moeda (art. 187, parágrafo 1º, I⁸⁴), corolário do princípio da competência, e a regra que trata da declaração de distribuição de dividendos somente a partir de balanço que demonstre a existência de lucros, à conta de lucro líquido do exercício, de lucros acumulados ou de reserva de lucros (artigo 201⁸⁵). À época da promulgação das LSA, o

⁸³ Os artigos 129 e 130 da Lei nº 11.101, de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, tratam de dois tipos de ações de tutela dos interesses dos credores; o artigo 168 da mesma lei tipifica penalmente a fraude contra credores no âmbito da recuperação judicial e da falência; e os artigos 158 a 161 do Código Civil tratam do instituto da fraude contra credores na esfera cível.

⁸⁴ “Art. 187. A demonstração do resultado do exercício discriminará: [...] § 1º Na determinação do resultado do exercício serão computados: a) as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente da sua realização em moeda; e b) os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos. “

⁸⁵ “Art. 201. A companhia somente pode pagar dividendos à conta de lucro líquido do exercício, de lucros acumulados e de reserva de lucros; e à conta de reserva de capital, no caso das ações preferenciais de que trata o § 5º do artigo 17.

§ 1º A distribuição de dividendos com inobservância do disposto neste artigo implica responsabilidade solidária dos administradores e fiscais, que deverão repor à caixa social a importância distribuída, sem prejuízo da ação penal que no caso couber.

§ 2º Os acionistas não são obrigados a restituir os dividendos que em boa-fé tenham recebido. Presume-se a má-fé quando os dividendos forem distribuídos sem o levantamento do balanço ou em desacordo com os resultados deste.”

conceito de receitas e rendimentos ganhos e, conseqüentemente, de lucro líquido era outro, era baseado num sistema contábil regido por outras normas e princípio, que foram atualizados por normas contábeis, que preveem, inclusive, a avaliação a valor justo de ativos⁸⁶.

Assim, a nosso ver, tais dispositivos da LSA não podem mais ser interpretados como eram há quarenta anos, mas de forma atualizada pela aplicação das novas regras contábeis que alteraram substancialmente esses conceitos. Ou seja, todo o sistema deve ser interpretado à luz das normas vigentes, em linha com as regras internacionais de contabilidade, que comporta uma nova visão sobre a apuração de receitas e rendimentos, de forma prospectiva, inclusive decorrente da contrapartida da avaliação a valor justo de ativos e, por conseguinte, de lucro.

Pensamos que tratar a matéria de outra forma, ou seja, aplicar a LSA à luz de conceitos já ultrapassados, estaria em desacordo com a interpretação sistemática do ordenamento jurídico⁸⁷. O sistema jurídico é dinâmico, é aberto e prospectivo, como ensina Diniz (2005, p. 71)⁸⁸, e dessa forma, pensamos nós, deveria ser interpretado.

No presente caso, somos da opinião de que não há uma antinomia real, no sentido de oposição total ou parcial entre duas ou mais normas contraditórias, entre a norma societária e a norma contábil. Entendemos que o processo de interpretação do direito, de constante atualização por ser um sistema vivo, dinâmico, pode resolver a questão. Sem prejuízo, entendemos também que tal ponto pode merecer análise mais aprofundada em estudo específico.

⁸⁶ Reprise-se que o CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, define receita no seu item 4.68 como “Receitas são aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumentos no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio”.

⁸⁷ Pela interpretação sistemática entendemos que a norma não poderia ser analisada de forma isolada, mas em consonância com sistema a qual pertence, de forma ordenada. Entendemos que essa posição está em linha com os ensinamentos do ilustre autor Maximiliano (2020, p. 115-116), o qual, ao tratar dos processos de interpretação, dispõe sobre o “processo sistemático” da seguinte forma: “Consiste o Processo Sistemático em comparar o dispositivo sujeito a exegese, com outros do mesmo repositório ou de leis diversas, mas referentes ao mesmo objeto. Por umas normas se conhece o espírito das outras. Procura-se conciliar as palavras antecedentes com as conseqüentes, e do exame das regras em conjunto deduzir o sentido de cada uma.”

⁸⁸ A ilustre autora ainda conclui que “Imprescindível se torna a revisão do dogma da coerência, sem desprezar a existência de conflitos normativos, que consistem num convite para esclarecer não só os limites mas também a função da ciência jurídica e do órgão aplicador do direito.” Nesse tocante, vale ainda trazer as lições do Professor Vilanova (2005, p. 168) quando trata da unicidade do sistema: “o sistema jurídico é um *sistema aberto*, em intercâmbio com os *subsistemas sociais* (econômicos, políticos, éticos), sacando seu conteúdo-de-referência desses subsistemas que entram no sistema-Direito através dos esquemas hipotéticos, os descritores de fatos típicos, e dos esquemas consequenciais, onde se dá a *função prescritora* da norma de Direito. A unicidade de um sistema de normas é decorrente de um superior fundamento-de-validade desse sistema, a *Constituição positiva*, ou em nível epistemológico, a *Constituição em sentido lógico-jurídico*, ou seja, a norma fundamental.” (destaques do autor).

Vale anotar, ainda, que a visão clássica de capital social, como forma máxima de garantia dos interesses dos credores, está sob atual discussão. Sem a pretensão de aprofundar o tema, por fugir do objeto central desse estudo, discute-se uma visão mais moderna do capital social, de suas funções e até mesmo a sua efetividade para proteção de credores⁸⁹.

A interpretação clássica relativa a não distribuição de lucros para fins de preservação de capital social leva em conta o aspecto patrimonial da sociedade, sem considerar sua efetiva posição financeira e de liquidez. Assim, a posição de que não seria possível a distribuição dos lucros apurados com base no valor justo dos bens porque essa supostamente afrontaria o princípio da intangibilidade, a nosso ver, deveria ser revista *vis-a-vis* uma visão mais moderna de capital social, em linha com a referida discussão⁹⁰.

Não obstante, a referida distribuição dos lucros apurados com base em normas específicas e positivadas de avaliação não deveria e nem poderia trazer risco à tangibilidade do capital social. Em última análise, entendemos que o princípio da intangibilidade do capital social, no sentido de que esse não pode ser distribuído, salvo raras exceções taxativamente previstas em lei, poderia ser interpretado à luz dos atuais princípios contábeis que informam a contabilidade e conciliado com distribuição dos lucros apurados por meio da avaliação a valor justo, eis que, em tese, nenhuma distribuição dessa natureza poderia ser feita que colocasse em risco a solvência da sociedade.

Destarte, exclusivamente sob o ponto de vista da legislação societária, considerando que não há vedação legal para distribuição dos lucros a realizar aos sócios ou acionistas e essa leitura mais atualizada do sistema, caberia aos terceiros que se sentirem prejudicados tomar as

⁸⁹ Já apontava Carvalhosa (2013, p. 166) que houve uma mudança de função do capital social a partir do momento em que deixou de existir necessariamente a coincidência entre o número de ações em que se divide o capital social e o valor efetivo das entradas deste, afirmando que “o montante do capital social deixa de constituir plena expressão de garantia dos credores pela mesma razão de não representar mais o valor integral das entradas dos acionistas. O capital declarado passar a ter um valor meramente nominal, na medida em que pode ser menor que o capital efetivamente ingressado na companhia.” Melo Filho (2015, p. 45-51) explora detalhadamente a questão da visão atualizada do capital social com a indicação de diversos autores estrangeiros que abordam a matéria, como Robert W. Hamilton, Reiner Kraakman, John Armour, e alguns nacionais, como Cássio Cavalli e Fernando Shayer.

⁹⁰ Carvalho (2020, p. 62-63), questionando a fragilidade do princípio da intangibilidade, entende que “há impertinência de se adotar o capital social como índice para a distribuição de recursos aos sócios, dada a sua inaptidão em refletir a liquidez e a capacidade de solvência da sociedade empresária [...]”. Em tal estudo, Carvalho (2020, p. 64 et seq.) trata também da crise do capital social e da necessidade de se revisitar a sua eficácia como proteção de credores, ainda que como garantia indireta, citando os autores como Ivens Hübert, Alfredo Assis Gonçalves Neto, Mauro Penteado e Rubens Requião, que abordam a necessidade de aperfeiçoamento da matéria.

medidas administrativas ou judiciais cabíveis para proteger seus direitos supostamente lesados em virtude de tal distribuição.

Nesse momento, e dado o escopo de nosso trabalho focado no Direito Tributário em diálogo com o Direito Societário, somos da opinião de que a interpretação sistemática do ordenamento conflui para a possibilidade de distribuição dos lucros apurados a partir da avaliação a valor justo dos bens, tendo em vista sua evolução a partir da introdução das regras do IFRS. Sem prejuízo, entendemos que, dada a relevância e complexidade do assunto na esfera societária, essa matéria demanda um trabalho de pesquisa específico e aprofundado, abordando, inclusive a necessidade de atualização da LSA ou não.

3.5 ANÁLISE DO PONTO DE VISTA DAS AUTORIDADES TRIBUTÁRIAS E DA JURISPRUDÊNCIA ADMINISTRATIVA E JUDICIAL

Neste tópico, objetiva-se analisar o posicionamento das autoridades tributárias e dos julgadores administrativos e judiciais em casos relativos à distribuição de lucros, qualquer que seja sua forma, gerados a partir de bens avaliados a valor justo⁹¹.

A Receita Federal do Brasil (RFB) já se manifestou por meio da Solução de Consulta Cosit nº 415, de 2017 (SC 415), sobre a devolução aos sócios ou acionistas de bem mensurado pelo valor justo, por meio de operação societária de redução de capital social.

Cumprе mencionar que, nos termos do artigo 22 da Lei nº 9.249, de 1995, a devolução de bens aos sócios ou acionistas, pessoas físicas ou jurídicas, a título de devolução de sua participação no capital social, pode se dar pelo valor contábil ou pelo valor de mercado, conforme avaliado pela pessoa jurídica⁹². Caso seja adotado o valor contábil, não haverá

⁹¹ Frise-se que o presente estudo compreende as decisões mais relevantes que tenham sido publicadas e localizadas na pesquisa feita até 17/10/2020.

⁹² “Art. 22. Os bens e direitos do ativo da pessoa jurídica, que forem entregues ao titular ou a sócio ou acionista, a título de devolução de sua participação no capital social, poderão ser avaliados pelo valor contábil ou de mercado.

§ 1º No caso de a devolução realizar-se pelo valor de mercado, a diferença entre este e o valor contábil dos bens ou direitos entregues será considerada ganho de capital, que será computado nos resultados da pessoa jurídica tributada com base no lucro real ou na base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido devidos pela pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido ou arbitrado.

§ 2º Para o titular, sócio ou acionista, pessoa jurídica, os bens ou direitos recebidos em devolução de sua participação no capital serão registrados pelo valor contábil da participação ou pelo valor de mercado, conforme avaliado pela pessoa jurídica que esteja devolvendo capital.

§ 3º Para o titular, sócio ou acionista, pessoa física, os bens ou direitos recebidos em devolução de sua participação no capital serão informados, na declaração de bens correspondente à declaração de rendimentos do respectivo ano-base, pelo valor contábil ou de mercado, conforme avaliado pela pessoa jurídica.

qualquer ganho tributável, seja para o sócio ou acionista, beneficiário, ou para a pessoa jurídica. Por outro lado, caso seja utilizado o valor de mercado, a diferença entre este e o valor contábil dos bens ou direitos objeto de devolução será considerada ganho de capital, tributável pelo IRPJ e pela CSLL pela pessoa jurídica. Trata-se de uma opção fiscal do contribuinte, de haver a tributação de plano, na sociedade, no momento da redução de capital social, ou se essa será diferida para o momento de uma possível alienação para terceiros, por parte do sócio ou acionista.

Pois bem. Por ocasião da SC 415, a RFB entendeu que a redução de capital social a valor contábil, nos termos do artigo 22 da Lei nº 9.249, de 1995, com a devolução de bens anteriormente avaliados pelo método do valor justo, implica a tributação do acréscimo no valor do ativo (ganho) ao lucro real da sociedade, eis que seu valor contábil incluiria o ganho decorrente da avaliação a valor justo.

De acordo com essa interpretação da RFB, a opção conferida ao contribuinte de se efetuar a operação de redução de capital social pelo custo ou pelo valor de mercado passa a não mais existir para os contribuintes que têm ativos avaliados a valor justo, eis que, dentro desse entendimento da RFB, o valor de custo seria igual ao valor de mercado, ou seja, ao valor justo. Assim, o ganho decorrente de mensuração a valor justo do ativo seria tributável.

Discute-se se haveria disponibilidade econômica ou jurídica da renda sobre o ganho auferido em tal operação. Muito embora possa se discutir que o referido ganho pode não se concretizar no patrimônio do sócio ou do acionista que recebeu os bens em devolução de capital social, entendemos, salvo melhor juízo, que a retirada do bem avaliado a valor justo do patrimônio da pessoa jurídica e sua transferência para a pessoa física ou jurídica que o recebe é um evento de realização da renda, que implica a tributação dos valores cuja tributação havia sido diferida.

No mesmo sentido da referida SC 415, a Solução de Consulta COSIT 99010, de 18 de setembro de 2018, por meio da qual a RFB reiterou seu entendimento de que na hipótese de redução de capital social excessivo, mediante devolução ao acionista de ações nominativas registradas no seu ativo circulante, o valor contábil do bem entregue não se confunde com o seu custo de aquisição e incluiu o ganho decorrente de avaliação a valor justo controlado por

§ 4º A diferença entre o valor de mercado e o valor constante da declaração de bens, no caso de pessoa física, ou o valor contábil, no caso de pessoa jurídica, não será computada, pelo titular, sócio ou acionista, na base de cálculo do imposto de renda ou da contribuição social sobre o lucro líquido.”

meio de subconta vinculada ao ativo. E, ainda, que a transferência dos bens aos sócios é hipótese de realização do valor justo referente ao aumento do valor do ativo, anteriormente excluído da determinação do lucro real e do resultado ajustado e, portanto, deverá ser adicionado às bases de cálculo do IRPJ e da CSLL.

Essa questão foi abordada, de modo subsidiário, pela Câmara Superior de Recursos Fiscais em caso em que se discutia a legitimidade de um arranjo societário supostamente implementado para que houvesse devolução de bem (participação societária) aos sócios pessoas físicas, em redução de capital, para que essas, no momento seguinte, efetivassem a venda do bem com menor incidência tributária. Restou consignado na Ementa do Acórdão que: “caso o ativo seja transferido a valor contábil (sem se considerar eventuais ajustes decorrentes de avaliação a valor justo, previstos a partir da Lei nº 11.638, de 2007), não se fala em tributação da pessoa jurídica que detinha o investimento⁹³.”

Como era de se esperar em razão da data de edição da norma (2014), até o momento, não foram localizadas decisões proferidas pelos Tribunais Regionais Federais acerca da matéria. Com efeito, eventuais procedimentos que poderiam ser questionados pelas autoridades fiscais via lançamento do crédito tributário por auto de infração, possivelmente, ainda estão sob discussão administrativa. Trata-se de matéria recente para ser discutida nos Tribunais.

⁹³ Acórdão nº 9101-004.506 – CSRF / 1ª Turma, Processo nº 10920.723414/2014-96, sessão de 6 de novembro de 2019.

4 CASO PRÁTICO – GENERAL SHOPPING

Neste capítulo, é trazido para estudo um caso prático já analisado pela diretoria da CVM, no qual houve uma questão concreta de avaliação de bens do ativo a valor justo que acarretou o aumento do resultado da companhia e, conseqüentemente, o seu lucro, que foi distribuído aos acionistas como dividendos. Veremos em qual contexto a operação se deu, quais foram os pontos sensíveis e qual foi a avaliação do órgão regulador.

Cabe destacar, inicialmente, que o caso envolve a avaliação a valor justo de propriedades para investimento. O CPC 28 – Propriedade para Investimento⁹⁴ (CPC 28) normatiza o tratamento contábil que deve ser conferido a esse tipo de bem, definindo-o como a

propriedade (terreno ou edifício – ou parte de edifício – ou ambos) mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário como ativo de direito de uso) para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas e, não para: (a) uso na produção ou fornecimento de bens ou serviço ou para finalidades administrativas; ou (b) venda no curso ordinário do negócio⁹⁵.

O parágrafo 30 do referido CPC 28 determina que, via de regra, as sociedades devem escolher como sua política contábil o método do valor justo, ou método do custo, e devem aplicar essa política a todas as suas propriedades para investimento. O parágrafo 5, que trata das definições, reitera o conceito de valor justo do CPC 46, lembrando que esse “é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração”. Segundo o parágrafo 35 do CPC 28, o ganho ou a perda proveniente de alteração no valor justo de propriedade para investimento deve ser reconhecido no resultado do período em que ocorra.

O caso em tela envolve uma sociedade de capital aberto, sujeita, portanto, à regulação da CVM, que tem investimento em subsidiárias diretas e indiretas que avaliam seus bens imóveis – propriedades para investimento – pelo valor justo, apurando resultados positivos decorrentes de tal prática, ou seja, lucro contábil, lançado, posteriormente, em conta de patrimônio líquido de reserva de lucros a realizar.

⁹⁴ Aprovado pelo CFC – NBC TG 28 (R3).

⁹⁵ Conforme parágrafo 5 – Definições – do CPC 28.

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A General Shopping e Outlets do Brasil S/A (GS) é uma empresa brasileira, de capital aberto, que tem por objeto a administração e desenvolvimento de shoppings centers em seus diversos modelos. Segundo consta do Relatório da Administração que acompanha as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, são atividades da GS (i) planejamento, administração e operação de shopping centers; (ii) locação dos espaços comerciais (lojas); (iii) locação de espaços publicitários e promocionais (“merchandising”); (iv) administração dos estacionamentos dos shopping centers; e (v) planejamento e locação de equipamentos de fornecimento de energia elétrica e de água, entre outros, para os empreendimentos. Para o desenvolvimento de suas atividades, a GS tem investimento imobiliário em participações em shopping centers, seja para desenvolvimento próprio, aquisição de terceiros, acréscimos de participações ou alienações de participações.

Segundo a Ata de Reunião do Conselho de Administração da GS, realizada em 21/12/2018, foi deliberado o reconhecimento da realização de lucro registrado na reserva de lucros a realizar (RLAR), verificada conforme o balanço patrimonial da Companhia levantado em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 828.955.780,04 (oitocentos e vinte e oito milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e oitenta reais e quatro centavos), decorrente da conferência pela GS de determinados ativos, a valor de mercado, a um Fundo de Investimento Imobiliário (FII), cujas cotas eram detidas indiretamente pela GS. Foi também aprovado, em razão da realização de lucro registrado na RLAR, a distribuição de dividendos aos acionistas da GS, no referido valor total de R\$ 828.955.780,00 (oitocentos e vinte e oito milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e oitenta reais), sendo: (i) o montante de R\$ 207.238.945,00 (duzentos e sete milhões, duzentos e trinta e oito mil, novecentos e quarenta e cinco reais), correspondente à parcela do lucro equivalente ao dividendo mínimo obrigatório de que trata o artigo 202, caput, da LSA, e também, segundo a Ata, o Estatuto Social da GS, alocado na RLAR conforme o balanço levantado em 31 de dezembro de 2017, a ser pago em dinheiro; e (ii) o montante de R\$ 621.716.835,00 (seiscentos e vinte e um milhões, setecentos e dezesseis mil, oitocentos e trinta e cinco reais), correspondente à parcela remanescente dos lucros destinados para a RLAR conforme balanço levantado em 31 de dezembro de 2017, a ser pago mediante a entrega de cotas do FII aos acionistas da GS.

Verifica-se pelo teor da referida Ata que a GS tinha registrado em suas demonstrações financeiras, em conta de RLAR, valores positivos decorrente da avaliação de determinados

ativos a valor de mercado. Esses ativos correspondiam a participações societárias detidas, direta e indiretamente, pela GS, em sociedades subsidiárias detentoras de shopping centers, ou seja, detentoras de propriedades para investimentos, sujeitas à avaliação a valor justo.

De fato, segundo as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, preparada pelos auditores independentes⁹⁶, no item que trata de valor justo das propriedades para investimento, há informação de que a GS contratou uma empresa de avaliação, externa e independente, com qualificação profissional reconhecida e experiência na região e no tipo de propriedade que foi avaliada. Assim, segundo informado pelos auditores, os valores justos foram baseados nos valores de mercado das propriedades para investimento, e o valor estimado pelo qual uma propriedade poderia ser negociada no mercado naquela data (trocada entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado). Ainda como informado, esses cálculos foram baseados inspeção detalhada, incluindo análises dos históricos, situações atuais, perspectivas futuras, localização dos bens e avaliação do mercado em geral. Sobre a Reserva de Lucros a Realizar, os auditores informaram que em 31 de dezembro de 2014, a GS reteve parcela do ajuste a valor justo das propriedades para investimento registradas no balanço de abertura de 1º de janeiro de 2013, em decorrência da alteração da política contábil de mensuração da propriedade para investimento. Ainda segundo a auditoria, conforme as propriedades para investimento são baixadas, a parcela correspondente da reserva de lucros a realizar é transferida para conta de prejuízos acumulados.

No Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas de 31 de dezembro de 2018⁹⁷, foi destacado como um dos principais assuntos da auditoria a “Mensuração do valor justo das propriedades para investimento”. Ainda segundo o referido Relatório

a Companhia registra suas propriedades para investimentos ao valor justo suportada por laudo de avaliação elaborado por especialista externo e independente em relação a Companhia. Em 31 de dezembro de 2018, o valor justo desses ativos, reconhecido no ativo não circulante da Companhia e suas controladas, era de R\$ 2.128.784 mil (Consolidado). A estimativa de valor justo das propriedades para investimentos foi determinada levando-se em consideração diversas premissas, tais como: projeções de crescimento das receitas, taxas de juros para descontos dos fluxos de caixa, taxas de vacância, inadimplência e

⁹⁶ Auditoria independente realizada pela empresa BDO RCS Auditores Associados Ltda.

⁹⁷ Auditoria independente realizada pela empresa BDO RCS Auditores Associados Ltda.

perpetuidade entre outras premissas. Esse tema foi considerado um PAA⁹⁸ devido à relevância dos valores das propriedades para investimentos registrados pela Companhia, devido às incertezas inerentes a esse tipo de estimativa e ao julgamento necessário que deve ser exercido pela Administração na determinação das premissas de cálculo do valor justo dos ativos.

Nota-se que os auditores destacaram as características de “incerteza”, “estimativa” e de “julgamento” que devem ser exercidas pela administração da sociedade na determinação das “premissas” de cálculo do valor justo.

Em seguida, os auditores afirmam que utilizaram especialistas para revisarem os laudos de avaliação, desafiaram as premissas utilizadas para calcular o fluxo de caixa descontado, compararam as taxas utilizadas, e testaram os cálculos matemáticos do valor justo para determinadas propriedades para investimento. Ao final, os auditores entenderam que as avaliações a valor justo da propriedade para investimento “são aceitáveis”, de acordo com os procedimentos de auditoria.

Ainda no mesmo Relatório, é destacado um outro ponto da auditoria, relativo à

Realocação de Ativos e Dividendos a Distribuir”. Nesse item é ressaltado que “a Companhia efetuou o reconhecimento dos dividendos a distribuir no montante de R\$ 828.956 mil, decorrente da realização de lucros registrados na Reserva de Lucros a Realizar (RLAR), conforme balanço patrimonial da Companhia de 31 de dezembro de 2017, que corresponde a 25% no montante de R\$ 207.239 mil, que será pago em dinheiro e o restante correspondente a 75% no montante de R\$ 621.717 mil a ser pago in natura mediante entrega de cotas do Fundo de Investimento Imobiliário Top Center (FII) (atualmente detido indiretamente pela Companhia) para os acionistas da Companhia, na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia, ou, alternativamente, a subscrição de debêntures a serem emitidas pela Companhia, para isso a Companhia efetuou consultas a especialistas e obteve pareceres jurídicos técnicos e de assessores e também atendeu a pedidos de esclarecimentos efetuados pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

Sobre esse item, a auditoria informou que, dentre outros procedimentos, efetuou a leitura de todo material técnico preparado pela administração da GS, discutiu o assunto junto à administração e efetuou outras análises sobre o assunto para verificar se haveria alguma irregularidade no procedimento em questão. Por fim, entendeu a auditoria que não haveria restrições com relação aos requisitos expostos pela GS na divulgação e sobre o registro contábil dos dividendos a distribuir.

⁹⁸ Principais Assuntos de Auditoria.

4.2 ANÁLISE DA CVM

Para esse estudo, foram analisados os seguintes documentos relativos aos Processos 19957.000716/2019-54 e 19957.003407/2019-36 que tramitaram no âmbito da CVM⁹⁹: (i) Relatório nº 9/2019-CVM/SEP/GEA-3, de Pedido de interrupção de Assembleia Geral da GS, de 05/02/2019 (Relatório nº 9); (ii) Ata da Reunião Extraordinária do Colegiado da CVM de 06/02/2019 (Ata CVM 06.02) (iii) Ata da Reunião Extraordinária do Colegiado da CVM de 21/02/2019 (Ata CVM 21.02); (iv) Relatório nº 23/2019-CVM/SEP/GEA-3, de Pedido de interrupção de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da GS, de 20/03/2019 (Relatório nº 23); e (v) Ata da Reunião Extraordinária do Colegiado da CVM de 22/03/2019 (Ata CVM 22.03).

O Relatório nº 9, da Superintendência de Relações com Empresas (SEP), analisou o pedido de interrupção relativo à realização da AGE feito um por dos acionistas da GS em 29/01/2019, com base no art. 124, §5º, da LSA¹⁰⁰, fundamentando-se, em suma: (i) na potencial gravidade das consequências da aprovação as matérias para os próprios acionistas e para solvência e continuação da sociedade (ratificação da distribuição de dividendos no valor de aproximadamente R\$829 milhões, decorrentes da realização de lucros da RLAR, sendo que desse valor (a) R\$207 milhões deveriam ser pagos em dinheiro; e (b) R\$622 milhões seriam pagos *in natura*, com dação em pagamento de cotas de fundos de investimento imobiliário (“FII”), detidas indiretamente pela sociedade); e (ii) falta de acesso a informações relevantes para seu exercício de voto no que se refere, inclusive, aos impactos fiscais decorrentes da realização da RLAR.

Especificamente quanto à reserva de lucros a realizar, o Relatório nº 9 descreve que, por meio de um compromisso de subscrição de cotas entre a sociedade e o FII, as participações da

⁹⁹ Todos os documentos e informações citados sobre o caso concreto são públicos e foram obtidas por meio do “website” da CVM (www.cvm.gov.br).

¹⁰⁰ “Art. 124. A convocação far-se-á mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes, no mínimo, contendo, além do local, data e hora da assembléia, a ordem do dia, e, no caso de reforma do estatuto, a indicação da matéria. [...] § 5º A Comissão de Valores Mobiliários poderá, a seu exclusivo critério, mediante decisão fundamentada de seu Colegiado, a pedido de qualquer acionista, e ouvida a companhia:

I - aumentar, para até 30 (trinta) dias, a contar da data em que os documentos relativos às matérias a serem deliberadas forem colocados à disposição dos acionistas, o prazo de antecedência de publicação do primeiro anúncio de convocação da assembléia-geral de companhia aberta, quando esta tiver por objeto operações que, por sua complexidade, exijam maior prazo para que possam ser conhecidas e analisadas pelos acionistas;

II - interromper, por até 15 (quinze) dias, o curso do prazo de antecedência da convocação de assembléia-geral extraordinária de companhia aberta, a fim de conhecer e analisar as propostas a serem submetidas à assembléia e, se for o caso, informar à companhia, até o término da interrupção, as razões pelas quais entende que a deliberação proposta à assembléia viola dispositivos legais ou regulamentares.”

sociedade em determinadas subsidiárias foram conferidas ao FII, pelo seu valor de mercado, por, aproximadamente, R\$620 milhões. Em decorrência da conferência de ativos, a sociedade reconheceu a realização de lucros até então registrados na RLAR, conforme balanço patrimonial de 31/12/2017, no montante de R\$829 milhões. Foi destacado ainda no Relatório nº 9 que a sociedade apresenta suas propriedades de investimento pelo valor justo, de modo que ganhos e perdas resultante dessas avaliações são reconhecidas no resultado do correspondente exercício. Referidas avaliações são conduzidas por avaliadores externos e independentes, segundo as notas explicativas das demonstrações contábeis. Ainda como informado no relatório, esta política contábil passou a ser adotada em 31/12/2014 e, até naquele momento, havia sido reconhecido o lucro de R\$959 milhões que foram retido na RLAR, e à medida que as propriedades para investimento eram baixadas, as reservas de lucros a realizar eram transferidas para prejuízos acumulados. Em 30/09/2018, as demonstrações contábeis consolidadas da GS mostravam saldos de, aproximadamente, R\$842 milhões na RLAR e de R\$349 milhões em prejuízos acumulados.

O requerente do pedido de interrupção do curso e aumento do prazo de antecedência da convocação da AGE, dentre outros pontos, justificou seu pleito pela falta de informação prestada pela administração sobre diversos pontos, dentre eles, sobre eventuais estudos acerca (i) de alegados “benefícios fiscais e econômicos” a serem auferidos pela sociedade; (ii) possibilidade de distribuir dividendos sem prévia absorção de prejuízos já existentes pela RLAR; e (iii) impactos fiscais em decorrência da realização da RLAR.

Segundo consta do referido Relatório nº 9, em sua manifestação, além de outros pontos, a GS afirmou, principalmente, que “não tem intenção de divulgar e discutir aspectos fiscais de suas operações com o mercado por se tratar de informação restrita à Companhia”; “o lucro registrado em reserva de lucros a realizar é um lucro já destinado anteriormente e, quando realizado, sua distribuição aos acionistas é imperiosa, não se admitindo outra destinação”; e “as companhias podem distribuir saldos de suas reservas de lucros a qualquer momento, inclusive os que ainda não tenham sido realizados – o mesmo vale para os saldos de reservas de lucros a realizar: não há por que imobilizar esse saldo se tiver havido melhora operacional que viabilize o pagamento dos dividendos”.

A SEP analisou detalhadamente a questão referente à realização de lucros a realizar. Segundo o Relatório nº 9, os pontos em torno da realização da RLAR envolveriam dois aspectos: (i) se o saldo poderia ser considerado realizado com base na transação entre subsidiárias da sociedade e um fundo de investimento por ela detido indiretamente; e (ii)

superada a questão anterior, como conciliar a diferença entre o valor pelo qual os ativos foram aportados no FII (R\$620 milhões) e o saldo da RLAR que se pretendia distribuir (R\$829 milhões). A SEP apontou que esses dois questionamentos assumem o entendimento de que o saldo da RLAR só seria distribuível se houvesse a realização do lucro por meio de efetiva alienação dos ativos cuja avaliação a valor justo ocasionou o correspondente lucro não realizado. A administração da sociedade contestou essa premissa, alegando que, se a situação econômico-financeira permite a distribuição do lucro não realizado, essa distribuição pode ser feita.

Segundo o entendimento da SEP, o art. 202, III da LSA prevê que os lucros registrados na reserva de lucros a realizar deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização, se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes. Ainda segundo esse órgão, há um sentido em vincular a distribuição dos lucros ao evento de realização, pois é exatamente a falta de realização que justifica a retenção de um dividendo que, de outro modo, seria obrigatório. Nessa linha, a supressão dessa vinculação daria à administração poderes em relação ao pagamento de uma parcela do lucro que a legislação societária “quis retirar do regime da discricionariedade da administração e da maioria acionária”.

Ressalte-se que a SEP, no Relatório nº 9, analisou a efetiva realização financeira dos lucros a realizar que poderia justificar a distribuição dos lucros. Com efeito, conforme apontado pelo relatório, “até a alienação de cotas do FII pela General Shopping, não terá havido evento financeiro que imponha, nos termos da LSA (inciso III do art. 202), a realização da reserva e a distribuição de seu saldo. Ou seja, a distribuição de dividendos não deve ser vista como uma consequência do mero aporte das Subsidiárias Objeto no FII.”

Contudo, foi destacado também que, nos termos da LSA, a constituição da reserva de lucros a realizar é facultativa e, em regra, busca evitar o encargo financeiro da sociedade caso haja o descasamento entre o efetivo recebimento de caixa e a obrigação de pagamento do dividendo obrigatório. Nesse sentido, foi ressaltado no referido relatório da SEP que “As companhias não são obrigadas a constituir essa reserva sempre que há lucro não realizado e, portanto, também é razoável questionar se faz sentido que elas sejam forçadas a manter retidos os saldos lá registrados.”

Em conclusão, a SEP recomendou ao Colegiado da CVM que fosse declarada a ilegalidade da proposta da administração da GS em razão da inobservância do artigo 189, §

único (que trata da absorção dos prejuízos acumulados do resultado do exercício) e do artigo 197, § 2º (que trata da utilização dos lucros a realizar); alternativamente, que o Colegiado da CVM interrompesse o prazo de antecedência da convocação da AGE; ou que o Colegiado da CVM aumentasse o prazo de antecedência de publicação do anúncio de convocação da AGE para até trinta dias, a contar da datem em que fossem disponibilizados o prospecto do FII e a estimativa da administração sobre eventuais impactos fiscais decorrentes da realização da RLAR.

Em 06/02/2019, o Colegiado da CVM teve a oportunidade de analisar esse pleito e deferiu o pedido formulado pelo Requerente de interrupção do curso do prazo de antecedência da convocação da AGE por até quinze dias, dispondo que interrupção seria necessária para melhor compreensão da matéria.

Segundo informado na Ata CVM 21.02, diante da decisão acima consubstanciada na Ata CVM 06.02, a GS apresentou, em 18/02/2019, manifestação complementar a respeito do pedido de interrupção.

Ainda segundo a referida Ata CVM 21.02, a sociedade apresentou considerações acerca da legalidade da constituição da RLAR e sustentou que a distribuição de dividendos, sem a prévia absorção dos prejuízos em formação, encontra respaldo no regime de destinação de resultado previsto na LSA. Em síntese, a sociedade sustentou a tese de que os dividendos em questão correspondiam a dividendos intermediários e seriam distribuídos nos termos do art. 204, § 2º da LSA; e que se fundam em lucros de períodos anteriores acumulados nas reservas da companhia, razão pela qual não seria necessária a verificação de lucros atuais para a sua distribuição.

Foi salientado pelo Colegiado que a questão não está relacionada a eventual ilegalidade da deliberação proposta à AGE, mas ao direito dos acionistas de amplo acesso e conhecimento das matérias que seriam discutidas em sede de assembleia. O Colegiado focou a análise da questão em três pontos: (i) suficiência das informações disponibilizadas aos acionistas; (ii) possibilidade de pagamento de dividendo obrigatório sem a prévia compensação de prejuízos; e (iii) possibilidade de pagamento de parcela dos dividendos *in natura*. Ao final, o Colegiado entendeu que não existiriam, no caso concreto, razões para se declarar, de plano, irregularidade na distribuição de dividendos objeto da ordem do dia da referida AGE.

Contudo, segundo consta do Relatório nº 23 da SEP, a mesma acionista apresentou novo pedido de interrupção do curso e aumento do prazo de antecedência de convocação de AGE,

que se realizaria em 26/03/2019, como desdobramento do pedido anteriormente feito, por suposta insuficiência de informações necessárias ao exercício de voto, dentre essas informações às relativas os efeitos fiscais decorrentes da realização da RLAR.

Referido Relatório nº 23 retoma toda a análise anteriormente feita sobre a realização de lucros até então registrados em RLAR em razão da subscrição de cotas de FII por meio da conferência das participações detidas em subsidiárias, pelo seu valor de mercado, possibilitando a aprovação de distribuição de dividendos. A SEP destacou no referido relatório que a sociedade apresentava suas propriedades para investimento pelo valor justo, de modo que os ganhos e perdas resultantes de tal avaliação são reconhecidos no resultado do exercício correspondente.

Interessante destacar que foram também analisadas no referido Relatório nº 23 as questões do impacto fiscal de tal realização de lucros a realizar, em vista da modificação das informações prestadas pela GS aos acionistas. Segundo o referido Relatório, a administração da GS informou que as

contrapartidas dos ajustes positivos registrados pela Companhia após 01.01.2015, decorrentes da avaliação pelo valor justo de Empreendimentos, vinham sendo evidenciadas, pela Companhia, em subcontas contábeis (o ‘AVJ dos Ativos Imobiliários’). Informou, ainda, a administração que a realização do AVJ dos Ativos Imobiliários, resultaram em obrigação fiscal, nos termos do parágrafo 3º do artigo 24-A do Decreto-Lei nº 1.598/1977¹⁰¹.

Vale destacar que, segundo o Relatório nº 23, a administração da GS informou que “se tornaram tributáveis apenas as contrapartidas dos ajustes positivos decorrentes da avaliação a

¹⁰¹ “Art. 24-A. A contrapartida do ajuste positivo, na participação societária, mensurada pelo patrimônio líquido, decorrente da avaliação pelo valor justo de ativo ou passivo da investida, deverá ser compensada pela baixa do respectivo saldo da mais-valia de que trata o inciso II do caput do art. 20.

§ 1º O ganho relativo à contrapartida de que trata o caput, no caso de bens diferentes dos que serviram de fundamento à mais-valia de que trata o inciso II do caput do art. 20, ou relativo à contrapartida superior ao saldo da mais-valia, deverá ser computado na determinação do lucro real, salvo se o ganho for evidenciado contabilmente em subconta vinculada à participação societária, com discriminação do bem, do direito ou da obrigação da investida objeto de avaliação com base no valor justo, em condições de permitir a determinação da parcela realizada, liquidada ou baixada em cada período.

§ 2º O valor registrado na subconta de que trata o § 1º será baixado à medida que o ativo da investida for realizado, inclusive mediante depreciação, amortização, exaustão, alienação ou baixa, ou quando o passivo da investida for liquidado ou baixado, e o ganho respectivo não será computado na determinação do lucro real nos períodos de apuração em que a investida computar o ganho na determinação do lucro real.

§ 3º O ganho relativo ao saldo da subconta de que trata o § 1º deverá ser computado na determinação do lucro real do período de apuração em que o contribuinte alienar ou liquidar o investimento.

§ 4º A Secretaria da Receita Federal do Brasil irá disciplinar o controle em subcontas de que trata este artigo.”

valor justo registrados após 01/01/2015 – cujo valor é de R\$63 milhões¹⁰² – e não todo o lucro registrado na RLAR”. Na análise da SEP, foi destacado que a sociedade não explicou o motivo de terem sido considerados, para fins de tributação, apenas os ajustes positivos registrados após 01/01/2015, e não todo o saldo ainda remanescente da RLAR, oriundo do reconhecimento do lucro, em 31/12/2014, de R\$ 959 milhões, pela mudança de prática contábil.

No Relatório nº 23 a SEP procura analisar se tal procedimento adotado pela sociedade, de não se tributar a totalidade dos valores, está correto ou não e, ao final, assume (pressupõe) que tal posição é adequada, justificando essa conclusão pelo fato de que não cabe à CVM emitir juízo sobre a aplicação da legislação tributária e que suas considerações não devem ser tomadas como uma indicação de que a interpretação da sociedade está correta ou não.

Nesse tocante, vale reproduzir os parágrafos 41 a 43 do Relatório nº 23, que alertam para os efeitos que podem surgir de uma interpretação incorreta da sociedade sobre a tributação do reconhecimento dos lucros a realizar decorrentes da avaliação de ativos a valor justo. Confira-se:

41. Estando correta a conclusão da Companhia, aparentemente o lucro reconhecido em 31.12.2014 não terá se submetido a tributação nem por ocasião da avaliação das sociedades detentoras dos empreendimentos a valor justo nem no momento em que as participações nas sociedades detentoras dos empreendimentos tiverem deixado o patrimônio da Companhia.

42. Esse é um posicionamento contra intuitivo e que, se não for compartilhado pelas autoridades fiscais, pode submeter a Companhia a obrigações bastante significativas.

43. Neste sentido, vale destacar que a incidência de impostos sobre o valor da RLAR à alíquota de 34%, por exemplo, poderá ensejar para a Companhia uma obrigação superior ao seu valor de mercado, considerando as cotações anteriores ao anúncio da reestruturação (~R\$2,70 por ação), em 26.12.2018.

A SEP ainda pontua que esse tipo de operação, em que há realização da reserva de lucros a realizar sem que ocorra a venda ou liquidação de ativos, não é usual e é natural que surjam dúvidas, por isso, era necessária a prestação de informações adicionais por parte da sociedade para a tomada de decisão dos acionistas.

Em conclusão, no Relatório nº 23 a SEP indica que ainda haveria necessidade de complementação de informações, se posicionando pelo aumento do prazo de antecedência da

¹⁰² Cujo efeito tributário informado foi de, aproximadamente, R\$ 17 milhões, o que, segundo o acionista que fez o pleito de interrupção do curso de prazo da AGE, era questionável em razão do valor da reserva que estava sendo considerada realizada para fins de distribuição de lucro totalizar R\$ 829 milhões.

convocação, a contar do momento em que essas forem disponibilizadas, destacando que suas considerações sobre a realização da RLAR e seus impactos fiscais não deveriam ser interpretados como concordância de que a reserva tenha se realizado por força da conferência de ativos ao FII. Pelo contrário, a SEP ressaltou que mantinha seu posicionamento, segundo o qual, a princípio, até a alienação de cotas do FII pela GS, não terá havido evento financeiro que imponha, nos termos da lei, a realização da reserva e a distribuição de seu saldo e que essa questão pode ser objeto de avaliação adicional por parte da SEP.

Por fim, a SEP recomendou, com base no art. 124, §5º, I, da LSA, o aumento do prazo de antecedência de publicação do anúncio de convocação da AGE para até trinta dias, a contar da data em que fossem disponibilizadas informações adicionais sobre o impacto fiscal da realização da RLAR e da consequente distribuição de dividendos aos acionistas.

O Colegiado da CVM se reuniu em 23 de março e, segundo consta da Ata CVM 22.03, no que se refere aos efeitos fiscais decorrentes da realização de lucros a realizar, os Membros do Colegiado entenderam que o esclarecimento acerca da tributação dos ajustes positivos registrados em conta de ajuste de avaliação patrimonial (e, após, em conta de reserva de lucros a realizar) apenas após 01/01/2015 não é imprescindível para a tomada de decisão dos acionistas. O Colegiado destacou, ainda, que os administradores têm responsabilidades legais e regulamentares sobre as informações disponibilizadas e, por isso, os acionistas deveriam nelas confiar. Por fim, o Colegiado indeferiu o pedido de adiamento do curso do prazo de antecedência de convocação da AGE.

4.3 ATOS SOCIETÁRIOS SUBSEQUENTES

Na AGE realizada em 26 de março de 2019 foi ratificada a distribuição de dividendos no valor total de R\$ 828.955.780,00 (oitocentos e vinte e oito milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e oitenta reais), decorrentes da realização de lucros a realizar na RLAR, conforme balanço da companhia levantado em 31 de dezembro de 2017, sendo que parte do valor foi paga em dinheiro, e parte foi paga *in natura*, mediante a entrega de cotas de fundo de investimento imobiliário. Tal deliberação não se deu por unanimidade, havendo acionistas que votaram contra essa distribuição.

Conforme a Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 30 de abril de 2019, houve a aprovação do balanço contábil do exercício de 2018, que demonstra o prejuízo apurado pela Companhia no montante de R\$357.047.065,05 (trezentos e cinquenta e sete milhões, quarenta e sete mil, sessenta e cinco reais e cinco centavos). Anexada a essa ata,

está (i) a manifestação de um dos acionistas a respeito da referida distribuição de lucros deliberada na Assembleia do dia 29 de março de 2019, informando que o tema já foi discutido em várias esferas, inclusive judicial, tendo sido sancionado pelo Colegiado da CVM, como pelo B3-SA Brasil, Bolsa, Balcão, pedindo indenização ao acionista que votou contra a referida distribuição, por exercício abusivo do seu direito de voto; (ii) a manifestação do acionista que votou contra a aprovação das contas e a referida distribuição, alegando, principalmente, que não teria ocorrido a realização dos lucros a realizar; que os lucros deveriam ter sido utilizados, primeiramente, para absorção dos prejuízos apurados, em proteção ao capital social da companhia; e que tal operação sujeitaria a companhia e seu grupo econômico à incidência do imposto de renda pela realização da receita decorrente de “avaliação a valor justo” de ativos.

O referido acionista entende que não houve a realização da RLAR, que possibilitou o pagamento de dividendos em questão, tendo em vista que os ativos que foram avaliados a valor justo (subsidiárias diretas e indiretas) não saíram do controle societário do Grupo, tendo sido apenas transferidas para um FII. Por fim, a acionista ainda apresenta um parecer técnico elaborado por uma empresa de consultoria acerca das possíveis consequências financeiras que tal operação terá para a sociedade.

4.4 COMENTÁRIOS

O caso GS ilustra, na prática, os problemas contábeis, societários e tributários que podem surgir do reconhecimento e da distribuição de lucros a realizar decorrentes da avaliação de ativos a valor justo. De início, a contar pelo número de pedidos de adiamento do prazo para realização da AGE.

Verifica-se, inicialmente, o efeito contábil positivo nas demonstrações contábeis que pode ser gerado a partir da avaliação de ativos a valor justo. Nesse caso, é informado que houve o reconhecimento de lucros da ordem de, aproximadamente, oitocentos milhões de reais. Frise-se que esse valor é decorrente de estimativas, julgamentos, premissas e cálculos que são feitos por especialistas, ou seja, decorrem de aspectos, em última análise, subjetivos, que podem ou não se confirmar no futuro.

Esse lucro contábil, sem a correspondência no caixa da sociedade, foi registrado em conta de patrimônio líquido de reserva de lucros a realizar. As questões que se colocaram, em seguida, referem-se à efetiva realização desses lucros e à possibilidade de sua distribuição na forma de dividendos. No âmbito da CVM, se discutiu se a conferência de ativos avaliados a valor justo a um fundo de investimento do mesmo grupo econômico seria ou não um evento de

realização dos respectivos lucros; se haveria necessidade ou não de se comprovar a efetiva realização dos lucros registrados em RLAR para fins de distribuição; e os efeitos tributários de tal realização de lucros. Quanto a esse último ponto, foi ainda discutido se estaria correta a posição da sociedade de tributar tão apenas a realização de lucros registrados na RLAR a partir de 01/01/2015, não tributando os valores anteriormente registrados.

A SEP, área técnica da CVM, entendeu que esse tipo de operação, na qual há o pagamento de lucros registrados em conta de reserva a realizar sem o efetivo ingresso financeiro na companhia, não é usual e que os reflexos tributários deveriam ser analisados. Caso a informação prestada pela administração de que a tributação sobre os valores realizados atingisse apenas a reserva registrada a partir de 01/01/2015 estivesse incorreta, poderia haver um efeito tributário adverso em valor relevante para a sociedade, superior, inclusive, ao seu próprio valor de mercado.

O acionista que não concordou com tal operação solicitou, até mesmo, um parecer técnico para corroborar seu entendimento de que a mera transferência dos ativos avaliados a valor justo para um fundo de investimento detido pelo mesmo grupo não deveria ser considerado um evento de realização da reserva a dar ensejo a liberação dos resultados para distribuição de dividendos. Ou seja, a realização, em seu ponto de vista, não teria ocorrido e, portanto, não poderia haver a respectiva distribuição de lucros aos acionistas.

Vale destacar que a análise do Colegiado da CVM limitou-se à confirmação da existência de informações mínimas aos acionistas para que esses pudessem exercer seu direito de voto. Muito embora tenha havido uma análise técnica subjacente das operações que deram ensejo à realização da reserva de lucros a realizar e do consequente pagamento de dividendos, ao final, a CVM aponta que não houve qualquer validação dos procedimentos adotados e que não teria competência para abalizar os respectivos efeitos fiscais.

De fato, caso as autoridades fiscais tenham um entendimento diverso do que emanado pela administração no que se refere à tributação dos valores registrados em conta de reserva de lucros a realizar, a sociedade poderá ter um relevante efeito tributário adverso. Isso porque, segundo consta, não houve tributação da reserva de lucros a realizar registrada até 31/12/2014. A sociedade justifica tal procedimento no artigo 24-A do Decreto-lei nº 1.598, de 1977, que trata do ajuste de avaliação patrimonial reflexo registrado na controladora em caso de aquisição de investimento avaliado pelo método da equivalência patrimonial, com pagamento de ágio

pela mais valia do ativo. É ainda citada pela administração, como fundamento para a não tributação dos referidos valores, a Lei nº 12.973, de 2014, de forma genérica.

Muito embora não tenhamos tido acesso ao detalhamento das operações, não identificamos na legislação vigente disposição legal que isente de tributação o ganho decorrente da realização de bens avaliados pelo valor justo até 31/12/2014. Parece-nos que tal estorno dos lançamentos contábeis feito com base nos IFRS tenha sido feito sob a égide do RTT.

Com efeito, a legislação de regência, especialmente no que se refere a Lei nº 12.973, de 2014, é bastante clara na determinação de que a realização dos bens ativos avaliados a valor justo constitui fato gerador do IRPJ e da CSLL. O artigo 13 da referida Lei dispõe, expressamente, que o ganho decorrente de avaliação de ativo ou passivo com base no valor justo não será computado na determinação do lucro real, desde que o respectivo aumento no valor do ativo ou a redução no valor do passivo seja evidenciado contabilmente em subconta vinculada ao ativo ou passivo. O parágrafo 1º do referido artigo prevê que o ganho evidenciado por meio da mencionada subconta será computado na determinação do lucro real à medida que o ativo for realizado, inclusive mediante depreciação, amortização, exaustão, alienação ou baixa, ou quando o passivo for liquidado ou baixado.

Há uma exceção a essa obrigação legal de tributação no que se refere à realização de ganhos no reconhecimento inicial de ativos avaliados com base no valor justo decorrentes de doações recebidas.

Em conclusão, por meio desse caso concreto comprova-se que há diversos pontos controversos, sob as perspectivas societária e tributária, que podem surgir em constituição e destinação do lucro gerado pela avaliação de ativos a valor justo.

5 RESPOSTAS ÀS QUESTÕES FORMULADAS

5.1 É POSSÍVEL A DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS DECORRENTES DA AVALIAÇÃO A VALOR JUSTO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA E TRIBUTÁRIA?

Após exame detalhado das regras pertinentes ao assunto, não foi identificada na legislação societária e nas normas tributárias qualquer vedação para a distribuição dos lucros decorrentes da avaliação de ativos a valor justo, muito embora possa ser discutível do ponto de vista societário e econômico.

Não obstante possa nos parecer, num primeiro momento, “estranho” do ponto de vista societário e tributário entregar aos sócios ou acionistas, sob a forma de lucros, um valor que foi registrado com base em estimativas, premissas e julgamentos, que não foi confirmado por uma operação de mercado – ou seja, não foi realizado – não há qualquer vedação legal para que isso ocorra. Parece-nos que esse “estranhamento” surge em razão de nossa visão e padrão codificado de normas, fundamentado em operações retroativas (já realizadas).

Com efeito, a LSA normatiza a constituição da reserva de lucros a realizar, sendo essa optativa, mas não contempla nenhuma hipótese de não distribuição desses valores a título de dividendos aos sócios. Ainda que possa ter temerário para a sociedade a distribuição de resultados sem o devido respaldo em lucros realizados, não há vedação legal para tal distribuição.

Conforme afirma Charneski (2019, p. 196), a “companhia não está proibida de pagar dividendo sobre lucros não realizados (nem de tomar empréstimo, por exemplo, para tal distribuição), mas a reserva [de lucros a realizar] visa a evitar inconveniências decorrentes”.

Frise-se que as discussões doutrinárias sob a ótica societária sobre a impossibilidade de distribuição dos referidos lucros se baseiam em princípios, notadamente o princípio da intangibilidade do capital social, que, com a devida vênia, em nossa opinião, precisam ser atualizados face as alterações sofridas em nosso sistema jurídico pela Lei nº 11.638, de 2007.

Novos conceitos e forma de apuração de resultados foram introduzidos no ordenamento, de modo que o conceito de lucro foi alterado. Parece-nos, como anteriormente mencionado, que tais regras contábeis não são incompatíveis com o sistema da LSA, mas impõe que lhe seja dada uma nova interpretação, de forma sistemática. Foge ao escopo desse trabalho uma análise

e opinião sobre a necessidade de reforma da LSA ou não, que poderia dar ensejo a uma pesquisa específica.

Contudo, cabe observar que a legislação tributária fez a opção por incorporar as novas regras contábeis, ditando-lhe os efeitos que entende devidos para fins de tributação, após um período de transição, no qual tais regras contábeis não foram consideradas para efeitos tributários. Assim, após um período de neutralidade, suportado pelo RTT, foi eleito pela Lei nº 12.973, de 2014, o princípio da realização. Ou seja, a legislação tributária optou por, num primeiro momento, analisar quais seriam os efeitos de tais regras contábeis para efeitos de tributação, para depois instituir regras específicas sobre a matéria.

Assim, a Lei nº 12.973, de 2014, que regula os efeitos tributários das novas normas contábeis, e a Lei nº 9.249, de 1995, que contém regra específica de isenção sobre distribuição de lucros, não contemplam qualquer ressalva, exceção ou condição para a isenção de imposto de renda em razão da distribuição de reserva de lucros ainda não realizados.

Interessante notar que, para efeitos de tributação sobre o lucro, não há “disponibilidade econômica” da respectiva renda gerada pela avaliação a valor justo de bens do ativo, e, portanto, não há fato gerador do imposto sobre a renda. Por outro lado, para efeitos de distribuição dos lucros decorrentes de tal avaliação a valor justo, já há efetiva “disponibilidade” da reserva de lucros a realizar aos sócios e acionistas.

Contudo, os limites de definição do fato gerador do imposto sobre a renda contidos no artigo 43 do CTN impedem que haja incidência do imposto sobre expectativas ou presunções, mas tão somente sobre ganhos e rendas efetivas – sobre as quais já se tem disponibilidade econômica ou jurídica. Por esse motivo, não deve se submeter ao imposto sobre a renda as valorizações de ativos, por mais notórias que sejam. Enquanto não efetivamente realizadas por uma operação de mercado com terceiros, tal valorização é meramente potencial para fins de tributação, podendo ser concretizada ou não. Com efeito, essa valorização pode se reverter antes da sua venda ou simplesmente pode não ser confirmada por uma operação de mercado porque não houve qualquer comprador interessado em pagar tal preço. Trata-se de uma renda virtual para fins de tributação.

Porém, questiona-se se a distribuição dessa renda por meio do lucro gerado não seria uma hipótese de realização, para fins de tributação. Somos da opinião de que não, que a renda somente seria tributável a partir do momento que deixa de ser contábil e passa a ser realizada, como no caso da alienação do bem que deu ensejo a mais valia. Trata-se da aplicação do

princípio constitucional da capacidade contributiva que deve ser observado para fins do imposto sobre a renda. A incidência do imposto sobre a renda sem que haja ganho confirmado por uma operação de mercado (realizado) implicaria o pagamento do tributo com o uso de recursos não atrelados à renda tributada. A referida renda não está líquida, realizada, da qual poderia tirar parte do montante para pagar o imposto.

Vale ressaltar que o Direito é uno, o sistema é um só. Contudo, existem regras e princípios específicos aplicáveis para cada ramo diverso do direito, seja ele tributário, societário, cível, etc. Nesse tocante, no âmbito do imposto sobre a renda, regem as normas que tratam de disponibilidade, da tipicidade cerrada e da capacidade contributiva; no âmbito societário, regem as normas previstas especialmente pela LSA, que tratam da apuração de lucros, conforme as regras contábeis vigentes, sendo a regra geral a sua distribuição, e da opção de se constituir a reserva de lucros a realizar.

De toda a forma, a aparente discrepância entre as normas tributárias e as societárias se resolve no tempo, trata-se de uma questão temporal. Pela aplicação do princípio da continuidade, se assume que os atos praticados pelas sociedades visam a sua perpetuação.

Assim, o lucro apurado por meio da avaliação a valor justo que poderia ser distribuído aos sócios, num primeiro momento, sem tributação, será tributado quando o bem que lhe deu origem passar por uma operação de mercado no futuro.

Com efeito, tomando-se por exemplo um bem (classificado como propriedade para investimento) que foi avaliado a valor justo no exercício social de X1 e teve registrada a mais valia em subconta contábil do respectivo ativo em contrapartida de crédito no resultado do exercício, ou seja, gerando um ganho contábil para a sociedade. No exercício de X1, a referida mais valia não será tributada, devendo ser controlada em livros fiscais para posterior adição ao cálculo do lucro real e da base de cálculo da CSLL¹⁰³, e comporá o resultado do exercício, sendo levada ao patrimônio líquido à conta de lucros acumulados, podendo ser levada à conta de lucros a realizar ou não, conforme a faculdade prevista legalmente.

Por hipótese, considerando-se a venda do bem (sua realização, confirmação por uma operação de mercado) no exercício de X2, no qual foi gerado lucro contábil em decorrência de

¹⁰³ Controle fiscal a ser feito no Livro de Apuração do Lucro Real (E-LALUR), e no Livro de Apuração da Base de Cálculo da CSLL (E-LACS), ambos parte da Escrituração Contábil Fiscal (ECF).

outras operações, existem, em princípio, três possibilidades¹⁰⁴: (i) ser vendido pelo mesmo valor que está registrado contabilmente, ou seja, pelo seu valor de custo, acrescido da valorização a valor justo; (ii) ser vendido por valor superior ao valor que está registrado contabilmente; ou (iii) ser vendido por valor inferior ao que está registrado contabilmente.

Na hipótese (i) acima, o lucro contábil decorrente da operação já foi reconhecido no exercício de X1, em X2 não há ganho contábil na operação e, para fins fiscais, a mais valia registrada nos livros fiscais será adicionada à base de cálculo do lucro real e da CSLL, ou seja, haverá a tributação. Na hipótese (ii), a diferença entre o custo contábil do bem (incluindo a mais valia) e o valor de venda corresponderá a lucro do exercício de X2 e estará sujeito à tributação, e o valor da mais valia registrado em X1, controlado nos livros fiscais, será adicionado à base de cálculo do IRPJ e da CSLL, sendo também tributado. Por fim, na hipótese (iii), haverá prejuízo contábil decorrente dessa operação em X2 e o valor da mais valia registrado em X1 deverá ser adicionado para fins tributários.

Em suma, via de regra, as diferenças entre as bases contábil e fiscal se ajustam no tempo. Vale frisar que o eventual registro de lucro em um determinado período (como em X1, no exemplo acima), que não se “confirme” após uma operação de mercado gerará uma perda, ou seja prejuízo, ou seja, diminuirá o resultado contábil passível de distribuição no futuro, mas a mais valia será tributada¹⁰⁵.

5.2 BENEFÍCIO ECONÔMICO OU JURÍDICO DA MENSURAÇÃO A VALOR JUSTO DE ATIVOS, PARA OS SÓCIOS OU PARA A SOCIEDADE, FUNDAMENTA JURIDICAMENTE A SUA TRIBUTAÇÃO?

Por todo o exposto, entendemos que o benefício econômico ou jurídico da mensuração a valor justo dos ativos, seja para os sócios ou acionistas ou para sociedade, não fundamenta juridicamente a sua tributação.

¹⁰⁴ Os exemplos são simples e assumem que os ganhos decorrentes da avaliação a valor justo tenham sido registrados em subcontas contábeis e que o resultado contábil é de lucro, não sendo realizados os cotejamentos entre resultado contábil e resultado fiscal, com e sem o referido ajuste. O Anexo IV – “Ganho na Avaliação a Valor Justo Não Evidenciado Por Meio de Subconta”, e o Anexo V – “Utilização de Subcontas na Adoção Inicial, Ajuste a Valor Presente e Avaliação a Valor Justo”, ambos da IN 1700, contemplam diversos exemplos do tratamento tributário a ser conferido em cada situação específica.

¹⁰⁵ Utilizamos a expressão “confirme” de modo destacado, eis que, para fins contábeis, o lucro gerado a partir da avaliação a valor justo é definitivo em um determinado exercício. Em exercícios seguintes, caso o bem passe por uma operação de mercado, haverá tão apenas registros de perdas ou de ganhos, não sendo tecnicamente correto dizer que o ganho anteriormente gerado foi confirmado ou não.

Com efeito, ainda que haja discussões a respeito desse conceito, o Direito Tributário é informado pelo princípio da legalidade e da tipicidade cerrada. Nesse sentido, se não houver a subsunção do evento à hipótese de incidência do tributo, não há que se falar em tributação de qualquer natureza. Além disso, em se tratando do imposto sobre a renda, deve ser observado o princípio constitucional da capacidade contributiva.

A legislação vigente é expressa ao excluir da tributação, para efeitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, os resultados decorrentes da avaliação a valor justo de ativos e passivos e não há qualquer norma legal no ordenamento vigente que trate da tributação dos lucros distribuídos com base em reserva de lucros a realizar decorrente da mensuração a valor justo dos ativos da sociedade.

Como acima detalhado, os sócios ou acionistas, de fato, podem se beneficiar economicamente da aplicação das regras de valoração a valor justo dos ativos pelas sociedades. Contudo, em tese, tal benefício ou ganho se ajusta com o passar do tempo, com a consequente tributação após a realização do ganho por uma operação de mercado, e não justifica qualquer tipo de tributação de imediato.

6 CONCLUSÃO

O presente trabalho procurou analisar e sistematizar as regras relativas à constituição e à destinação do lucro gerado pelo valor justo, sob o ponto de vista tributário e, de forma subsidiária, do ponto de vista societário, sem a pretensão de esgotar o assunto.

Como verificado, a utilização da valoração a valor justo procura trazer para as demonstrações financeiras uma visão prospectiva, e não retroativa, da realidade, do potencial de patrimônio líquido que tal sociedade tem em determinado momento. Esse conceito, advindo do IFRS, em princípio, não se alinha com nosso sistema normatizado que é pautado pela codificação e pela prevalência da formalização dos atos e negócios jurídicos.

Dessa forma, num primeiro momento, considerar que a sociedade tenha seu patrimônio líquido majorado em razão de lucros ainda não realizados decorrentes de estimativas, premissas e julgamentos pode parecer incorreto e, até mesmo, ilegal.

Ocorre que a valorização a valor justo de determinados ativos é prevista legalmente, vez que os Pronunciamentos Técnicos que preveem tal mensuração foram ratificados pelos órgãos apropriados e, por isso, têm força de normas contábeis, a serem observadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Assim, o registro de ganhos decorrentes dessa avaliação é legítimo a aumentar o lucro das sociedades e, conseqüentemente, o seu patrimônio líquido. A constituição ou não de reserva de lucros a realizar é uma faculdade das sociedades, conferida pela lei societária, ou seja, a segregação de tais lucros gerados a partir de ganhos potenciais da sociedade não é mandatória.

Nesse sentido, considerando-se que a constituição de tal reserva de lucros a realizar não é nem mesmo obrigatória, do ponto de vista legal, o que se dirá de sua manutenção até a efetiva realização dos bens que a deram origem para se efetivar a sua distribuição.

Pode-se discutir a pertinência da distribuição dos valores registrados em tal reserva de lucros a realizar antes de sua efetiva realização à luz da leitura da LSA sob o prisma dos antigos princípios que a informam, como o da intangibilidade do capital social como forma máxima de proteção dos credores.

Em diversos pontos desse trabalho tratamos de assuntos societários que podem demandar a análise da necessidade ou não de atualização da LSA frente às alterações sofridas

no nosso sistema jurídico a partir da Lei nº 11.638, de 2007, o que foge ao escopo da presente pesquisa e poderia ser objeto de trabalho específico¹⁰⁶.

Contudo, nesse momento, em nossa opinião sobre o assunto, a legislação societária já poderia ser interpretada à luz das atualizações sofridas em nosso ordenamento pela introdução das novas normas contábeis, que observam princípios e critérios mais modernos, prospectivos, e que alteram conceitos relevantes de receitas, despesas e, conseqüentemente, de resultado contábil, de modo a permitir a referida distribuição quando não há risco de insolvência da sociedade. Essa seria uma posição que visa alinhar os princípios informadores do direito societário com as alterações promovidas pela introdução das normas contábeis internacionais.

Por sua vez, a legislação tributária optou por seguir um outro caminho, de normatizar especificamente cada uma das alterações contábeis introduzidas no sistema por meio da Lei nº 12.973, de 2014, positivando o princípio da realização. Assim, do ponto de vista tributário, o ajuste positivo ou negativo decorrente da avaliação a valor justo de um bem do ativo que seja levado ao resultado contábil somente será tributado quando houver a realização do bem, assim entendido, quando houver uma operação de mercado (uma venda, a baixa, por exemplo). Nesse momento, da realização, serão reconhecidos os efeitos tributários dos referidos ativos por meio de sua adição às bases de cálculo do IRPJ e da CSLL.

Para fins de distribuição do lucro, a legislação tributária não prevê qualquer diferenciação sobre a parcela do resultado gerada a partir da mensuração de ativos a valor justo. Com efeito, a isenção de imposto sobre a renda aplica-se à distribuição de lucros calculados com base nos resultados pagos ou apurados a partir do mês de janeiro de 1996 pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado. Assim, para fins de isenção, há requisitos a serem observados quanto ao momento de apuração dos resultados e à tributação feita no nível corporativo. Não há requisitos, condições ou limitações referentes à parcela do lucro gerada a partir da avaliação a valor justo.

Entendemos que tais disposições legais estão totalmente alinhadas aos princípios da legalidade, da tipicidade cerrada e capacidade contributiva, informadores do Direito Tributário e, em especial, dos tributos sobre a renda.

¹⁰⁶ Lamy (2011, p. 243 et seq.) aborda o tema da possível da revisão e modernização da LSA no que se refere a outros assuntos, como direito de recesso, responsabilidade do controlador, ações preferenciais etc. A LSA é um sistema de normas que trata de um campo dinâmico das relações sociais – dos negócios – e que deveria, em princípio, se adequar a novas realidades sem perder a sua essência.

Em suma, entendemos que houve uma atualização do sistema jurídico pela introdução das novas normas de contabilidade, em linha com as normas internacionais do IFRS. O sistema jurídico é uno, mas comporta diferentes aplicações por cada ramo do direito. O direito tributário optou por tratar especificamente desses efeitos, nos casos em que entendeu necessário, em lei específica. No direito societário não houve a opção, até o momento, por uma norma que tratasse especificamente da harmonização das regras societárias com as novas normas contábeis. Entendemos que, nesse caso, em linha com as regras de interpretação do direito, as novas normas deveriam ser incorporadas às antigas de forma a atualizá-las.

Vale notar que compreendemos que a matéria, especialmente do ponto de vista societário, é complexa e pode conflitar com o princípio da intangibilidade do capital social. Foge ao escopo desse trabalho analisar a necessidade ou não de atualização da legislação societária face às introduções sofridas no sistema após a Lei nº 11.638, de 2007, o que pode ser objeto de um estudo específico. Sem prejuízo, como acima indicado, entendemos que as normas poderiam conviver de forma a serem interpretadas em conjunto, à luz de uma visão mais atualizada do direito societário.

Assim, considerando todos os pontos e ressalvas apresentadas nesse trabalho, em nossa opinião, sob os prismas tributário e societário, a distribuição dos lucros gerados a partir da avaliação a valor justo de ativos, ainda que não realizados, poderiam ser distribuídos aos sócios sem tributação.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. **Imposto de Renda das Empresas**. 11. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2014.
- ATALIBA, Geraldo. **Hipótese de Incidência Tributária**. 2. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1975.
- ASCARELLI, Tullio. **Problemas das Sociedades Anônimas e Direito Comparado**. São Paulo: Ed. Quorum, 2008.
- BARBOSA, Marcelo. Título III, Capítulo II – Direitos dos Acionistas. *In*: LEVY FILHO, Alfredo; BULHÕES PEDREIRA, José Luiz (coord). **Direito das Companhias**, v. 2. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2009. p. 297-320.
- BARRETO, Eric; ALMEIDA, Diana. **Contabilidade a valor justo – IFRS 13**. São Paulo: Saint Paul, 2012.
- BIANCO, João Francisco. O Conceito de Valor Justo e seus Reflexos Tributários. *In*: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel (coord). **Controvérsias Jurídico-Contábeis** (Aproximações e Distanciamentos). v. 5. São Paulo: Dialética, 2014. p. 160-174.
- BIANCO, João Francico *et al.* Condições para um Diálogo Normativo entre o Direito Contábil e o Direito Tributário. *In*: ZILVETI, Fernando Aurelio; FAJERSZTAJN, Bruno; SILVEIRA, Rodrigo Maito da (coord). **Direito Tributário Princípio da Realização no Imposto sobre a Renda**. São Paulo: IBDT, 2019. p. 163-183.
- BIFANO, Elidie Palma. Renda Realizada IFRS. *In*: ZILVETI, Fernando Aurelio; FAJERSZTAJN, Bruno; SILVEIRA, Rodrigo Maito da (coord). **Direito Tributário Princípio da Realização no Imposto sobre a Renda**. São Paulo: IBDT, 2019. p. 242-270.
- BOLAN, Ricardo *et al.* Transferência de bens e direitos com AVJ em reorganizações societárias. *In*: MATARAZZO, Giancarlo Chamma; FERRAZ, Luiz Felipe Centeno (coord). **Impactos Tributários Decorrentes da Adoção do IFRS no Brasil – Uma década de debates**. São Paulo: Blucher, 2019. p. 67-92.
- BULHÕES PEDREIRA, José Luiz. **Finanças e Demonstrações Financeiras da Companhia** (Conceitos Fundamentais). Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1989.
- BULHÕES PEDREIRA, José Luiz *et al.* **A Lei das S.A – Pressupostos, Elaboração, Modificações**. 3. ed, v. 1. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 1997.
- BULHÕES PEDREIRA, José Luiz. Título VII, Capítulo IV – Exercício Social e Demonstrações Financeiras. *In*: LEVY FILHO, Alfredo; BULHÕES PEDREIRA, José Luiz (coord). **Direito das Companhias**, v. 1. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2009. p. 1500-1527.
- CAMPOS, Luiz Antonio de Sampaio. Notas sobre Destinação do Lucro do Exercício: a Reserva de Lucros a Realizar e a Destinação a ela do Lucro Excedente do Dividendo Obrigatório. *In*: VENANCIO FILHO, Alberto (coord). *et al.* **Lei das S.A. em seus 40 anos**. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2017. p. 411-434.

- CARVALHO, Gabriel Siqueira Eliazar de. **O Capital Social sob a Ótica de Garantia aos Credores: controvérsias, ineficiência e reflexões sobre a crise do instituto.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito. Belo Horizonte. 2020. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/34115/3/Disserta%c3%a7%c3%a3o_O%20capital%20social%20sob%20a%20%c3%b3tica%20de%20garantia%20aos%20credor es.pdf. Acesso em: 11 fev. 2020.
- CARVALHOSA, Modesto. **Comentários à Lei de Sociedades Anônimas.** v. 1, art. 1-74, 7. ed. revista e atualizada. São Paulo: Ed. Saraiva, 2013.
- CARVALHOSA, Modesto. **Comentários à Lei de Sociedades Anônimas.** v. 3, art. 138-205. 5. ed. revista e atualizada. São Paulo: Ed. Saraiva, 2011.
- CAVALLI, Cássio Machado. **Notas sobre a disciplina do capital social nas sociedades limitadas.** Revista de Direito Empresarial - RDemp, ano 10, n. 2, maio/ago. 2013. Belo Horizonte: Ed. Fórum. p. 63-84.
- CHARNESKI, Heron. **Normas Internacionais de Contabilidade e Direito Tributário Brasileiro.** Série Doutrina Tributária, v. 24. São Paulo: Editora Quartier Latin, 2018.
- CHARNESKI, Heron. Contabilidade Societária do padrão IAS/IFRS vs. Contabilidade Fiscal no Contexto de Realização da Renda. In: ZILVETI, Fernando Aurelio; FAJERSZTAJN, Bruno; SILVEIRA, Rodrigo Maito da (coord). **Direito Tributário Princípio da Realização no Imposto sobre a Renda.** São Paulo: IBDT, 2019. p. 186-211.
- COSTA, Celso. O Conceito de Valor Justo na Contabilidade e seus Reflexos na Apuração do Lucro Real. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel (coord). **Controvérsias Jurídico-Contábeis** (Aproximações e Distanciamentos). v. 5. São Paulo: Dialética, 2014. p. 30-50.
- DANIEL NETO, Carlos Augusto; KRALJEVIC, Maria Carolina Maldonato Mendonça. Tributação do Valor Justo de Ativos na Devolução do Capital Social. In: **Revista Direito Tributário Atual.** RDTA. v 44. São Paulo: IBDT, 2020. p. 134-155.
- DINIZ, Maria Helena. **Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada com referência ao Novo Código Civil** (Lei n. 10.406, de 10-1-2002). 11. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2005.
- DOMINGUES, Paulo de Tarso. **Do Capital Social – Noção, Princípios e Funções.** 2. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2004.
- EIZIRIK, Nelson. **A Lei das S/A Comentada.** v. 2, art. 121- 188. 2. ed. São Paulo: Ed. Quartier Latin do Brasil, 2011.
- EIZIRIK, Nelson. **A Lei das S/A Comentada.** v. 3. art. 189-300. 2. ed. São Paulo: Ed. Quartier Latin do Brasil, 2011.
- FERNANDES, Edison Carlos. Essência sobre a Forma: Falso Dilema. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel (coord). **Controvérsias Jurídico-Contábeis** (Aproximações e Distanciamentos). v. 4. São Paulo: Dialética, 2013, p. 49-58.
- FERNANDES, Edison Carlos. Valor Justo: Conceito Jurídico, Reconhecimento, Mensuração, Divulgação e Tratamento Tributário. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel (coord). **Controvérsias Jurídico-Contábeis** (Aproximações e Distanciamentos). v. 5. São Paulo: Dialética, 2014. p. 51-76.

- FERNANDES, Edison Carlos. **Imposto Sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL: De acordo com a Lei nº 12.973, de 2014**. 1. Ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2015.
- FERNANDES, Edison Carlos. Capacidade Colaborativa e o Tributo como Penalidade: o caso do controle fiscal em subconta contábil. *In: Revista Direito Tributário Atual*. RDTA. v. 37. São Paulo: IBDT, 2017a, p. 107-120.
- FERNANDES, Edison Carlos. *et al.* **Contabilidade Aplicada ao Direito** – Série Gvlaw. 1. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2017b.
- FERNANDES, Edison Carlos. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatórios Contábil-Financeiro. Comentários Tributários ao Pronunciamento Conceitual Básico. *In: PEIXOTO, Marcelo Magalhães; FERNANDES Edison Carlos (coord.). Revista Direito Tributário Atual*. Revista de Direito Contábil Fiscal. v 1. n 1. jan./jun. 2019. São Paulo: MP Editora, 2019, p. 231-243.
- FONSECA, Fernando Daniel de Moura. **Imposto sobre a Renda – Uma Proposta de Diálogo com a Contabilidade**. Belo Horizonte: Ed. Fórum Conhecimento Jurídico, 2020.
- GELBCKE, Ernesto Rubens *et al.* **Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a Todas as Sociedades, de Acordo com as Normas Internacionais e do CPC**. São Paulo: Ed. Atlas, 2018.
- GRECO, Marco Aurélio. Capacidade Contributiva x Lucro Contábil/Societário. *In: ZILVETI, Fernando Aurelio; FAJERSZTAJN, Bruno; SILVEIRA, Rodrigo Maito da (coord). Direito Tributário Princípio da Realização no Imposto sobre a Renda*. São Paulo: IBDT, 2019, p. 73-82.
- HADDAD, Gustavo Lian *et al.* Reflexos Tributários dos Efeitos Contábeis Decorrentes da Avaliação a Valor Justo. *In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel (coord). Controvérsias Jurídico-Contábeis (Aproximações e Distanciamentos)*. v. 5. São Paulo: Dialética, 2014. p. 101-148.
- HARBICH, Ricco. **Conceito e Destinação do Lucro na Nova Lei das Sociedades Por Ações**. 2. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1980.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. Essência sobre a Forma e o Valor Justo: duas Faces da Mesma Moeda. *In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel (coord). Controvérsias Jurídico-Contábeis (Aproximações e Distanciamentos)*. v. 1. São Paulo: Dialética, 2010. p. 464-478.
- JACINTHO, Roque. **Lucros a Realizar e Lucro Inflacionário**. São Paulo: Ed. Resenha Tributária, 1978.
- KING, Alfred M. Conceito de valor justo. *In: CATTY, James P. IFRS: guia de aplicação do valor justo*. Porto Alegre: Bookman, 2013.
- LAMY FILHO, Alfredo. Título II – Capital e Ações, Capítulo I – Capital Social. *In: LEVY FILHO, Alfredo; BULHÕES PEDREIRA, José Luiz (coord). Direito das Companhias*, v. 1. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2009. p. 193-214.
- LAMY FILHO, Alfredo. Considerações sobre a elaboração da Lei de S.A. e sua necessária atualização. *In: Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais*, v. 51, jan./mar. 2011, São Paulo: Revista dos Tribunais Online, p. 243-258.
- LAULETTA, Andrea Bazzo. Os impactos das Novas Regras Contábeis na Isenção Tributária dos Dividendos. *In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel*

- (coord). **Controvérsias Jurídico-Contábeis** (Aproximações e Distanciamentos). v. 5. São Paulo: Dialética, 2014. p. 11-29.
- LOBO, Carlos Augusto da Silveira. A Proteção do Crédito na Sociedade Anônima – Definição ne Distribuição Abusiva nos Sistemas Continental – Europeu e Anglo Saxão. *In*: VENANCIO FILHO, Alberto (coord.) *et al.* **Lei das S.A. em seus 40 anos**. Rio de Janeiro: Forense, 2017. p. 342-359.
- MARTINS, Eliseu. Ensaio sobre a Evolução do Uso e das Características do Valor Justo. *In*: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel (coord). **Controvérsias Jurídico-Contábeis** (Aproximações e Distanciamentos). v. 1. São Paulo: Dialética, 2010. p. 138-146.
- MAXIMILIANO, Carlos. **Hermêutica e Aplicação do Direito**. 22. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020.
- MELO FILHO, Augusto Rodrigues Coutinho. **A (des)necessidade do Conceito de Capital Social no Direito Societário Brasileiro: uma análise à luz do Direito Norte-Americano e Europeu**. Trabalho de Conclusão de Curso, sob Orientação do professor Cássio Cavallia, apresentado à FGV DIREITO RIO como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Direito. Rio de Janeiro. 2015. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/themes/Mirage2/pages/pdfjs/web/viewer.html?file=http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/14702/AUGUSTO%20RODRIGUES%20COUTINHO%20DE%20MELO%20FILHO.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 6 fev. 2020.
- MINATEL, José Antonio. **Conceito de receita e CPC 47 para fins de PIS e COFINS**. Disponível em: <https://www.ibet.com.br/conceito-de-receita-e-cpc-47-para-fins-de-pis-e-cofins-por-jose-antonio-minatel/>. Acesso em: 15 ago. 2020.
- NEDER, Marcos Vinicius *et al.* Os Efeitos Tributários nas Transferências de Ativos Avaliados a Valor Justo nas Reorganizações Societárias. *In*: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel (coord). **Controvérsias Jurídico-Contábeis** (Aproximações e Distanciamentos). v. 6. São Paulo: Dialética, 2015. p. 375-393.
- OLIVEIRA, Eduardo Alves de. **Disponibilidade econômica do fair value**. São Paulo: Quartier Latin/PWC, 2018.
- OLIVEIRA, Ricardo Mariz. **Fundamentos do Imposto de Renda**. São Paulo: Ed. Quartier Latin, 2008.
- PINTO, Alexandre Evaristo. A Avaliação a Valor Justo e a Disponibilidade Econômica da Renda. *In*: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel (coord). **Controvérsias Jurídico-Contábeis** (Aproximações e Distanciamentos). v. 6. São Paulo: Dialética, 2015. p. 13-46.
- PIVA, Luiz Carlos. “Capítulo V – Lucros, Reservas e Dividendos”. *In*: LEVY FILHO, Alfredo; BULHÕES PEDREIRA, José Luiz (coord). **Direito das Companhias**, v. 2. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2009.
- POLIZELLI, Victor Borges. **O Princípio da Realização da Renda**. Reconhecimento de Receitas e Despesas para Fins do IRPJ. São Paulo: Ed. Quartier Latin, 2012.
- POLIZELLI, Victor Borges. O princípio da renda líquida. *In*: ZILVETI, Fernando Aurelio; FAJERSZTAJN, Bruno; SILVEIRA, Rodrigo Maito da (coord). **Direito Tributário Princípio da Realização no Imposto sobre a Renda**. São Paulo: IBDT, 2019.

- ROCHA, Sérgio André. A neutralidade fiscal do padrão IFRS pós-Lei n. 12.973/2014. *In*: PINTO, Alexandre Evaristo (coord) *et al.* **Controvérsias Jurídico-Contábeis**. São Paulo: Atlas, 2020, p. 341-360.
- ROSMAN, Luiz Alberto Colonna. Incompatibilidade de Regras do IFRS sobre a Apuração do Lucro Distribuível com o Princípio da Tangibilidade do Capital Social. *In*: VENANCIO FILHO Alberto (coord). *et al.* **Lei das S.A. em seus 40 anos**. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2017. p. 365-410.
- ROSMAN, Luiz Alberto Colonna. Capital Social – Princípios da Realidade e da Intangibilidade – Funções e Disfunções (Aumento do Capital da Petrobrás em 2010 e Determinadas Regras do IFRS). *In*: SILVA, Alexandre Couto (coord). **Direito Societário – Estudos Sobre a Lei de Sociedade por Ações**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2013. p. 61-119.
- SALOMÃO, Calixto Filho. **O novo direito societário**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553611522/> Acesso em: 12 fev. 2021.
- SCHOUERI, Luís Eduardo. Considerações acerca da Disponibilidade da Renda: Renda Disponível e Renda Líquida. *In*: ZILVETI, Fernando Aurelio; FAJERSZTAJN, Bruno; SILVEIRA, Rodrigo Maito da (coord). **Direito Tributário Princípio da Realização no Imposto sobre a Renda**. São Paulo: IBDT, 2019. p. 19-32.
- SCHOUERI, Luís Eduardo. **Direito Tributário**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- SCHOUERI, Luís Eduardo. *et al.* **Manual da Tributação Direta da Renda**. São Paulo: IBDT, 2020.
- SILVA, Fabiana Carsoni Alves da. Neutralidade fiscal das avaliações de ativos e passivos a valor justo: simples instrumento de política fiscal? *In*: **Revista Fórum de Dir. Tributário – RFDT**. v. 95. Belo Horizonte: RFDT, 2018, set-out. p. 151-184.
- SOUZA, Ana Cristina França de *et al.* Introdução: A aplicação do valor justo no Brasil. *In*: CATTY, James P. **IFRS: guia de aplicação do valor justo**. Porto Alegre: Bookman, 2013.
- TAKAHASHI, Silvio. Conceito de Valor Justo e a sua Aplicação nos Meios Contábil e Jurídico. *In*: SILVA, Fabio Pereira *et at.* (coord). **Controvérsias Jurídico-Contábeis**. v. 1. São Paulo: Atlas, 2021. p. 497-516.
- TAVARES, Tomás Cantista. **IRC e Contabilidade**. Da Realização ao Justo Valor. Coimbra: Almedina, 2018.
- TONANNI, Fernando *et al.* O Conceito e a Natureza Jurídica do Ajuste a Valor Justo e seu Tratamento nas Reorganizações Societárias. *In*: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel (coord). **Controvérsias Jurídico-Contábeis (Aproximações e Distanciamentos)**. v. 6. São Paulo: Dialética, 2015. p. 210-245.
- VILANOVA, Lourival. **Estruturas Lógicas e o Sistema do Direito Positivo**. 3. ed. São Paulo: Ed. Noeses, 2005.